



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS: CULTURA
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGCS

LOSÂNGELA DA CUNHA ARAÚJO

MULHERES DE FIBRA: da invisibilidade ao empoderamento em
assentamentos de Reforma Agrária no Território do Sisal-BA

Cachoeira –BA
2017

LOSÂNGELA DA CUNHA ARAÚJO

**MULHERES DE FIBRA: da invisibilidade ao empoderamento em
assentamentos de Reforma Agrária no Território do Sisal-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Professor Orientador: Dr. Nilson Weisheimer

**Cachoeira –BA
2017**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Araújo, Losângela da Cunha
A658m Mulheres de fibra: da invisibilidade ao empoderamento em assentamentos de reforma agrária no território do Sisal-BA. / Losângela da Cunha Araújo. – Cachoeira, 2017.
139 f.: Il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2017.

1. Mulheres na agricultura. 2. Assentamentos rurais. 3. Reforma agrária. 4. Agricultura familiar. 5. Território do Sisal I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. II. Título.

CDD: 333

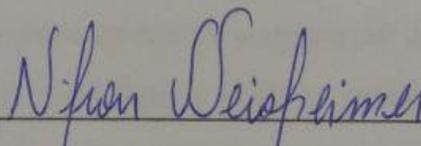
LOSANGELA DA CUNHA ARAÚJO

**MULHERES DE FIBRA: da invisibilidade ao empoderamento em
assentamentos de Reforma Agrária no Território do Sisal-BA**

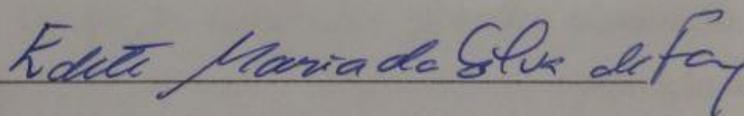
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da UFRB, sob
orientação do Prof. Dr. Dr. Nilson Weisheimer.

Aprovado, 29 de Junho de 2017.

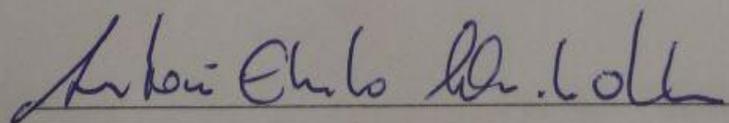
Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Nilson Weisheimer (UFRB – Orientador)



Prof. Dra. Edite Maria da Silva Faria (UNEB – Examinador)



Prof. Dr. Antonio Eduardo Alves de Oliveira (UFRB – Examinador)

RESUMO

As mulheres rurais, durante muitos anos, foram excluídas dentro da sociedade brasileira, que sempre foi marcada por uma cultura patriarcal. Mas, em meio a inúmeras lutas sociais e reivindicações, essa realidade foi se transformando e as mulheres no contexto da agricultura familiar estão conquistando diversos espaços sociais, tornando-se autônomas, empoderadas e vem superando a condição de invisibilidade que sempre estiveram inseridas. Esses fatores também estiveram presentes nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, entretanto, no Território do Sisal, no semiárido da Bahia, esta situação não é diferente. As mulheres agricultoras do semiárido enfrentam várias adversidades como o machismo dos companheiros, discriminação pela sua condição de gênero e desvalorização do seu trabalho dentro da agricultura familiar. Quando tratamos das mulheres assentadas essa conjuntura é ainda mais grave, pois durante muitos anos não possuíam a terra para trabalhar e nem um lar para a própria família. Assim, a presente dissertação tem como objetivo analisar as contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico, que refletiu no empoderamento e na redução da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas no Território do Sisal. É uma pesquisa que utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa desenvolvida nos assentamentos de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA e Nova Palmares em Conceição do Coité - BA, a qual apresenta como o problema sociológico: Como se desenvolveu o empoderamento socioeconômico e a superação da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas do Território do Sisal e quais as práticas sociais que possibilitaram este processo? Assim, utiliza-se como eixos temáticos para a análise que norteia essa pesquisa e buscando alcançar o objetivo geral: Participação social e formação política das mulheres agricultoras assentadas; Formas de socialização, produção, organização e cooperação solidária; Acesso a políticas públicas rurais e Empoderamento e superação da invisibilidade nos assentamentos de reforma agrária.

Palavras Chaves: Mulheres Assentadas. Agricultura Familiar. Empoderamento. Autonomia. Território do Sisal.

ABSTRACT

Rural women for many years were excluded within Brazilian society, which was always marked by a patriarchal culture. However, amid numerous social struggles and demands, this reality has been transformed and women in the context of family farming are conquering various social spaces, becoming autonomous, empowered and are overcoming the condition of invisibility that have always been inserted. These factors were also present in agrarian reform settlements in Brazil, however, in the Sisal Territory in the semi-arid region of Bahia, this situation is no different. Semi-arid women farmers face various adversities, such as male chauvinism, discrimination on the basis of gender and devaluation of their work within family farming. When we deal with settled women, this situation is even more serious because, for many years, they did not have the land to work for or a home for their own family. The objective of this dissertation is to analyze the contributions of family agriculture to socioeconomic development, which reflected the empowerment and reduction of the invisibility of women farmers based in the Territory of Sisal and is a research that uses a qualitative and quantitative approach developed in the settlements Of Lagoa dos Bois in Santaluz - BA and Nova Palmares in Conceição do Coité - BA, where she presents the sociological problem: How did the socioeconomic empowerment and the overcoming of the invisibility of settled women farmers in the Sisal Territory developed and what social practices Enabled this process? Thus, it is used as thematic axes for the analysis that guides this research and seeks to achieve the general objective: Social participation and political formation of settled women farmers; Forms of socialization, production, organization and solidarity cooperation; Access to rural public policies and Empowerment and overcoming invisibility in land reform settlements.

Keywords: Assisted Women, Family Farming, Empowerment, Autonomy, Sisal Territory.

Dedico este trabalho aos líderes comunitários dos Assentamentos de Reforma Agrária de Lagoa dos Bois e Nova Palmares no Território do Sisal, na Bahia, em especial as mulheres agricultoras. Dedico também a diretoria e secretaria executiva da Fundação de Apoio a Agricultura Familiar – FATRES, que sempre me apoiou nas minhas pesquisas e estudos.

A minha família, em especial a mãe Maria Lucia Araújo e meu tio Leonardo Magalhães que sempre tiveram fé e incentivaram minhas lutas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que me apoia em todas as circunstâncias, em especial a minha avó (*in memória*) Victorina Lopes, por ter sempre me ajudado com meus estudos, ao meu avô (*in memória*) Luiz Joaquim por me ver sempre com os olhos da beleza, da fé, da esperança e da força.

Agradeço também ao meu pai e minha mãe por depositarem em mim sua confiança, isso me fez forte para seguir em frente e ao meu irmão que sempre esteve presente nos momentos que precisei. A minha avó Maria Magalhães, a meu avô (*in memória*) Manoel Oliveira e também a meu tio Leonardo Magalhães pelo apoio.

Quero agradecer ao professor Nilson Weisheimer pelas orientações, apoio e pela paciência na construção desse trabalho.

Ao professor Herbert Toledo, por ter me ajudado em momentos difíceis, e também ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRB.

Aos diretores da FATRES João Nilton Ferreira e Urbano Carvalho e, principalmente, ao secretário executivo José Silva, que me apoiaram incondicionalmente neste processo.

A população dos Assentamentos de Lagoa dos Bois e Nova Palmares no Território do Sisal, as mulheres guerreiras assentadas e em especial a Ednaelma Santiago, Ezequiel Santiago, José Roque Saturnino e Patrícia Santiago.

Por fim, quero agradecer a Deus por me conceder força, coragem, esperança e perseverança nessa longa jornada.

MULHER NA ROÇA

*“Mulher da roça,
os homens te esqueceram, mesmo assim, de luta não te
cansas.*

*Vejo no teu rosto e corpo judiados,
mãe que expressa sempre um gesto de esperança.
Dos que labutam para cultivar a terra,
a mulher é sempre quem mais trabalha.
Pense um pouco, vai à luta,
pros homens ver que tu não dormes nas palhas.”
(Antônio Gringo)*

LISTA DE SIGLAS

APACOR - Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Rose
APAEB - Associação dos Pequenos Produtores Rurais
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAR – Companhia de Ação Regional
CCE - Companhia de Celulose da Bahia
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários
FAO – Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
FATRES - Fundação de Apoio a Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia
GMPR - Grupo de Mulheres Produtoras do Rose
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LIDER - Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da região do Sisal
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMTR- NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MOC – Movimento de Organização Comunitária
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos-
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TOPA - Todos pela Alfabetização
SEAGRI - Secretaria de Irrigação e Reforma Agrária
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

IMAGEM 01: Mapa do Território do Sisal.....	38
IMAGEM 02: Localização dos Projetos de Assentamento do Território do Sisal.....	41
IMAGEM 03: Localização do PA, Nova Palmares, Conceição do Coité/BA–Território do Sisal.....	46
IMAGEM 04: Porcentagem da presença das mulheres na reforma agrária no Brasil.....	55
IMAGEM 05: Porcentagem de Famílias assentadas por ano no Brasil.....	67
IMAGEM 06: Investimentos do governo no PRONAF (2003/2015).....	81
IMAGEM 07: Fluxos de planejamento das políticas públicas.....	110
TABELA 01: Eixos e variáveis da unidade de análise.....	27
TABELA 02: Índice de desenvolvimento humano no Território do Sisal.....	39
TABELA 03: Resumo das principais variáveis que se destacaram na pesquisa.....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Método de Pesquisa.....	26
1.2 Trajetória escolar e de vida da pesquisadora.....	31
1.3 Estrutura e Exposição do Trabalho.....	33
2 TERRITÓRIO DO SISAL E REFORMA AGRÁRIA: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE LAGOA DOS BOIS E NOVA PALMARES.....	34
2.1 Projeto de Assentamento Lagoa dos Bois em Santaluz - BA.....	40
2.2 Projeto de Assentamento Nova Palmares em Conceição do Coité - BA.....	45
2.3 Abordagem sobre os eixos temáticos e variáveis pesquisadas nos Assentamento de Reforma Agrária de Lagoa do Bois e Nova Palmares no Território do Sisal.....	50
3 TEORIA SOCIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	57
3.1 Trajetória dos conflitos no campo e reforma agrária no Brasil.....	62
3.2 Abordagem teórica: um olhar sobre a agricultura familiar e seus processos no Brasil.....	68
3.3 Agricultura familiar e mobilidade espacial no Brasil.....	74
3.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.....	78
3.5 Agricultura Familiar: cooperação, reciprocidade, comercialização e economia solidária no Brasil.....	81
4 AS MULHERES COMO PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	84
4.1 Divisão sexual do trabalho e a invisibilidade da mulher na agricultura familiar.....	85
4.2 A participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária e seus resultados.....	89
4.3 A agricultura familiar como uma oportunidade de autonomia e empoderamento para as mulheres.....	94
5 PRÁTICAS DE EMPODERAMENTO E SUPERAÇÃO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES ASSENTADAS RURAIS - UMA ANÁLISE SOBRE O ASSENTAMENTO DE LAGOA DOS BOIS E NOVA PALMARES NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	97
5.1 A participação social e formação política das mulheres assentadas no contexto dos assentamentos do Território do Sisal.....	101

5.2 Formas de socialização, produção, organização e cooperação solidária: um olhar sobre as mulheres assentadas sisaleiras.....	106
5.3 Uma análise sobre o acesso a políticas públicas rurais pelas mulheres assentadas no Território do Sisal.....	110
5.4 Mulheres de Fibra: um olhar sobre o empoderamento das mulheres assentadas do Território do Sisal.....	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
7 REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	132

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tematiza a participação das mulheres nos assentamentos de reforma agrária com base em uma pesquisa social desenvolvida no Território do Sisal no Estado da Bahia, especificamente nos assentamentos de Lagoa dos Bois situado em Santaluz - BA e Nova Palmares em Conceição do Coité - BA. Neste trabalho, busca-se analisar os processos de redução da invisibilidade e do aumento do empoderamento das mulheres assentadas no Território do Sisal a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo Panzutti (2006), as atividades produtivas das mulheres agricultoras assentadas que vivem da agricultura familiar perpassaram de forma invisível por vários anos no Brasil. De tal modo, temos que reconhecer que vivemos em uma sociedade marcada pelo preconceito e pela discriminação contra a mulher em vários contextos, particularmente no espaço social rural.

Herídia e Cintrão (2006) também abordam a falta de reconhecimento e valorização das mulheres agricultoras, destacam que são estas que realizam as atividades do lar, mas, desenvolvem também constantemente trabalhos agrícolas assim como o trato dos animais, principalmente aqueles de pequeno porte direcionados ao consumo familiar. Estas atividades não são contabilizadas monetariamente e também não são reconhecidas, mesmo que contribuam diretamente para subsistência do núcleo familiar, seja por meio do consumo direto ou da venda.

Nesses espaços, as atividades femininas, além de estarem relacionadas com a assistência aos filhos, à preparação das refeições, à manutenção da casa, também incluem uma ajuda constante aos seus companheiros no desenvolvimento das tarefas agrícolas, constituindo parte significativa da força de trabalho familiar.

Segundo o IBGE (2011), há um grande número de mulheres residentes no espaço rural brasileiro, dessas 42,4% desenvolvem atividades agrícolas e contribuem para a renda familiar. Além de não terem o devido reconhecimento por sua participação no trabalho agrícola, as mulheres rurais foram invisibilizadas durante vários anos e, ainda hoje, essa categoria enfrenta vários preconceitos e discriminações. Isso decorre de sua condição de gênero na agricultura familiar conforme já comprovado em pesquisas e estudos, como o da socióloga Anita Brumer, que é professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Maria de Lourdes Novaes Scheffler, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares sobre a mulher da Universidade Federal da Bahia, dentre outros estudiosos.

Analisando também dados divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA em 2013, vem aumentando o acesso das mulheres agricultoras sobre as políticas públicas como no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, pois 47,26% dessas mulheres já acessam o programa no Brasil. Tratando da reforma agrária, no mesmo período teve o aumento de 73% a presença dessa categoria nos assentamentos, sendo que 23% são chefes de família e criam seus filhos trabalhando na agricultura familiar nestes espaços.

As questões que envolvem a discriminação e a invisibilidade das mulheres agricultoras foram por muitos anos marcantes em comunidades tradicionais, exemplo dos assentamentos de reforma agrária no país. O Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil¹ (2006, pp. 52 – 54) aborda que:

A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser visualizada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevado na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. [...] É nesse sentido que pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino.

O interesse em pesquisar as mulheres assentadas no Território do Sisal surgiu a partir de uma observação sobre a superação da invisibilidade, assim como na evolução da autonomia e do empoderamento socioeconômico das mesmas dentro deste contexto em que estão inseridas por meio do desenvolvimento da agricultura familiar.

Para tratar da categoria “mulher” dentro da agricultura, precisamos destacar que o conceito de gênero está relacionado com a desigualdade entre o grupo masculino e feminino. Desse modo, essa diferenciação fortalece uma relação de poder impregnada na sociedade que é concretizada através da discriminação e da opressão das mulheres. (SCOTT, p.75, 1995) destaca que:

[...] o termo “gênero” é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, pra diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

¹ Órgão extinto pelo atual presidente Michel Temer que promoveu a fusão do mesmo com Ministério de Desenvolvimento Social que passou a ser Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

A diferenciação entre os gêneros acontece por meio de estereótipos, ou seja, através de uma divisão de nomes e categorias baseadas em critérios, tais como sexo e associações psicológicas idealizadas pela sociedade. Scoot (1995) continua argumentando que as teorias do patriarcado explicam que as diferenças de gênero também estão relacionadas com outras desigualdades causadas pela submissão da mulher aos homens, como a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a ausência de acesso em espaços públicos, etc.

Guedes (1995) ressalta que ao invés de nos questionarmos sobre a definição de gênero, devemos buscar também compreender como esse conceito tem resultado em uma hierarquia de poder dos homens sobre as mulheres, ou seja, a sociedade precisa estar atenta em como a relação de dominação é construída, colocando as mulheres em uma posição de inferioridade e submissão. Assim, esse cenário demonstra a constante necessidade de fortalecer a autonomia feminina e o seu empoderamento nos diversos espaços, principalmente em comunidades tradicionais e rurais.

De acordo com a Unifem² (2006), as desigualdades de gênero no meio rural brasileiro estão atreladas às péssimas condições de vida que a população tem enfrentado nesses contextos. Mas, aos poucos, as mulheres rurais se organizaram, inicialmente na década de 1980, período em que se fortaleceu o feminismo no Brasil. Foi fundado, também nesse período, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR-RS e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste –MMTR- NE. Esses movimentos lutam contra as desigualdades da mulher no campo e suas manifestações, lutas e reivindicações sociais são desenvolvidas com o apoio dos movimentos sindicais, tendo se expandido por todo o país.

Diante da subalternidade que as mulheres estavam inseridas, os movimentos e organizações sociais passaram a ser estratégias de luta na busca pela sua autonomia. As organizações sociais são criadas, segundo Montañó e Duriguetto (2011), como uma forma para a população ter acesso a melhores condições de vida e ao livre associativismo, almejando promover o acesso à igualdade e à democracia.

Tratando da organização social, ressalta-se que essa perspectiva se fortaleceu em meados do século XVIII com o desenvolvimento da Revolução Industrial, quando os trabalhadores passaram a se organizar, reivindicando a redução da alta carga horária de trabalho, melhoria salarial e lutavam contra a opressão das mulheres e crianças nas grandes

² Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher que é um órgão das Nações Unidas criado em 1976 com a missão de prover assistência técnica e financeira a programas inovadores e estratégias que contribuam para assegurar os direitos da mulher, sua participação na política e sua segurança econômica.

fábricas. Segundo Marx (2014), esse processo de exploração constante no qual induziu os operários a se organizarem coletivamente foi uma reação social contra a exploração do sistema capitalista. Esse modelo de organização, almejando lutar contra as injustiças sociais, se fazem presentes atualmente. Os movimentos das mulheres do campo é um exemplo na busca pela sua autonomia e pelo reconhecimento de seus direitos.

No Brasil, a organização social destacou-se com o início da industrialização na década de 1930, quando a população operária também afrontava contra a exploração dentro do processo de trabalho fabril. Mas, quando abordamos os direitos sociais das mulheres nesse período, Montañó e Duriguetto (2011) destacam que a primeira grande conquista desta categoria foi o voto feminino, decretado pelo código eleitoral em 24 de fevereiro de 1932. Mas, só nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil que surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, que tinha como objetivo representar contra as injustiças da Ditadura Militar para com as classes menos favorecidas, inclusive as mulheres.

O Regime Militar foi o período dentro do contexto da política brasileira em que os militares conduziram o país. Esse período foi marcante na história do Brasil através da imposição de vários Atos Institucionais, que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar.

Goldberg (1987) afirma que a questão da organização social do feminismo brasileiro surgiu como um instrumento de expressão política no período turbulento da ditadura militar. Porém, foi um movimento limitado pelo contexto político da época, quando as questões específicas relacionadas com a imagem da mulher estavam atreladas a preconceitos e discriminações dentro da sociedade.

Abordando a trajetória de lutas dos grupos de mulheres do campo, Siliprandi (2015) ressalta que a organização dessas lideranças na busca pelos direitos sociais se deu em um período em que já existiam diversas campanhas no país pelos direitos sociais e políticos e contra a Ditadura Militar. Inseridas em uma realidade marcada por contradições sociais, desigualdades e opressões, aos poucos as mulheres passam a aspirar por mudanças e melhorias nas suas condições de vida, inclusive aquelas que viviam no espaço rural. Dentro desse contexto, podemos citar como exemplo Elizabeth Teixeira, que se casou com o militante João Pedro Teixeira, o qual foi assassinado, e a mesma nascida em Sapé, na Paraíba, fundou a Liga Camponesa de Sapé em 1958 e lutou principalmente pelos direitos das mulheres rurais e pela reforma agrária.

Assim, as relações sociais no meio rural, por muitos anos, também foram baseadas em sistemas de dominação, que se reproduziram através de instrumentos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades de gênero impostas pela sociedade. As mulheres foram vítimas da produção e reprodução dessas desigualdades, já que o seu papel era apenas dentro da família, cuidado da casa, filhos e ajudando na agricultura, sem nenhum retorno financeiro e sem reconhecimento.

A participação política e as lutas sociais são essenciais no processo de empoderamento da mulher agricultora. A organização, então, é antes de tudo fundamental para superar a condição de desigualdade e um forte instrumento para garantir a universalidade de direitos, permitindo a ampliação e o acesso aos diversos espaços sociais e políticos por essa categoria. As mulheres, aos poucos, se tornaram atoras de mudança da sua própria história e passaram a se destacar com um papel importante na transformação da sociedade civil e política.

As mulheres trabalhadoras rurais frequentemente estão presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros, embora nem sempre sua participação é reconhecida. Apenas no período mais recente parte dessa história tem sido resgatada. [...]. Até a década de 1980, a inserção das mulheres nos movimentos sociais rurais realizava-se, normalmente, por meio da participação dos seus respectivos maridos ou de outros familiares. Com o impedimento legal ou a morte destes, elas assumiam, por exemplo, os cargos de liderança que eles exerciam, dando continuidade à sua luta. Mas quem se destacava era o homem, não a esposa. (SILIPRANDI, 2015, p. 111-112).

Siliprandi (2015) ainda destaca que no Brasil, até a década de 1970 e 1980, os movimentos das mulheres rurais praticamente não existiam. Nesse período, a principal força organizada foi o movimento sindical; mas, sem muitas ações, pois o contexto político da ditadura militar não permitia a expansão dos movimentos sociais.

A Marcha das Margaridas é um grande exemplo de luta pelos direitos das mulheres agricultoras na busca pelo empoderamento e da sua autonomia no país. Margarida Maria Alves, alagoana, fundadora do movimento, foi uma ativista sindical brasileira e suas lutas estavam baseadas principalmente em garantir os direitos sociais das mulheres rurais.

Maria Margarida, defendia, além do respeito às mulheres nos diversos espaços, o seu acesso à terra e a reforma agrária. Essa militante sofreu inúmeras ameaças e foi assassinada em 12 de agosto de 1983. O crime foi considerado político, justamente pelas suas bandeiras de lutas a favor dos direitos das mulheres em prol do acesso à terra.

A Marcha das Margaridas vem se fortalecendo a cada ano, passou a ser reconhecida a partir do ano de 2000 e tem se apresentado como um grande evento nacional, com a presença

de mulheres agricultoras de todo país, comprovando que elas vêm garantindo seu espaço no contexto social e político.

Entretanto, é importante ressaltar que os avanços referentes às questões de gênero e à situação socioeconômica das mulheres rurais nos últimos anos não ocorreram de forma isolada. As políticas públicas direcionadas para esta categoria foram fundamentais nesse processo. As ações governamentais para as mulheres se situam no percurso de políticas para reverter as desigualdades entre mulheres e homens, entre campo e cidade e, dentro do espaço da propriedade agrícola, entre os grandes empresários do agronegócio e a agricultura familiar e camponesa (MDA, p.8, 2014).

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população. (LOPES, AMARAL, CALDAS, 2008, p. 5-6).

A Unifem (2006) destaca que, principalmente na década de 1990 com o aumento dos debates sobre a defesa dos direitos humanos, as ações contra a diferença de gênero no espaço rural aos poucos foram se fortalecendo no Brasil; mas, só a partir de 2002 que as políticas públicas para essa categoria foram fortalecidas. As lutas das mulheres rurais passaram a ser coletivas com o apoio das organizações civis.

Hilhorst e Wennink (2010) afirmam que as diversas formas de participação social das mulheres tornaram-se poderosos instrumentos para a ampliação dos seus direitos, construindo, assim, diferentes relações de solidariedade e desenvolvendo ações com variadas experiências na tomada de decisão, no papel de liderança e de transformação da sua própria história de autonomia, empoderamento e principalmente na conquista das políticas públicas.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (2013), a América Latina e Caribe contam com 121 milhões de pessoas no meio rural, que representam 20% da população total, destes 48% são mulheres. Destaca ainda que no Brasil as mulheres residentes no campo têm um importante papel na agricultura familiar.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2014), são mais de 14 milhões de mulheres sobrevivendo dentro da agricultura familiar.

Os dados do IBGE 2010 apontam que 24,8% das mulheres do espaço rural não possuem companheiros e são responsáveis pelo núcleo familiar. 34,1% delas, com 16 anos ou mais, não possuem rendimentos no meio rural apesar de trabalharem na agricultura. A diferença entre a renda das mulheres ocupadas em relação aos homens no meio rural é de 77,7%, ou seja, comprova-se que a maioria das mulheres não são remuneradas pelo trabalho desenvolvido na agricultura.

Um dos efeitos dessas desigualdades está no fato de a discriminação e de a invisibilidade do trabalho da mulher impactarem negativamente nos projetos profissionais das jovens agricultoras familiares, mesmo com o desenvolvimento das políticas públicas para a agricultura familiar. Assim, principalmente as adolescentes buscam projetos profissionais distintos do trabalho agrícola, almejando melhores condições de vida. Esse fenômeno é claramente visualizado nos dados abaixo³.

As construções dos projetos profissionais revelam-se diferenciadas, conforme o sexo dos jovens. Observa-se que os projetos profissionais que apontam para a permanência na agricultura familiar são mais recorrentes entre os homens (43,7%) do que entre as mulheres (26,9%). Também é indicada por eles a perspectiva de ser autônomo (10,1%), principalmente no ramo da construção civil, mecânica e eletroeletrônicos. Entre eles, ainda 7,1% pretendem seguir profissão com formação superior ligada à agricultura e à pecuária e 6,7% almejam trabalhar como técnicos agrícolas, profissão não-agrícola. Já, entre as mulheres, o projeto profissional não-agrícola mais frequente é ser professora (19,4%). Depois, aparecem as profissões com curso superior na área de saúde (9,4%), com destaque para enfermagem, farmácia e pediatria. (WEISHEIMER, 2009, p. 273-274).

Tratando da mobilidade espacial, principalmente do campo para a cidade da jovem agricultora, Carneiro e Teixeira (1995) afirmam que presenciamos algumas mudanças nos últimos anos em meio à construção de uma nova identidade da mulher agrícola, pois as mesmas vêm buscando o reconhecimento do seu trabalho na agricultura e da sua participação na economia familiar.

³ Pesquisa desenvolvida através da Tese de Doutorado “A situação da Juventude na Agricultura Familiar”, que apresenta os traços distintivos da situação juvenil na agricultura familiar e a construção de seus projetos profissionais no Rio Grande do Sul.

O papel econômico que muitas mulheres desempenhavam sem o devido reconhecimento justifica as constantes lutas pelos seus direitos. Nessa mesma linha de conclusão (SCHEFLER, 2013, p. 16) ressalta que

A autonomia econômica dessas mulheres poderia significar, para além da melhoria de suas condições de vida, a possibilidade de a mulher passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal, ampliando o poder de decisão sobre seu uso, a perspectiva de transformar as tradicionais estruturas de dominação, influenciando, inclusive, as manifestações de violência presentes nestes contextos. Neste caso, admite-se que a desigualdade econômica entre homens e mulheres se constitui uma das fortes variáveis preditivas da prevalência da violência contra a mulher, visto que respalda, simbolicamente, o sentido de propriedade e de domínio que subjaz às relações de gênero no meio rural.

Abordando as questões sociais que envolvem as mulheres agricultoras, é necessário também compreender o contexto gradativo que rodeou o campesinato e a agricultura familiar dentro do processo de desenvolvimento capitalista. As teorias marxistas sobre o campesinato direcionam para o desaparecimento da agricultura de subsistência após o desenvolvimento das relações capitalistas de trabalho. Lenin (1985) aponta para a degradação das tradições camponesas dentro do cenário capitalista, mas, ao contrário disso, identificou-se que a agricultura de subsistência resistiu em países que pregavam o capitalismo.

As abordagens marxistas sobre a agricultura familiar e as relações sociais no campo passam a ser estudadas de forma frequente dentro do capitalismo. Kautsky (1985) reforça que as tradições da agricultura familiar contribuíram economicamente no processo de desenvolvimento do capitalismo. Além disso, se manterão ativas, mesmo alguns estudiosos defendendo a extinção do campesinato após a divisão social do trabalho e o avanço do acúmulo de capital.

Dentro da perspectiva marxista, as relações sociais e as categorias agrícolas eram abordadas mostrando que determinadas formas de produção agrária são incorporadas através da divisão do trabalho, porém, características tradicionais são mantidas e adaptam novos modos de produzir dentro da agricultura familiar.

Lenin (1985) ao estudar também o campesinato russo, considerou as formas de trabalho agrícola como um meio de economia mercantil. Assim, o sistema de relações econômicas e sociais mostra contradições presentes na economia capitalista, como a competitividade, a falta de acesso à terra, luta pela independência econômica, deslocamento da maioria para o proletariado e a contratação de mão-de-obra. Mas, mesmo assim, ainda

resiste pequenos camponeses que praticam a agricultura de subsistência.

Portanto, a agricultura familiar, ainda dentro da perspectiva marxista, era vista com grande tendência de desaparecer com o decorrer do tempo, justamente pelo fato de não ter capacidade de competir com a dinâmica do capitalismo. Entretanto, o que é visualizado atualmente é que a produção da agricultura familiar ocupa um importante papel na economia mundial.

Segundo Abramovay (1998), os fatores que explicam a predominância da agricultura familiar na sociedade contemporânea em meio ao desenvolvimento capitalista baseiam-se nas contradições que estão presentes dentro do avanço da divisão do trabalho no campo. Para ele, não há vantagens decorrentes de pequenas propriedades possuírem assalariados, como na indústria. A impossibilidade de industrialização da agricultura familiar, segundo o autor, impede que o setor agrícola trilhe o rumo seguido por outros setores no sistema econômico, já que muitos camponeses desenvolvem a agricultura para a subsistência do próprio grupo familiar.

Entretanto, quando tratamos de mulheres agricultoras nos variados contextos, as questões de gênero são semelhantes e são possíveis visualizar a discriminação e a invisibilidade delas também em alguns assentamentos de reforma agrária no Brasil. Medeiros e Leite (2004) abordam que o conceito de assentamento foi criado no âmbito da implantação das políticas públicas direcionadas para a reforma agrária com o objetivo de promover uma intervenção fundiária e garantir o acesso à terra por famílias vulneráveis, excluídas no meio rural, e para amenizar os conflitos no campo.

Um dos aspectos fundamentais no processo de Reforma Agrária no país tem sido a relação entre a execução das políticas agrárias e a emergência de mudanças positivas em contextos subalternos no espaço rural. A reforma agrária tem sido marcada por conflitos e tensões diante do longo período de espera pela posse da pequena propriedade por famílias sem terras, que tiveram seus direitos básicos negados pelo governo durante muitos anos no Brasil.

As questões agrárias no país iniciaram-se desde o período colonial com a divisão das terras em capitânicas hereditárias e com a escravização dos indígenas. Historicamente, os problemas agrários e a concentração de terras pela elite persistiram após o Brasil Colônia, sendo marcantes também no período Monárquico, durante a República Velha, na Ditadura Militar e até nos dias de hoje. Entretanto, foi nos anos de 1980 que os movimentos pelo acesso à terra se intensificaram.

De forma mais intensa a partir dos anos 80, os movimentos sociais de trabalhadores rurais reivindicaram políticas públicas de apoio à produção e implementação de novas experiências produtivas. Isso repercutiu sobre a família e os movimentos sociais, assim, passou-se a reconhecer estes movimentos e responder com políticas públicas ao conjunto destas novas demandas. (MDA, 2006, p.102).

Com o modo de produção capitalista as questões sociais se agravaram. No contexto rural não foi diferente e muitas famílias viviam em situação de extrema vulnerabilidade social, com seus direitos negados principalmente durante a Ditadura Militar no país. Dessa forma, a população passou a se unir e lutar coletivamente por melhores condições de vida. Santos (2012) destaca que, nesse período, principalmente os moradores das zonas rurais não eram protegidos pelo Estado, o qual atendia apenas aos interesses da elite que apoiava o governo. Assim, percebe-se o descaso público com as classes menos favorecidas.

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

A Lei nº4.504 foi criada em 30 de novembro de 1964, conhecida como o Estatuto da Terra, resultado das reivindicações da população rural e tinha como princípio fundamental garantir a função social da propriedade através de uma exploração econômica adequada e racional, sem degradar os recursos naturais, gerando o bem estar econômico e social do proprietário, trabalhadores e da sociedade em geral.

É comprovado que, mesmo após tantas lutas populares, os normativos presentes no Estatuto da Terra não foram cumpridos, pois grandes extensões rurais atualmente ainda permanecem sobre a posse da elite rural, exploradora da população trabalhadora do campo para a produção agrária capitalista.

Mesmo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, que destaca também a função social da propriedade rural, a centralização de imóveis improdutivos por uma minoria do agronegócio no país ainda persiste, fortalecendo a desigualdade social imposta pelo capitalismo e contribuindo para o aumento das famílias sem terra.

A questão agrária é um problema histórico, fundamental da sociedade brasileira, que permanecerá na virada para o século XXI. Muitas foram as legislações e muitas investidas políticas para uma reforma agrária que antecederesse aos interesses da população rural brasileira. As análises da realidade rural no Brasil sempre foram contaminadas por interesses econômicos pouco éticos ou por perspectivas ideológicas que produziram interpretações simplistas, que propugnavam mudanças de cunho ditatorial, da ordem política vigente. (NOLASCO, 1999, p 19).

Nos anos de 1970, surgem organizações sociais rurais que se transformaram no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e consolidaram-se na década seguinte com o objetivo de superar um contexto social brasileiro marcado por questões agrárias baseadas numa estrutura fundiária de subalternização e discriminação das famílias rurais sem o acesso à terra. Destaca-se também, nessa época, a minimização da participação dos movimentos camponeses na elaboração de políticas públicas rurais. Esses fatores contribuíram para que muitos membros desse movimento optassem pela ocupação de terras improdutivas.

Tradicionalmente, um dos aspectos fundamentais no processo de Reforma Agrária no Brasil tem sido a relação entre a execução de políticas agrárias e a emergência de conflitos no campo. Na prática, a Reforma Agrária no país tem sido empurrada pelos conflitos e tensões sociais no meio rural. (GUANZIROLI, 2001, p.194).

Em 09 de julho de 1970, criou-se, através do decreto 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA com a missão de fortalecer a política agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Desde sua implementação, o INCRA tem um histórico de decretos e legislações elaboradas com o objetivo de erradicar a concentração de terras improdutivas no Brasil e promover a reforma agrária.

O termo assentamento rural, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária. [...] Em geral, tais intervenções visam a regularização de áreas ocupadas, às vezes há décadas, por “posseiros”; a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão da terra (na qual viviam como “rendeiros”, “agregados”; a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem e organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos ou outras entidades. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 17).

Dessa forma, o Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil foi instituído em 2003 e destaca o acesso à terra pelas classes marginalizadas como um compromisso e um programa do governo federal. Aborda a necessidade de mudanças na concentração fundiária no país que venham a garantir emprego, renda, igualdade, respeito às diferenças de gênero e raça, assim como a segurança alimentar, abrindo novos horizontes para a democracia e justiça social para as famílias assentadas no campo.

Por fim, Lopes e Zarzar (2008) tratam da relação de gênero em assentamentos, ressaltando a noção de empoderamento nesses espaços, e destacam que a luta das mulheres rurais assentadas no Brasil representa uma ruptura social, ou seja, é um marco em meio à discriminação e à ideia de submissão que as mulheres no campo estavam inseridas.

A análise deste aspecto tem como referência a noção de “empoderamento”, que vem sendo utilizada na avaliação do impacto de políticas públicas sobre as condições de gênero. Os assentamentos são um recorte empírico privilegiado no uso e discussão do “empoderamento da mulher”. Isto porque, na medida em que estão vinculados a mobilizações prévias de populações carentes, são objetos de variadas experiências de organização coletiva da produção, e de organização coletiva e política dos assentados, apresentando processos sociais similares àqueles que constituem a própria noção de empoderamento. (LOPES ; ZARZAR, p.220, 2008).

Portanto, com base nessa prévia problematização do tema, apresenta-se o problema sociológico que originou o presente estudo sobre as mulheres assentadas no Território do Sisal: Como desenvolveu o empoderamento socioeconômico e a superação da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas e quais práticas sociais possibilitaram esse processo?

Esse questionamento foi levantado através da análise de quatro eixos de investigação: 1 - Organização social e a formação política das mulheres nos assentamentos agrários 2 - Formas de socialização, produção, organização e cooperação agrícola, 3 - Acesso a políticas públicas de desenvolvimento agrário, 4 - Práticas de superação da invisibilidade social e empoderamento das mulheres nos assentamentos de reforma agrária.

Com efeito o objetivo geral do estudo é analisar as contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico, que refletiram no empoderamento e na redução da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas no Território do Sisal. Seguindo dos objetivos específicos:

1. Caracterizar a composição social, o processo de organização político e dinâmicas produtivas dos assentamentos do Território do Sisal;

2. Compreender o processo histórico e teórico sobre a agricultura familiar e reforma agrária no Brasil;
3. Identificar como se deu o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar pelas mulheres assentadas;
4. Analisar o processo de empoderamento e superação da invisibilidade da mulher nos contextos dos assentamentos agrários no Território do Sisal a partir das contribuições da agricultura familiar.

A presente pesquisa baseia-se no pressuposto de que as mulheres rurais assentadas, através da organização social, passaram a ter acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural que influenciaram a expansão da agricultura familiar e no seu empoderamento socioeconômico. Assim, defendem-se as seguintes hipóteses:

1. A autonomia socioeconômica das mulheres assentadas se dá principalmente através do trabalho cooperado e solidário dos grupos de produções agrícolas;
2. As políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar têm contribuído para a redução da invisibilidade das mulheres assentadas;
3. A participação em espaços sociais e políticos que antes eram ocupados pelos homens;
4. O empoderamento das mulheres assentadas agricultoras ocorre a partir do desenvolvimento socioeconômico e da superação da sua invisibilidade em seus contextos sociais.

1.1 Método de Pesquisa

A metodologia está atrelada à escolha dos procedimentos utilizados na reconstrução sociológica da realidade social que cerca a unidade de análise. Dessa forma, os métodos de pesquisas utilizados no presente estudo contribuirão para a compreensão da agricultura familiar como instrumento de transformação social, o qual impactou no objeto de estudo da presente pesquisa, que é o desenvolvimento socioeconômico, o empoderamento e a redução da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas no Território do Sisal.

A unidade de análise, categoria desta pesquisa, são as mulheres que utilizam a agricultura familiar como ocupação cotidiana, residentes nos assentamentos de reforma agrária de Lagoa dos Bois situados em Santaluz - BA e em Nova Palmares, Conceição do Coité - BA, no Território do Sisal.

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa, ou seja, um *método misto* para levantar informações através de uma pesquisa no campo de estudo, por meio de fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias baseiam-se nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, assim como nos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que contribuirão para responder ao problema científico.

O método misto utilizado nesta pesquisa também está atrelado ao uso de fontes primárias através da aplicação de questionários padronizados, por meio de entrevistas semiestruturadas, desenvolvidas individualmente, e também em grupos focais de acordo com as variáveis levantadas nesta pesquisa.

A abordagem qualitativa se dá através de uma observação sistemática sobre o campo de pesquisa para compreender se ocorreu ou não a superação da inviabilidade social das mulheres e utiliza também como instrumento entrevistas semiestruturadas individual e em grupo focal.

TABELA 1 – Eixos e variáveis da unidade de análise

Eixo Temático	Objetivo da análise	Variáveis
1. Participação social e formação política das mulheres agricultoras assentadas	Compreender o processo de participação política das mulheres agricultoras assentadas, que contribui para a organização social delas no Território do Sisal	-Meios de participação política -Práticas de formação política.
2. Formas de socialização, produção, organização e cooperação solidária	Perceber a socialização e a cooperação solidária dos grupos como instrumento de luta pelo empoderamento socioeconômico.	-Tipos e quantidades de Associações e Cooperativas de mulheres assentadas. - Tipos e quantidades de Grupos de Produção, comercialização e economia solidária. - Tipos e quantidades de Grupos Culturais.
3. Acesso a políticas públicas rurais	Identificar as políticas públicas rurais acessadas pelas mulheres assentadas no Território do Sisal	Políticas públicas acessadas por mulheres agricultoras assentadas: - Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

		<ul style="list-style-type: none"> - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF A para famílias assentadas assentamentos - Programa de acesso a Segurança Alimentar e Nutricional - Cozinhas Comunitárias para mulheres assentadas - Acesso à alfabetização pelo programa Todos pela Alfabetização - TOPA - Acesso ao Bolsa Família)
4. Empoderamento e superação da invisibilidade nos assentamentos de reforma agrária	<p>Analisar os processos de empoderamento das mulheres rurais assentadas no Território do Sisal dentro da agricultura familiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de empoderamento das mulheres - Indicadores de visibilidade da participação das mulheres nos assentamentos - Acesso à renda através da comercialização de produtos da Agricultura familiar. - Reconhecimento social dentro da comunidade. - Lideranças políticas. - Reconhecimento do papel representativo de mulher dentro do núcleo familiar pelos homens. - Fortalecimento da imagem da mulher rural assentada, solteira, como chefe de família dentro da comunidade. - Reconhecimento da mulher como sujeito ativo, que trabalha, produz e manuseia a agricultura familiar de forma sustentável.

As fontes primárias direcionam também uma análise sobre o processo de participação social, formação política, capacitação, socialização e organização em associações, cooperativas de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, assim como o acesso a políticas públicas pelas mulheres assentadas no Território do Sisal

Tratando da pesquisa qualitativa, será utilizada, principalmente, para identificar se na unidade de análise a participação social, a formação política, a capacidade de socialização, produção, organização e cooperação solidária se fazem presentes no contexto das mulheres

agricultoras assentadas no Território do Sisal e se essas variáveis têm contribuído para a superação da invisibilidade social destes sujeitos.

• Pesquisa de dados secundários

Inicialmente, na presente pesquisa foi feito um levantamento de dados junto ao IBGE, INCRA e MDA para identificar a quantidade de mulheres agricultoras assentadas no Brasil, na Bahia e no Território do Sisal, a porcentagem dessas mulheres que acessam as políticas públicas (PAA, PNAE e PRONAF) e também qual o percentual delas que são chefes de família. Assim, os dados secundários permitiram uma ampliação no olhar sobre a situação atual das mulheres agricultoras assentadas no quesito de desenvolvimento socioeconômico e seu empoderamento dentro da sua própria realidade.

• Aplicação de Questionários Padronizados

Após a pesquisa preliminar, iniciou-se a pesquisa de campo junto com a unidade de análise almejando a construção de dados quantitativos e qualitativos através de questionários padronizados com as mulheres agriculturas assentadas residentes em Lagoa dos Bois – Santaluz - BA e em Nova Palmares – Conceição do Coité - BA. Os questionários serão aplicados de forma individualizada com uma amostragem sobre 85 (oitenta e cinco) mulheres residentes no assentamento de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA e 158 (cento e cinquenta e oito) do assentamento de Nova Palmares em Conceição do Coité - BA.

O objetivo do questionário é identificar a porcentagem das mulheres assentadas que desenvolvem suas atividades dentro da agricultura familiar. Os questionários padronizados também são utilizados, principalmente na análise qualitativa, buscando identificar se houve a redução da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas no Território do Sisal através da participação social, formação e participação política, da socialização, produção, organização e da cooperação solidária e do acesso a políticas públicas.

• Observação Sistemática

Durante todo processo desta pesquisa, também é desenvolvida uma observação *in loco* com caráter sistemático, baseadas nos eixos e variáveis deste estudo. Através dessa observação, almejou-se garantir um significado e legitimação sociológica dos dados

utilizados. Assim, a observação pode ser caracterizada como um processo interativo que ocorre no ato da pesquisa. May (2004, p. 175) destaca a observação como uma experiência da realização da investigação detalhada e meticulosa, a qual reflete na nossa compreensão e interpretação da realidade.

É importante destacar também a utilização de técnicas complementares à observação sistemática através do uso de registros fotográficos e diário de campo. Esses meios têm como objetivo contribuir para a identificação de detalhes que não podem passar despercebidos no campo da pesquisa. Portanto, através da observação, é possível ampliar os dados imediatos secundários e primários, pois permite compreender com mais clareza, através de informações que também podem estar implícitas, se ocorreu o desenvolvimento socioeconômico, o empoderamento e a superação da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas do Território do Sisal na Bahia.

• Grupo Focal

Após a aplicação do questionário padronizado de forma individual, desenvolveram-se as entrevistas através de grupos focais. Flick (2004) destaca que as entrevistas servem de embasamento para facilitar a análise do pesquisador, permitindo uma compreensão subjetiva e indutiva sobre a realidade da unidade de análise. Os questionamentos das entrevistas serão semiestruturadas, para assim permitir que os sujeitos da pesquisa tenham voz e amplie suas falas a partir de suas vivências. Dessa forma, a entrevista semiestruturada permite ao pesquisador um olhar sobre situações subentendidas que podem ser essenciais para o resultado da pesquisa e que são trazidas *in loco* pelos sujeitos.

O método quantitativo, segundo Richardson (1989), possui a particularidade de garantir a precisão exata das informações, permitindo poucas chances de distorções dos dados, este método é caracterizado pela utilização de técnicas estatísticas para descrever o espaço de estudo contribuindo para a compreensão de seu complexo espaço através de números.

Já o método qualitativo, segundo Richardson (1989), busca analisar todo o conjunto social, sempre interpretando as particularidades visíveis e ocultas no espaço do estudo, que serão identificadas de forma subjetiva. Também Cassel e Simon (1994) abordam a pesquisa qualitativa como uma metodologia que dá ênfase à subjetividade ao invés da objetividade, priorizando as características e perspectivas que envolvem os sujeitos pesquisados. Cassel e

Simon (1994) continuam afirmando que neste tipo de estudo o pesquisador deve preocupar-se com o contexto, com o comportamento e com a reprodução social no campo.

Portanto, conclui-se que as metodologias qualitativa e quantitativa são essenciais para a eficácia da presente pesquisa, pois ao tempo que faz uma avaliação subjetiva e contextualizada sobre a unidade de análise também permite ao pesquisador uma visibilidade estatística sobre os sujeitos que desenvolvem a agricultura familiar, permitindo o acesso a dados que direcionem para o alcance do objetivo deste estudo.

1.2 Trajetória escolar e de vida da pesquisadora

Filha de agricultores, nascida no município de Valente-BA, residente desde o nascimento em 1985 até 1998 na Fazenda Arvoredo, onde me mudei para o centro da cidade em decorrência da necessidade de dar continuidade aos estudos do ensino fundamental, pois não tinha transporte escolar público e nem os meus pais tinham carro ou moto para fazer o deslocamento diário para a sede do município.

O meu pai era vaqueiro e também trabalhava na pequena propriedade rural de apenas cinco hectares na plantação de milho, feijão e principalmente mandioca. A minha mãe dona de casa, também ajudava na lavoura e cuidada dos animais de pequeno porte (galinhas, porcos). Fui filha única até os sete anos e tenho um irmão. Dos oito até os treze anos, trabalhei com minha avó no período oposto ao da escola quebrando pedras (pedreira) para vender e também colhendo castanhas de caju e catando licuri⁴, que eram vendidos no município vizinho de Santaluz – BA.

Desde a infância fazia parte dos grupos de reza da minha comunidade e frequentava as reuniões mensais da associação comunitária com meus pais. Assim, após mudar para o centro da cidade de Valente, comecei a participar do Grupo de Jovens Portal Alvorada que desenvolvia trabalhos sociais em bairros carentes e recebia uma bolsa da prefeitura. A inserção nesse projeto se deu através de uma seleção no Colégio, assim, aos poucos, passei a fazer parte dos movimentos sociais.

Comecei a frequentar a escola com seis anos, tendo a primeira experiência com aulas de turmas mistas, com alunos da pré-escola até a quarta série. As aulas eram em uma casa de farinha, com uma professora leiga, que tinha estudado até a oitava série do ensino

⁴ Fruto do licurizeiro que é conhecido como a palmeira sertaneja, o licuri (nome científico: *Syagrus coronata*) também é chamado por alicuri, é uma planta resistente a climas semiáridos, suas folhas são aproveitadas para artesanatos e seus frutos para o consumo humano.

fundamental. Permaneci nessa escola até a segunda série e fui transferida para outro núcleo escolar, também na comunidade de Arvoredo, denominada Escola Tiradentes. O motivo da mudança foi o fechamento da escola anterior.

Na Escola Tiradentes, me deparei também com outra professora leiga, porém, que tinha estudado até o primeiro ano do ensino médio. A turma era mista com alunos da pré-escola até a quarta série. Andava 6 km diariamente para ir estudar e, terminando a quarta série, foi necessária a matrícula no Colégio Estadual Wilson Lins no centro de Valente-BA. Nesse colégio cursei todo o ensino fundamental e médio.

A mudança de Colégio teve vários impactos para a família, pois não tinha meios de deslocamento da comunidade Arvoredo, onde eu residia, distante 12 km da sede do município. Assim, meu pai saiu do trabalho de vaqueiro e construiu dois cômodos no bairro Cidade Nova na cidade, o mesmo passou a trabalhar informalmente na construção civil e nos tempos vagos e sem trabalho ia frequentemente de bicicleta para a roça cuidar da lavoura.

O ensino médio foi concluído em 2002 no curso de magistério, pois a minha família sonhava em ter uma filha professora. Meus pais não tiveram o acesso à educação formal, meu pai, o senhor Manoelito Magalhães Araújo, estudou até a quarta série. Minha mãe, Maria Lucia da Cunha Araújo, estudou até a quarta série, porém, através da Educação para Jovens e Adultos – EJA concluiu o ensino fundamental. Assim, não tive incentivo nenhum de meus pais para ingressar no ensino superior, já que eles foram criados, culturalmente para trabalhar, ajudar os pais a criar os irmãos e casar.

Desse modo, só em 2009, consegui ingressar na universidade no Curso de Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV pela Universidade Estadual da Bahia – UNEB – Campus XIV. Tinha um sonho de cursar Psicologia ou Direito, porém, meus pais não tinham condições de me manter em outra cidade e foi esse o curso mais acessível e próximo do município que residia.

Entretanto, mesmo ouvindo muitas opiniões negativas, segui em frente e o curso de Comunicação Social rendeu bons frutos. No mesmo ano que entrei na Universidade passei em uma seleção para agente de projetos sociais pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES Sisal. Nesse trabalho, tive acesso a muitos conhecimentos, foi uma importante formação política e social, através do acesso aos grupos de trabalho do colegiado: Educação, Saúde, Meio Ambiente, Comunicação, Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Foi através do CODES SISAL que passei a frequentar os assentamentos de reforma agrária do Território do Sisal e também por meio do GT de gênero conheci as mulheres assentadas da região.

Assim, o meu trabalho de conclusão de curso em 2009 foi sobre os Griôs Sisaleiros, que são mestres da tradição oral, residentes no Assentamento de Reforma Agrária de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA. Em 2012 ingressei no Curso de Bacharelado em Serviço Social, no qual, novamente, pesquisei os assentamentos do Território do Sisal, concluindo em 2015.

Em 2011, passei em uma nova seleção e comecei a trabalhar com os projetos sociais relacionados com a agricultura familiar pela Fundação de Apoio a Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia – FATRES, onde trabalhei diretamente com uma equipe que residia em assentamentos. O coordenador geral da FATRES, o senhor Urbano Carvalho de Oliveira, e o Secretário, o senhor João Nilton Ferreira Santana, são fundadores do Assentamento de Nova Palmares em Conceição do Coité - BA. Já Ezequiel Santiago, coordenador de Reforma Agrária da FATRES, assim como a griô Maria Baia são fundadores do Assentamento de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA.

Através do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN, desenvolvido para assentamentos de reforma agrária do Território do Sisal por um convênio firmado entre a FATRES e a Secretaria de Desenvolvimento Social da Bahia – SEDES em 2012, passei a ter acesso direto às políticas públicas que eram direcionadas para as mulheres assentadas e me chamou a atenção o fato dessas mulheres trabalharem na agricultura familiar e, mesmo sendo donas de cada, ainda assim, desenvolver vários outros papéis sociais nesses espaços.

Assim, através de uma pesquisa junto a estas mulheres assentadas em 2014 fui aprovada na Especialização em Gestão de Políticas Públicas para Gênero e Raça pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, na Universidade Federal da Bahia. Assim, diante do relato exposto passei a pesquisar mulheres rurais assentadas, e esse interesse rendeu a presente pesquisa.

Portanto, atualmente também sou pós-graduada em Políticas Públicas em Serviço Social pelo Instituto Pró Saber e em Estudos Interdisciplinares em Humanidades e todas as minhas pesquisas e estudos foram desenvolvidos nos assentamentos do Território do Sisal.

1.3 Estrutura de Exposição do Trabalho

A presente dissertação estrutura-se, inicialmente, através da introdução, onde é contextualizado o problema da pesquisa, os objetivos a serem alcançados e a hipótese. Na

introdução, também se faz presente algumas teorias que direcionam a pesquisa assim como o método utilizado nesse estudo.

O primeiro capítulo “Território do Sisal e Reforma Agrária: um olhar sobre os assentamentos de reforma agrária de Lagoa do Bois e Nova Palmares” destaca a caracterização do espaço da pesquisa e do objeto de análise. Aborda também sobre a composição social dos assentados, a organização e a participação política e suas dinâmicas produtivas dos assentamentos.

O segundo capítulo “Teoria social: uma abordagem sobre agricultura familiar e reforma agrária no Brasil” traz uma revisão sobre a teoria social da agricultura familiar dentro do contexto da sociologia rural e a reforma agrária, destacando-se a evolução dos conceitos e das teorias sobre esse tema no Brasil.

Já o terceiro capítulo “Mulheres como protagonistas do desenvolvimento rural sustentável e solidário” parte de uma abordagem das relações sociais de gênero na agricultura familiar, aprofunda o debate sobre a participação das mulheres na agricultura familiar e na reforma agrária, as intercessões entre relações de gênero e de poder, a luta das mulheres por políticas públicas de reconhecimento e superação da invisibilidade social para empoderamento das mulheres no âmbito da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária.

Por fim, o quarto capítulo “Práticas de empoderamento e superação da invisibilidade das mulheres assentadas rurais: uma análise sobre os assentamentos de Lagoa do Bois e Nova Palmares no Território do Sisal” refere-se aos resultados da presente pesquisa, buscando compreender como se deu o processo de empoderamento e superação da invisibilidade das mulheres agricultoras nos assentamentos de reforma agrária do Território do Sisal.

Portanto, apresenta-se, também ao final dessa pesquisa, a conclusão sobre a confirmação das hipóteses desse estudo e as considerações relevantes, que fazem parte do processo de lutas dos sujeitos que marcaram o processo de construção desse estudo.

2 TERRITÓRIO DO SISAL E REFORMA AGRÁRIA: UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE LAGOA DOS BOIS E NOVA PALMARES

Este capítulo realiza um enfoque sobre o campo de pesquisa, apresentando o contexto em que o objeto de estudo está inserido, fazendo uma discussão sobre os eixos temáticos da presente pesquisa e tem como objetivo caracterizar a realidade social e as variáveis presentes nos assentamentos de reforma agrária de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA e Nova Palmares

em Conceição do Coité - BA.

Inicialmente, é feito uma análise teórica sobre o conceito de territorialidade para apresentar os assentamentos dentro desse espaço. Em seguida, destacam-se as características do Território do Sisal, onde o campo de pesquisa está inserido, apontando os municípios que compõem o território, as principais dificuldades sociais e climáticas enfrentadas pela população, pois esse contexto está situado na região semiárida.

Destaca-se também o número de assentamentos que fazem parte do Território do Sisal, seguido de uma caracterização minuciosa do campo da pesquisa e dos sujeitos que são objeto de pesquisa desse estudo. E, por fim, analisam-se os eixos temáticos estudados nos assentamentos de reforma agrária de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA e Nova Palmares em Conceição do Coité - BA.

Assim, a ideia de território pode ser associada a um espaço físico, geograficamente definido, identificado por características multidimensionais e culturais, envolvendo particularidades como o ambiente, a economia, contextos sociais e políticos. Nesse espaço, é necessário distinguir elementos como a identidade, coesão social, cultural e territorial. Segundo Perico (2008), a concepção de território rural no Brasil foi criada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT.

Mesmo que o conceito de território não seja novo no Brasil, a divisão do país em Territórios de Identidade foi uma demanda que se fortaleceu em 2008 como estratégia de gestão no programa Territórios de Cidadania, de modo a facilitar a execução de políticas públicas, principalmente rurais, de acordo com as características de cada região.

É possível observar que os Territórios de Identidade se movem gradualmente a partir dos focos estritamente locais para incluir círculos maiores, associados às dimensões políticas e econômicas. [...] Chega-se a uma definição operacional que possibilite estabelecer parâmetros para um instrumento de gestão das políticas de desenvolvimento dos espaços rurais sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). [...] O território, nesse caso é usado na perspectiva de desenvolvimento e considerado variável nas políticas de intervenção sobre o espaço e as populações que buscam mudanças no marco das relações sociais e econômicas. (PERICO, 2008, p. 56-57).

Através dessa demanda de fortalecer o desenvolvimento rural pelo MDA, surgiu o Território do Sisal que está no semiárido do Estado da Bahia, integrado por 20 municípios (Araci, Candéal, Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos e Tucano). Esse Território de Identidade é referência

para outras regiões através da sua organização social e da articulação de políticas públicas que vem garantindo, ao longo dos anos, a implantação de um processo de desenvolvimento sustentável para os pequenos agricultores familiares e assentados/as de reforma agrária.

O Território do Sisal apresenta, em todos os seus municípios integrantes, características essencialmente rurais, com uma vegetação diversificada que se caracteriza por plantas com adaptações morfofisiológicas para resistirem a longos períodos de estiagem, sendo composto por vinte municípios que expressam uma identidade histórica e sociocultural. O contexto sociopolítico, econômico e educacional dos municípios sisaleiros exige a formulação e implementação de políticas públicas que atendam efetivamente os anseios e necessidades da população sisaleira. (FARIA, 2014, p. 76-77).

Segundo Silva (1999), o sisal, que é referência na região sisaleira como fonte de renda e contribuiu para denominação deste território de identidade, é uma planta que tem seu surgimento no México, também conhecido como Agave do Semiárido e chegou na Bahia em 1903 pelo agrônomo Horácio Urpia Júnior. Em Feira de Santana, no ano de 1940, registrou-se o primeiro campo de mudas do Sisal e assim se expandiu para os territórios próximos, inclusive o Território em que essa planta mais se adaptou e ficou conhecido como Território do Sisal. Atualmente, o Brasil é referência na produção de sisal do mundo e a Bahia é responsável por 90% da produção da fibra em nível nacional.

A fibra das folhas é a principal matéria prima do sisal que, após o beneficiamento, é destinada à indústria de cordas, cordéis, tapetes etc. Porém, atualmente, a fibra do sisal também está sendo utilizada na indústria automobilística e os pequenos agricultores familiares, em períodos de seca, utilizam também essa planta para alimentar o gado.

O ciclo de transformação do sisal em fios inicia-se aos três anos após a plantação do mesmo, quando suas folhas atingem até cerca de 140 cm de comprimento, as fibras representam apenas 4 a 5% da massa bruta da folha do sisal. As folhas são colhidas a cada 6 meses e a vida útil da planta que é de 6 anos. A planta apresenta um melhor rendimento na Região Sisaleira na Bahia (260 km da capital Salvador). A área abarca 500 mil habitantes e 22 municípios que, em sua maioria, sobrevivem ou tem sua renda relacionada ao sisal.

A primeira mobilização social na região ocorreu em 1979 e foi relacionada à extração do sisal, em que os agricultores foram reivindicar do governo do Estado da Bahia medidas contra o fisco, que os castigava no momento da comercialização dos seus produtos. Já na década de 80, através da união popular, foi criado no território o Movimento dos Mutilados da região sisaleira. Esta manifestação exigia ações e medidas contra a mutilação dos pais de

famílias que trabalhavam com o desfibramento do sisal na máquina, conhecida como paraibana.

Em 1910, a Fazenda Bebedouro, no Território do Sisal, trouxe para o município de Santa Luz as primeiras mudas de agave. Assim, segundo Silva (1999), a produção do sisal se expandiu por toda a região. Os municípios de Santa Luz, Conceição do Coité e São Domingos, Valente (conhecida como a capital do Sisal) foram os que mais se destacaram no cultivo do sisal e se tornaram referência nessa área. Hoje em dia, Conceição do Coité é o maior produtor de Sisal.

A ideia de sistema de produção sisaleiro vem sendo desenvolvida para expressar o fato de que, embora seja a cultura do sisal dominante na região, ela não constitui uma monocultura a exemplo de outras existentes no Estado, como a da cana-de-açúcar e a do cacau, assumindo muitas vezes características próximas ao que se poderia chamar de enclave. (RAMOS; NASCIMENTO, 1997, p. 408).

Silva (1999) destaca que o sisal teve seu apogeu econômico durante a Crise do Petróleo nas décadas de 60 e 70. A utilização das fibras sintéticas, a necessidade de preservação da natureza e a forte pressão dos grupos ambientalistas vêm contribuindo para o incremento da utilização de fios naturais. É importante destacar que essa fonte de renda emprega inúmeras mulheres, inclusive assentadas no Território do Sisal.

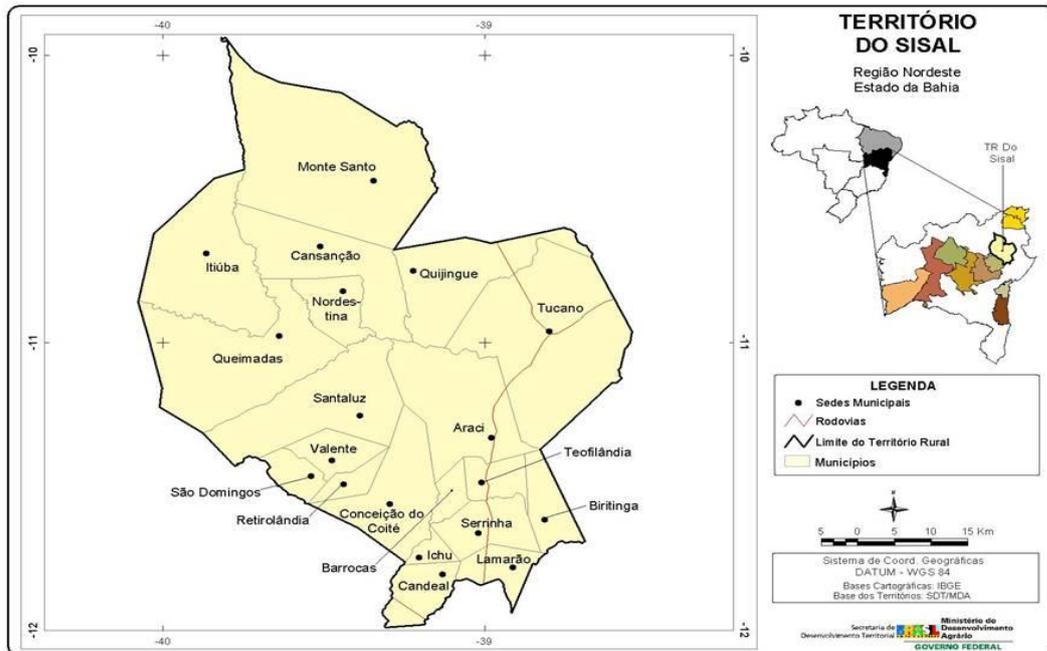
O contexto agrário do Território do Sisal também é marcado pela concentração fundiária, no qual os agricultores vivem em pequenas propriedades rurais e precisam desenvolver estratégias direcionadas para a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar para sobreviverem.

Diante da falta do acesso à terra para o manejo agrícola pelas famílias marginalizadas no território, na década de 80, a população rural passou a reivindicar a posse de propriedades improdutivas; assim, iniciaram-se as demandas populares pela ascensão da terra, que resultou nos assentamentos de reforma agrária que fazem parte do contexto rural da região atualmente. Segundo Medeiros (2004, p. 19), os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova da eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos.

A principal dificuldade enfrentada pelas famílias residentes em assentamentos de reforma agrária no Território do Sisal é a seca. A escassez de chuva prejudica a agricultura de subsistência e vários núcleos familiares, antes do acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural, viveram por muitas décadas no semiárido em situação de extrema

vulnerabilidade social. A última grande estiagem da ocorreu em 2013 e foi considerada por estudiosos e pela população regional como a maior seca dos últimos 50 anos, com muitos municípios afetados no semiárido.

IMAGEM 01: Mapa do Território do Sisal



Fonte: MDA, 2010.

As questões sociais causadas pela escassez de chuva são os principais motivos que induziram à organização popular e à mobilização dos movimentos sociais na busca de políticas públicas para amenizar as diversas formas de desigualdades enfrentadas pelas famílias rurais, provocada pelos longos períodos de estiagem.

O semiárido ocupa parte significativa do território brasileiro e se caracteriza por longos períodos de estiagem. Sua vegetação predominantemente é a caatinga e é composto por uma ímpar riqueza sociocultural e religiosa de seu povo, com destaque especial em sua resistência ao longo dos séculos. Além disso, traz consigo potencialidades historicamente ignoradas ou propositalmente deixadas de lado. O combate a seca sempre foi o ponto de partida para as políticas emergenciais em todos os níveis, como também serviu para justificar a desigualdade social que persiste até os dias de hoje. Em paralelo a esta realidade, os oprimidos forjaram a sua sobrevivência por meio de lutas criando alternativas de convivência com a realidade. Fruto dessa resistência e, ao mesmo tempo, da criatividade e da pressão popular, começam a ser desenvolvidas na região políticas públicas de convivência, as quais partem do pressuposto de uma região com potencialidades e não mais de uma região problema. (MDA, 2014, p. 47-48).

Dessa forma, as políticas públicas e os projetos sociais direcionados para a agricultura familiar e para contextos rurais subalternizados vêm garantindo a sobrevivência e a dignidade do homem do campo no território, diminuindo a fome, o êxodo rural e a extrema pobreza, principalmente das famílias assentadas, que até hoje enfrentam discriminações e preconceitos no território.

Com o fortalecimento da participação social e o acesso às políticas públicas, a realidade socioeconômica da região vem se transformando. As classes populares rurais que foram marginalizadas durante anos pelos hegemônicos estão superando a desigualdade social, que esteve presente em vários contextos dos núcleos familiares.

O desenvolvimento socioeconômico do Território do Sisal na Bahia está relacionado com o avanço da agricultura familiar em contextos subalternos. Os indicadores sociais baseiam-se em educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), desenvolvimento social (diminuição da pobreza). No Território do Sisal, o IBGE (2010) apresentou os seguintes dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano:

TABELA 02 – Índice de desenvolvimento humano no Território do Sisal

Município	Classificação Estadual	IDHM
São Domingos	49	0.640
Valente	52	0.637
Retirolândia	55	0.636
Serrinha	58	0.634
Ichu	66	0.631
Conceição do Coité	166	0.611
Barrocas	120	0.610
Santaluz	165	0.598
Queimadas	187	0.592
Candeal	215	0.587
Tucano	253	0.579
Teofilândia	312	0.566
Nordestina	334	0.560
Cansação	347	0.557

Itiúba	385	0.554
Quijingue	385	0.554
Biritinha	399	0.538
Araci	402	0.534
Lamarão	410	0.518
Monte Santo	415	0.506

Fonte: IBGE 2010.

Faria (2014) destaca que o Território do Sisal apresenta, em todos os seus municípios integrantes, características essencialmente rurais. O contexto social político e econômico dos municípios sisaleiros exige uma formulação e implementação de políticas públicas que atendam efetivamente os anseios e necessidades da população agricultora, e isso vem sendo garantido por meio da participação social. De acordo com os dados apresentados acima pelo o IBGE (2010), os municípios do Território do Sisal estão inseridos dentro da categoria de médio desenvolvimento, ou seja, entre 0.500 e 0.799.

Contudo, contrariamente a este cenário caracterizado pela existência de adversidades naturais, políticas e socioeconômicas, evidencia-se na região sisaleira um cenário de mobilização social, impulsionado para a atuação organizada de um coletivo de sujeitos que se esforça na construção de uma nova configuração local. (FARIA, p. 78, 2014).

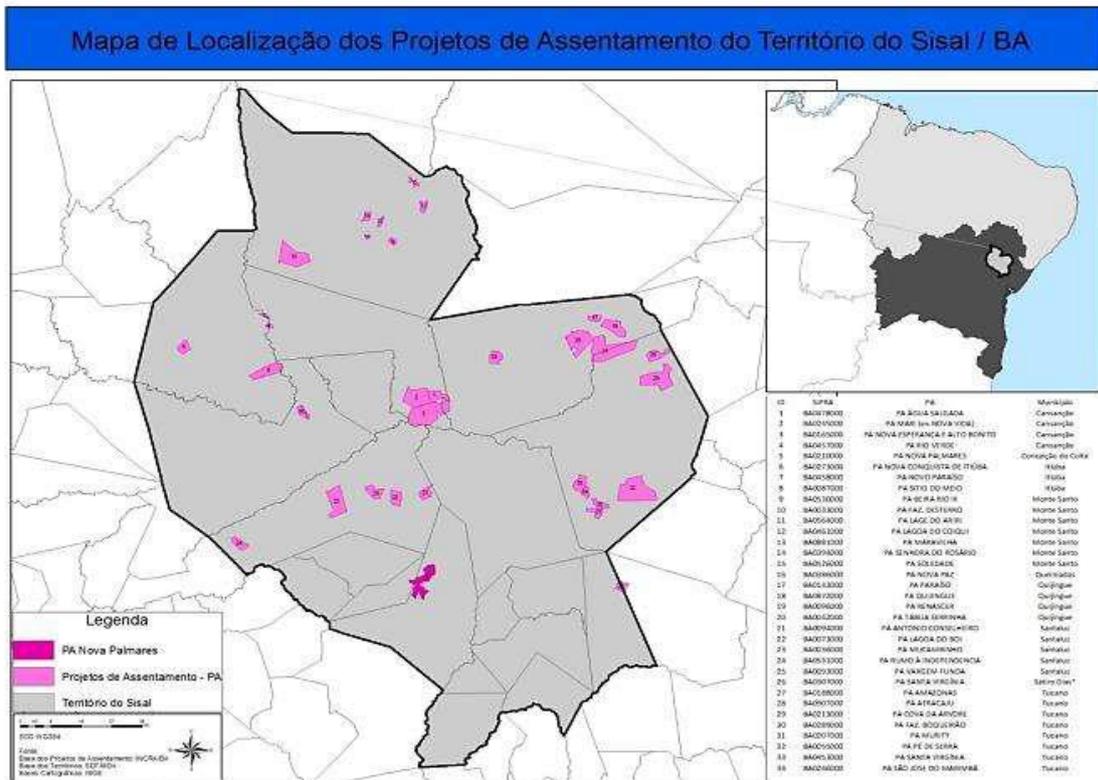
O Território do Sisal, de acordo com o IBGE (2010), possui uma população total de aproximadamente 583 mil habitantes com 57% residente no espaço rural. É caracterizado pela predominância de uma economia agrícola e por ter a maioria da sua população estabelecida na zona rural, com 333.149 habitantes no campo, sendo que a grande maioria desenvolve a agricultura familiar de subsistência e o trabalho com a extração da fibra do sisal.

Assim, de acordo com Oliveira (2008), no Território do Sisal a população agricultora pode ser citada como exemplo de organização social, participação popular e planejamento rural, pois as pequenas propriedades apresentam mudanças positivas e sustentáveis, principalmente na maioria dos assentamentos de reforma agrária da região. Essa evolução do contexto social das famílias rurais e assentadas é resultado das políticas públicas que se fortaleceram no semiárido, principalmente através das reivindicações dos movimentos sociais.

Um levantamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA aponta para o quadro de mais de 22.657 famílias residentes em assentamentos na Bahia. No Território do Sisal, são reconhecidos 13 assentamentos de reforma agrária: Alto Bonito em

Cansação - BA, Antônio Conselheiro em Santaluz - BA, Flor de Assucena em Biritinga - BA, Mucambinho em Santaluz - BA, Nova Conquista em Cansação - BA, Nova Esperança em Cansação - BA, Nova Paz em Queimadas - BA, Nova Vida em Cansação - BA, Rumo a Independência em Santaluz - BA, Santa Virgínia em Biritinga-BA e Vargem Funda em Santaluz - BA.

IMAGEM 02: Localização dos Projetos de Assentamento do Território do Sisal / BA



Fonte: INCRA, 2013

Entretanto, os primeiros assentamentos fundados e maiores em termo de população e extensão de terra são Lagoa dos Bois em Santaluz - BA e Nova Palmares - Conceição do Coité - BA, que também foram os pioneiros na luta pela terra na região e, atualmente, são referências para os demais assentamentos em organização social, possuindo um grande número de famílias.

Os diferentes tipos de intervenção a que se denomina “assentamento” implicam, pois, diversos tipos de beneficiários diretos: posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para o acesso à terra, optam pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria. (MEDEIROS, LEITE,

2004, p.17-18).

Assim, a presente pesquisa refere-se a um recorte nos assentamentos de Lagoa dos Bois – Povoado de Rose em Santaluz - BA e Nova Palmares em Conceição do Coité - BA, que busca analisar as contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico, que refletem no empoderamento e na redução da invisibilidade das mulheres rurais assentadas no Território do Sisal, utilizando dados empíricos levantados junto com as mulheres rurais assentadas como categorias sociológicas.

2.1 Projeto de Assentamento Lagoa dos Bois – Santaluz - BA

O Projeto de Assentamento (PA) Lagoa dos Bois, conhecido também como Comunidade de Rose, no Município de Santa Luz – BA, foi fundado em 10 de Julho de 1989, como área de reforma agrária. Inicialmente, foi ocupada por 78 (setenta e oito) famílias acampadas que receberam o título da terra em 1996. Atualmente, no PA residem 290 pessoas e tem uma história de vida marcada por várias conquistas sociais e também inúmeras dificuldades.

Historicamente a população de Lagoa dos Bois luta pelo bem-estar das suas famílias e contribui com a estruturação de outros assentamentos do Território através da troca de experiências. Para alcançar os objetivos e garantir a qualidade de vida das famílias, foi fundada na década de 1990 a Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Rose – APACOR, o Grupo de Mulheres Produtoras do Rose GMPR e a Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da região do Sisal - LIDER.

Através das reivindicações sociais, inicialmente, os moradores de Lagoa dos Bois foram beneficiados com um crédito habitacional para a construção de 78 casas através da Caixa Econômica Federal e dividiram de forma igualitária os lotes de produção, numa área total de 1.360 hectares.

Em termos de organização social, o assentamento também conta com um Conselho Escolar denominado Dez de Julho; o Grupo Cultural de Mulheres Rosas Vivas, que compõem e cantam samba de roda; Grupo Griôs Sisaleiros, que é composto por cinco membros dos quais duas mulheres e três homens mestres da tradição oral; grupos de Catequese; benzendeiras e Casa das Artes, que é um espaço onde são comercializados artesanatos e produtos das mulheres artesãs assentadas. A participação popular, através dos movimentos sociais no

espaço rural, é essencial na luta por políticas públicas através das instituições (associações e cooperativas) e essa organização é visível no contexto do assentamento de Lagoa dos Bois.

A construção da escola local foi iniciada em 1993 em parceria com a Prefeitura Municipal de Santaluz – BA. Ocorreu também nesse mesmo período a instalação do posto telefônico, a construção de dois poços artesianos, a construção da casa de farinha comunitária em parceria com a Companhia de Ação Regional da Bahia – CAR e também a população teve acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, assim como a construção de aguadas comunitárias e também da sede da Igreja católica da comunidade por meio de mutirões.

No início da luta pela terra, o assentamento contou com a contribuição de várias organizações da sociedade civil, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária – MOC, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APAEB de Valente, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Retirolândia e Conceição do Coité e também da Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia - FATRES.

Ainda na época da ocupação e acampamento na década de 1980, em Lagoa dos Bois, foi formado um grupo com 33 (trinta e três) lideranças, entre elas tinham 12 mulheres, com o objetivo de gerenciar e administrar o acampamento. Todos esses sujeitos foram por muitos anos excluídos socialmente no semiárido da Bahia e enfrentaram inúmeros conflitos pela reforma agrária.

Tradicionalmente, um dos aspectos fundamentais processo da Reforma Agrária no Brasil tem sido a relação entre a execução das políticas agrárias e a emergência de conflitos no campo. Na prática, a reforma agrária no país tem sido empurrada pelos conflitos e tensões no meio rural. [...] Assim, pode-se tirar duas conclusões: a) as ações governamentais, no âmbito da Reforma Agrária respondem as pressões exercidas pelos movimentos sociais por meio de ocupações de terras, e b) o aumento do número de famílias assentadas pelos órgãos públicos contribui de forma significativa para reduzir a violência no campo. (GUANZIROLI, 2001, p.194-196).

A maioria dos embates sociais ocorreu entre os acampados e fazendeiros, mas, a mediação era sempre feita pelo grupo de lideranças eleitos pela população. Em casos de alguns sujeitos não dialogar com essas lideranças para resolver os problemas locais, eram chamados na assembleia geral para se explicar, dependendo da gravidade do ato cometido pelo acampado, o mesmo era excluído do grupo e do espaço.

Antes da ocupação da terra pelas famílias, Lagoa dos Bois era uma fazenda de propriedade da Companhia de Celulose da Bahia – CCE. A Companhia tinha sede em

Camaçari - BA, sendo que as terras eram improdutivas e abandonadas pela empresa. As terras foram adquiridas pela empresa com a finalidade de cultivar e industrializar a Celulose produzida pelas fibras do sisal. Chegou à região com a promessa de “promover o processo social” com criação de emprego para os trabalhadores da Santa Luz e municípios vizinhos. Entretanto, contribuiu mesmo foi para a o aumento das famílias sem terra na região, pois concentrava grandes extensões rurais sem produtividade.

Em 1986, a CCE após sucessivos anos de tentativas negativos na sua produção, mesmo com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, a empresa declarou falência com a demissão de 2.226 (dois mil duzentos e vinte e seis) pessoas.

O acesso às terras da CCE no Território do Sisal ficou nas mãos de grandes fazendeiros da região, contrariando trabalhadores, que foram demitidos em massa sem direitos trabalhistas. Surgiu, então, a necessidade da ocupação na busca de meios de sobrevivência pelas famílias rurais sem terra e sem emprego, antigos funcionários da Companhia.

Em virtude do abandono da área e do fim da produção, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região articularam as famílias dos municípios de Santaluz, Retirolândia, São Domingos, Valente e Conceição do Coité na Bahia para ocupar a terra no ano de 1989, que resultou em uma longa batalha para garantir o acesso à pequena propriedade rural, inicialmente com vários conflitos entre as famílias e fazendeiros e policiais.

Atualmente, residem no PA 88 (oitenta e oito) mulheres, que trabalham na agricultura familiar e ajudam os companheiros através da produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, 99 (noventa e nove) homens e 103 (cento e três) crianças e adolescentes. A raça predominante entre a população é a negra, a faixa etária da maioria dos sujeitos está entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) anos. Contudo, também se faz presente, nesse contexto, alguns idosos, inclusive foram reconhecidos como mestres da tradição oral pelo extinto Ministério da Cultura.

É importante ressaltar que o êxodo rural é quase insignificante no Assentamento de Lagoa dos Bois atualmente. Segundo os líderes comunitários locais, nos últimos 02 (dois) anos, não houve nenhum registro de jovens que saíram da comunidade para trabalhar em outras regiões.

As principais políticas públicas que foram implantadas no PA de Lagoa dos Bois e impactaram no desenvolvimento social foram: Programa Luz para Todos (energia elétrica); Água para Todos; Programa Nacional de Crédito – PRONAF; Projeto de Aquisição de Alimentos- PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE; Ponto de Cultura; Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos – PRONERA; incentivos para a cadeia

produtiva de leite; Centro Digital de Cidadania; Implementos Agrícolas; cozinha comunitária para as mulheres agricultoras e principalmente o acesso a água com a construção de cisternas para água de consumo e produção, que tem impactado positivamente na agricultura e assistência técnica rural através do programa Brasil sem Miséria.

Atualmente, a economia das famílias desse assentamento está concentrada na agricultura familiar de subsistência, que é dividida em extração do sisal, criação de caprinos e ovinos, aves, apicultura, avicultura e hortaliças com uma participação ativa do núcleo familiar.

É importante destacar que, nos últimos anos, as mulheres têm ganhado espaço no Assentamento de Lagoa dos Bois, principalmente através do grupo de produção GMPR, já citado, que produz e comercializa produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE – o qual, através do Decreto 11.947 de 16 de Junho de 2009, normatizou que 30% da merenda escolar deve ser adquirida através de produtos da agricultura familiar. Assim, a produção das mulheres é vendida para a merenda escolar do município de Santaluz - BA.

Atualmente, apenas 7 (cinco) mulheres possuem nível superior no assentamento de Lagoa dos Bois. É importante destacar que esse título acadêmico foi conquistado através do PRONERA. As jovens de 16 a 20 da comunidade estudam o nível médio em um período; no outro, ajudam os pais nos afazeres domésticos e na agricultura. As mulheres de 21 a 30 trabalham no lar, na agricultura e na extração do sisal. Por fim, é necessário ressaltar também que, inicialmente, algumas pessoas não se adaptaram no assentamento de Lagoa dos Bois e 23 (vinte e três) famílias migraram para outras regiões, mesmo tendo recebido o título da terra.

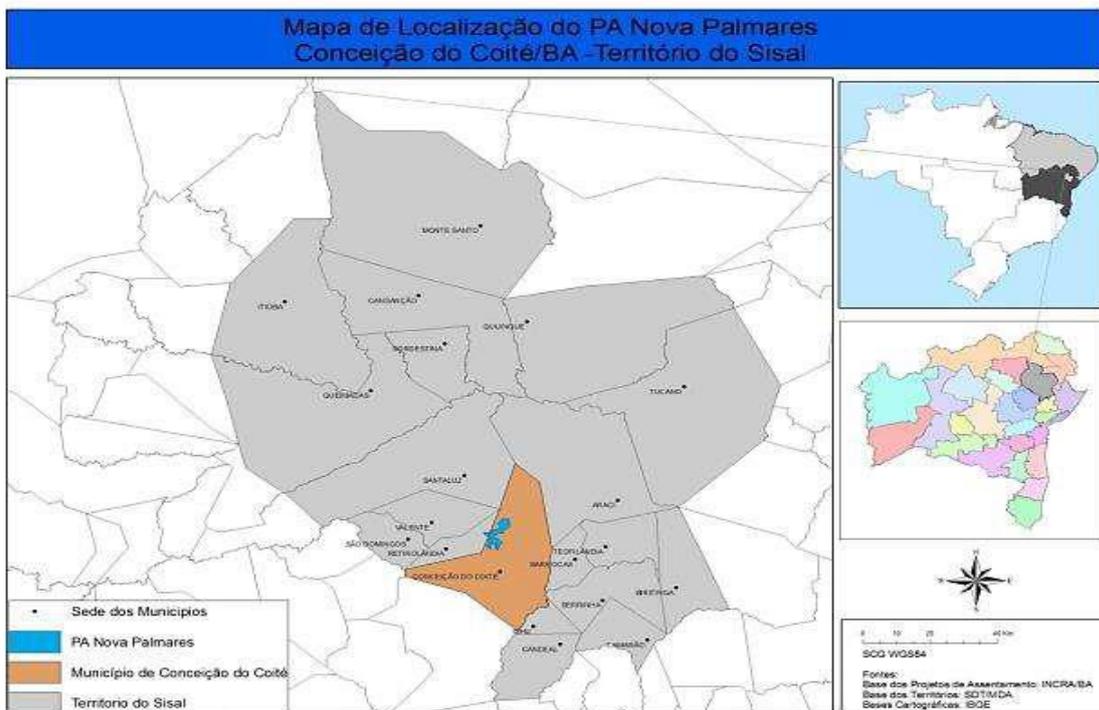
2.2 Projeto de Assentamento Nova Palmares – Conceição do Coité - BA

O PA de Nova Palmares foi fundado no dia 12 (doze) de janeiro de 1998 quando vários pequenos agricultores, denominados “sem terra” da região do sisal, ocuparam a fazenda Berimbau, pertencente ao município de Conceição do Coité no sertão da Bahia. A fazenda Berimbau possuía 7.500 (sete mil e quinhentas) hectares e a invasão contou com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, do Movimento de Organização Comunitária – MOC, da igreja católica e das lideranças sociais da região. Ressalta-se que o processo de implantação do assentamento também teve o apoio de organizações públicas e principalmente dos movimentos sociais do Território do Sisal.

Além, dos trabalhadores demandantes de terra e de suas entidades, de representação e apoio, há muitos outros atores diretamente envolvidos no processo de assentamento e que também são determinantes na sua conformação: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão do governo federal atualmente vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, os institutos de terra estaduais, as secretarias de agricultura e seus organismos de assistência técnica, organizações não governamentais – ONGs voltados para o apoio e assessoria aos trabalhadores. (MEDEIROS, LEITE, 2004, p. 18).

A população assentada de Nova Palmares passou a ter grandes expectativas de dias melhores, começando com a ideia de construir um lugar livre, com acesso à pequena propriedade para manter a subsistência da família e de poder conquistar seus objetivos e direitos sociais.

IMAGEM 03: Localização do PA, Nova Palmares, Conceição do Coité/BA – Território do Sisal



FONTE: INCRA-BA, 2013.

Atualmente, muitas metas foram conquistadas, como: moradia fixa, água encanada, luz elétrica, escola e financiamento para produção agrícola, dentre outras políticas que contribuíram para o desenvolvimento social do assentamento. A união popular e organização coletiva contribui para Nova Palmares ser um assentamento referência no Território do Sisal.

As decisões e mobilizações coletivas fizeram com que o assentamento tomasse forma e, assim, nasceu em meio a um histórico legado do coronelismo e da opressão.

No ano da ocupação, em 1998, a Fazenda Berimbau foi desapropriada pelo INCRA, e transformada no Projeto de Assentamento Nova Palmares. A área conta com aproximadamente 2.243ha (dois mil e duzentos e quarenta e três hectares), distribuídos para 102 famílias, que passam da condição de acampados para a condição de assentados. Além disso, há uma área coletiva de 104ha, que é administrada pela associação do assentamento, e uma área de 697ha destinados à reserva ambiental. Reuniões foram realizadas e a ocupação ocorreu sem conflito, contudo os acampados adotaram apelidos para não serem identificados com os seus verdadeiros nomes, uma estratégia usada para se protegerem de possíveis represálias e perseguições. Havia sempre um grupo de acampados na entrada da ocupação fazendo a vigilância e segurança dos demais. (FARIA, 2014, p. 126).

Ao chegarem à fazenda, as famílias foram demarcando seus lotes, construindo os barracos de lona. O local escolhido foi o Cruzeiro, onde foi rezada a primeira missa e tornou-se um marco referencial dentro de Nova Palmares, reconhecido por todos os assentados.

Em 1998, período em que ocorreu a ocupação, a Fazenda Berimbau foi desapropriada pelo INCRA. A fazenda possuía aproximadamente 2.243ha (dois mil e duzentos e quarenta e três hectares), ocupados por 102 famílias, que deixaram de ser acampados para se tornarem assentados. Destaca-se também que há uma área coletiva de 104ha (dez hectares), que é coordenada pela associação do assentamento, e uma área de 697ha (seiscentos e noventa e sete hectares) destinados à reserva ambiental.

Urbano Carvalho de Oliveira, líder comunitário, assentado, fundador de Nova Palmares e sindicalista destaca que a Fazenda Berimbau, antes da ocupação, possuía uma grande quantidade de máquinas desfibradoras de sisal e era dessa propriedade que muitas famílias retiravam o seu sustento. Porém, a fazenda foi abandonada e assim a população regional, que não tinha o acesso à terra, organizou sua ocupação.

Com a organização da comunidade, fundou-se a associação local “Associação dos Pequenos Produtores e Assentados de Nova Palmares (APPANP)” e passou a ser a principal organização na busca por políticas públicas sociais para a comunidade.

Atualmente, a comunidade possui 579 (quinhentos e setenta e nove) habitantes, de acordo com os cadastros da Agente de Saúde local, que possuem moradia fixa, ou seja, que residem no assentamento. Desde sua fundação, alguns moradores de Nova Palmares voltaram para seus municípios ou migraram para outras regiões, pois não resistiram às inúmeras lutas e dificuldades enfrentadas inicialmente no PA. Uma característica marcante da comunidade é a

luta pelo acesso à educação do campo para atender a população local, justamente por entender que essa política é essencial para a melhoria da qualidade de vida da população e principalmente para a transformação do ser humano e o acesso à cidadania.

Ao contrário do PA de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA, em Nova Palmares não houve grandes conflitos com fazendeiros, mas especificamente com o latifundiário, o Sr. Teó Calisto da Cunha, que se dizia “dono” de todas as terras da região. Inicialmente, Nova Palmares possuía 120 acampados, que conviviam constantemente com ameaças. Mas, venceram as dificuldades e conquistaram a posse da terra com o apoio do INCRA.

Os assentados de Nova Palmares são descendentes de vários municípios: Ichú, Santa Luz, Riachão, Valente, Retirolândia, dentre outros municípios do Território do Sisal na Bahia, que trouxeram consigo a diversidade cultural e saberes de cada local de origem, e juntos com suas diferenças, fundaram PA de Nova Palmares, um dos maiores assentamento de reforma agrária do Território do Sisal ao lado de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA.

Caracterizado como um povo humilde, trabalhador e guerreiro, assim a população se auto define em Nova Palmares. Desde 1988 que lutam pelo acesso à terra e também por uma condição de vida digna com direito à saúde, à moradia, a reservatórios de água potável, projetos beneficentes, ao lazer, à educação qualificada, dentre outras políticas. Dentro da comunidade não existem lutas de classes, pois, desde cedo, houve a conscientização sobre a necessidade da união interna para superar a desigualdade social e a concentração de terras.

A Fazenda Berimbau, que foi apropriada pelos trabalhadores sem terra, estava improdutiva a mais de 15 anos, segundo informações de antigos moradores e das vizinhanças de Nova Palmares. Diante disso, foi iniciado o processo de mobilização para a ocupação desta propriedade por uma população que vivia vulnerável sem trabalho na região do sisal.

Assim, na madrugada do dia 12 de janeiro de 1998, reunira-se 189 (cento e oitenta e nove) trabalhadores de 06 (seis) municípios (Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos, Santa Luz e Ichú) para fazerem a ocupação da terra. A partir disso, iniciou-se o processo de organização interna e foi dado o nome de Nova Palmares ao acampamento em homenagem ao guerreiro Zumbi dos Palmares.

Atualmente, o assentamento possui 158 (cento e cinquenta e oito) mulheres, e menos de 2% são analfabetas. A comunidade conta também com 145 (cento e quarenta e cinco) homens, 147 (cento e quarenta e sete) crianças e 129 (cento e vinte e nove) adolescentes e jovens. A população negra é predominante no Assentamento e sua diversidade se formou através da miscigenação dos diferentes sujeitos que se uniram na comunidade.

A principal lucratividade encontra-se na extração da fibra do sisal e na agricultura familiar. A maior parte das mulheres sobrevivem trabalhando no sisal. Porém, outras vivem apenas da agricultura familiar, através da venda de hortaliças, galinha caipira, verduras, polpas de frutas e farinha e na criação de caprinos, suínos e ovinos junto com o núcleo familiar.

Dentro do processo da agricultura familiar, as mulheres organizam-se através de cooperativas e redes de produtoras. Entretanto, na comunidade de Nova Palmares o trabalho da mulher assentada que se destaca é a produção do sisal. Oliveira (2008) ressalta que no Território do Sisal uma das principais atividades agrícolas advém da produção do sisal e o cultivo desta planta é desenvolvido em pequenas propriedades e o processo de extração da fibra é feito de modo semiartesanal através de uma máquina desfibradora conhecida como paraibana ou motor de sisal.

A comunidade possui alguns projetos sociais que tem as mulheres assentadas como beneficiárias, financiados pelo governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como: crédito alimentação, cozinhas comunitárias, habitação e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF.

Nova Palmares tem se desenvolvido muito através das políticas públicas como a construção da escola local para o nível fundamental com duas cisternas, construída pelo Movimento de Organização Comunitária - MOC. O foco de ensino baseia-se, principalmente, na educação contextualizada do campo. O programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal também teve forte impacto no desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência, através do Programa Água para Todos, que universalizou o acesso a cisternas de consumo na comunidade, assim como implantou a construção de inúmeras aguadas no semiárido. No quesito da educação superior, apenas 3 (três) mulheres e 2 (dois) homens possuem o título no assentamento, todos graduados através do PRONERA.

Assim, em Nova Palmares, existem várias mulheres que comercializam derivados da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e também nas feiras locais. Destaca-se que o trabalho das mulheres nesse programa está ajudando a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários. Através da oferta de, no mínimo, uma refeição diária, busca-se atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que esses alunos se encontram na escola e este processo tem contribuído para aumentar a renda das mulheres agricultoras do assentamento.

2.3 Abordagem sobre os eixos temáticos e variáveis pesquisadas nos Assentamento de Reforma Agrária de Lagoa do Bois e Nova Palmares no Território do Sisal

Inseridas em uma realidade social na qual se encontram contradições e situações de desigualdades e opressões, estão as mulheres agricultoras e assentadas no Território do Sisal.

Diante do patriarcado constante e lutando por melhores condições de vida, as mulheres começaram a se organizar e buscar seus direitos sociais. Entretanto, em se tratando as mulheres assentadas, as manifestações contra a opressão vêm ocorrendo desde as lutas pela posse da terra ao lado de suas famílias e companheiros através da participação social, formação política, da socialização, cooperação e do acesso às políticas públicas. Assim, essas ações têm contribuído para as mudanças sociais nos contextos destes sujeitos dentro da agricultura familiar.

Sobre a participação social e a formação política das mulheres assentadas rurais DANTAS (2011, p. 8) afirma que é

Fundamental perceber que a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa a participação delas na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeito no espaço público e privado. Assim, ao colocar as mulheres rurais na esfera pública, espaços como grupos produtivos contribuem para um questionamento da invisibilidade política, social e econômica, em que essas estão imersas, bem como para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades estruturantes (direitos sociais, bens e serviços) e das desigualdades culturais (violência sexista, divisão sexual do trabalho), abrindo caminho para a democratização do meio rural brasileiro.

A necessidade do processo de participação social e formação política das mulheres está atrelada com a desigualdade de gênero na sociedade contemporânea, em que a mulher agricultora sempre foi estigmatizada. Tratando do patriarcado nos espaços rurais subalternos, destaca-se que o acesso a pressupostos e instrumentos que direcionam a luta das mulheres assentadas pelos seus direitos refletiu no avanço do seu empoderamento. Essas ações resultaram na necessidade de um debate sobre as lutas sociais das mulheres, principalmente nas entidades de representação da classe trabalhadora no campo e em comunidades tradicionais como os espaços dos assentamentos.

A formação política das mulheres agricultoras no Brasil começou a se destacar com a organização feminina nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais- STRs e principalmente através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR. Segundo o MDA (2014), que é

uma mobilização organizada para buscar garantir os direitos sociais das mulheres do campo, desde a década de 1980 lutando também para a superação da sua invisibilidade, esse movimento vem se fortalecendo e é uma bandeira de luta das mulheres agricultoras em todo país, tornando uma conquista permanente.

No Território do Sisal a participação social e a formação política das mulheres assentadas são desenvolvidas por organizações civis, tendo o Movimento de Organização Comunitária - MOC⁵ como pioneiro nesse processo em parceria com os STRs. Atualmente além do MOC e dos STRs, destaca-se também a atuação da Fundação de Apoio a Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia – FATRES⁶, que tem fortalecido as ações direcionadas para o empoderamento feminino dentro da agricultura familiar.

Ao tratar do incentivo das organizações civis para a participação social e a formação política de mulheres no espaço dos assentamentos do Território do Sisal, é importante ressaltar que esse processo ocorre principalmente por meio de associações e cooperativas locais, as quais reivindicam o acesso a políticas públicas, assim como a socialização, produção, organização e cooperação solidária de grupos produtivos femininos da agricultura familiar.

A participação nos grupos produtivos representa um momento a mais na luta por direitos e por melhores condições de vida para si, para a família e para o grupo. Porém, vale destacar que, ao longo do processo de constituição e fortalecimento desse, a dimensão da sociabilidade vai ganhando importância. Ao serem entrevistadas, várias mulheres identificam o grupo como um espaço importante para o encontro e o compartilhamento de experiências. (DANTAS, 2011, p. 67).

Abordando a capacidade de socialização, produção, organização e cooperação solidária presentes no campo de estudo desta pesquisa, é importante destacar que o apoio das

⁵ O Movimento de Organização Comunitária - MOC em funcionamento desde outubro de 1967, com atuação no semiárido da Bahia, é uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana. O MOC tem como público prioritário de suas ações órgãos paritários de gestão, como Conselhos de Políticas Públicas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, pequenos produtores urbanos, professores rurais, excluídos dos meios de produção, organizações populares, crianças e adolescentes em situação de risco social.

⁶ Criada em 1996, na perspectiva de organizar os sujeitos do Semiárido baiano na busca dos seus direitos. O objetivo maior e mais importante da FATRES sempre foi fortalecer o movimento sindical, despertar trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares para seus direitos, incentivá-los/as a se organizarem para que, deste modo, pudessem exercer a sua cidadania. Buscando garantir a capacitação, formação e qualificação profissional de lideranças sindicais, agricultores/as familiares e educadores/as populares (homens, mulheres e jovens), para melhor implementarem ações locais e regionais voltadas para a mudança do entorno social.

organizações civis já citadas é essencial no processo de lutas contra a invisibilidade das mulheres nas comunidades assentadas no território. É fato que a atuação de forma individualizada desses sujeitos não traria nenhum resultado contra o patriarcado e a submissão, que se fez presente durante muitos anos no espaço rural do Território do Sisal.

A cooperação no espaço da agricultura familiar desenvolvida pelas mulheres agricultoras é norteadas por princípios como o a adesão livre, em que os diferentes sujeitos têm a opção de se filiar; neutralidade social, política, religiosa e racial, que visa o respeito às diferenças; tratamento igualitário entre os filiados independente de suas convicções sociais; controle democrático com a participação de todos os membros na tomada de decisões; divisão de lucros, que visa à distribuição dos resultados da produção e comercialização de forma igualitária; educação permanente de forma a capacitar seus membros através da educação popular⁷; autonomia e independência, que garantem às cooperativas e às associações a livre constituição; não interferência do poder público, desde que suas ações estejam de acordo com as normas legais e, por fim, a responsabilidade social, que visa o bem estar coletivo, tanto dos membros como da comunidade de forma geral.

A organização cooperativa como instrumento de defesa, de esperança e de resistência faz parte da história da agricultura familiar. Sob muitos aspectos, pode-se afirmar que a agricultura familiar se transformou em uma “atividade de esperança”, procurando se viabilizar por meio de políticas públicas de reconhecimento e apoio. Apesar das decepções com muitas experiências cooperativas e de suas limitações, não morre a esperança no cooperativismo. [...] Pode-se considerar que a cooperação é inerente à humanização, isto é, a relação cooperativa entre os seres humanos com o objetivo de produzir condições de vida imprime marcas de sociabilidade, distintas de sua natureza instintiva. As fragilidades da vida estão na raiz dos movimentos cooperativos, brotados das necessidades, dos desejos ou interesses das pessoas. Assim, para compreender as práticas cooperativas, em determinado tempo e lugar, é importante conhecer as relações no processo social de apropriação dos resultados da produção e de suas técnicas de produção. Por isso, pode-se afirmar que a cooperação se origina de um processo, associado a um poder social e técnico ou a uma visão política. (FRANTZ, 2012, p. 106-107).

O processo de socialização, produção, organização que resultou no cooperativismo e no desenvolvimento da economia solidária pelas mulheres rurais assentadas no Território do Sisal pode ser justificado pelas considerações de Frantz (2012), quando percebemos essas

⁷ Educação popular que se materializa através das formações desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das organizações civis, associações e também através das capacitações dos projetos sociais na implantação das políticas públicas nesses espaços.

ações como um instrumento de defesa dos direitos. Isso pode ser visto, principalmente, nas lutas contra as desigualdades de gênero no espaço da agricultura familiar e na busca constante das mulheres agricultoras pelo empoderamento socioeconômico.

Como afirma o autor, para podermos compreender a organização social por meio de práticas cooperativistas dentro da agricultura familiar é necessário analisar o contexto social e as relações desses grupos, bem como também os diferentes fatores e as variadas relações dos sujeitos na luta contra a marginalização e a discriminação que resultam na necessidade de muitas mulheres optarem por trabalharem em grupos da economia solidária.

O acesso a políticas públicas pelas mulheres agricultoras no Brasil pode ser caracterizado como um processo recente, pois durante muito tempo esses sujeitos foram vítimas da discriminação sem nenhuma resistência, sendo colocados em um patamar de inferioridade pela sua condição de gênero. Entretanto, não podemos negar que esses sujeitos possuem um importante papel na produção da agricultura direcionada para o consumo familiar e também para a comercialização que é incentivada pelas políticas públicas que, segundo Pereira (2001, p. 223), podem ser definidas como

[...] ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só tem aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços. Por conseguinte, não tem sentido falar de desarticulação entre direito e política se nos guiarmos por essa perspectiva.

O acesso aos direitos das mulheres agricultoras tem se destacado no país nos últimos anos e segundo o MDA (2009) são mais de 14 milhões de mulheres residentes no meio rural, que sobrevivem basicamente da agricultura familiar. Já o IBGE 2010 aponta que 24,8% das mulheres agricultoras são responsáveis pela família, ou seja, não possuem companheiros sendo chefes do núcleo familiar.

Com o surgimento das primeiras reivindicações por igualdade e contra as diferenças de gênero na década de 1980, fortaleceram-se, principalmente, as lutas de movimentos pelos direitos das mulheres residentes no espaço rural brasileiro.

Uma outra iniciativa e que responde mais diretamente às pautas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, foi a criação em 2002 do “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, vinculado ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2003 seu nome foi mudado

para “Programa de Promoção da Igualdade em Gênero, Raça e Etnia”. O Programa tem o objetivo de promover e articular ações que fortaleçam a cidadania e a justiça social no meio rural brasileiro. Sua atuação envolve o diagnóstico, a viabilização e o aperfeiçoamento de políticas públicas capazes de corrigir processos seculares de exclusão, subsidiando o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (IINCRA) na elaboração de políticas. Entre os principais pontos abordados estão o acesso à terra, políticas de crédito, a titulação conjunta, e os programas de capacitação voltados para o público rural feminino. [...] Além deste Programa, é possível verificar a preocupação com a incorporação da perspectiva de gênero em várias das Secretarias e Órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No entanto, a efetivação das ações é um processo lento. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.18).

Ainda de acordo com o MDA (2009), a partir de 2003, foram implantadas no país várias políticas públicas para gênero no espaço rural do Brasil:

- Programa Nacional de Documentação Rural, que tem como objetivo assegurar às mulheres agricultoras o acesso à documentação civil básica, e de 2004 a 2014 teve 6.503 multidões executados;

- Programa de Gestão e Participação Territorial, que visa desenvolver ações para o fortalecimento da participação social das mulheres nas reivindicações de políticas públicas, com a constituição de 77 comitês de mulheres articulados com os territórios de cidadania;

- Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais com o objetivo de fortalecer as ações dos grupos produtivos de mulheres, tendo como principais diretrizes a promoção da igualdade de gênero, o fortalecimento da economia feminista solidária, o desenvolvimento de sistemas de produções sustentáveis e de segurança familiar para os núcleos familiares. Esse programa tem como ações práticas o acesso ao crédito e a facilidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

- Assistência Técnica Rural – ATER, o qual oferece às mulheres rurais assessoria e serviços de estratégias agrícolas para a produção agrícola. De acordo com o MDA (2010), as mulheres representam 55% do público beneficiário dos serviços de ATER no Brasil;

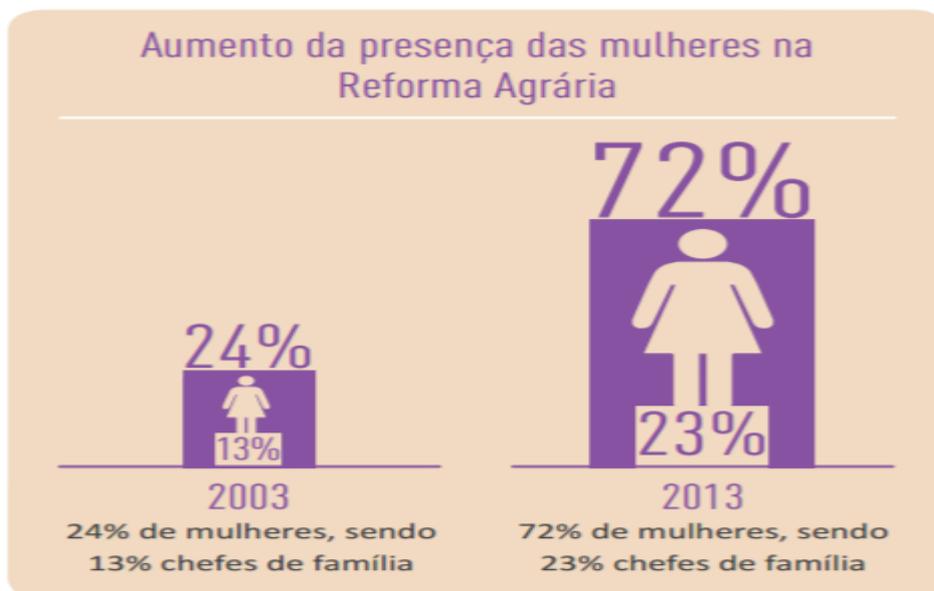
- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado em 2003 para fortalecer e garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar, estabelecendo regras diferenciadas para a sua participação na comercialização de produtos da agricultura familiar;

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher, que tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar. Com esse crédito, as trabalhadoras rurais têm mais oportunidades para desenvolver

atividades agrícolas e não agrícolas. Sendo mais de 400 mil contratos de acesso a créditos por mulheres agricultoras entre 2003 a 2013.

Todas as políticas públicas citadas também são direcionadas para as mulheres agricultoras assentadas. Contudo, há programas específicos para a mulher dentro da reforma agrária que buscam garantir o direito da mulher sem terra de ser beneficiada com acesso à terra igualmente aos homens e o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, uma política complementar de reforma agrária que financia a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados para exploração em regime de economia familiar por trabalhadoras rurais sem terra ou com pouca terra.

IMAGEM 04: Porcentagem da presença das mulheres na reforma agrária no Brasil



Fonte: MDA (2013)

O reconhecimento dessas mulheres como produtoras na agricultura familiar foi uma das principais demandas no decorrer do processo das lutas pelos direitos das mulheres agricultoras. Contudo, as políticas públicas direcionadas para gênero dentro da agricultura se fortaleceram a partir de 2002 e também, nesse período, aumentaram as ações direcionadas para garantir o acesso à terra por mulheres dentro dos assentamentos.

Mas, para analisar se realmente ocorreu o empoderamento e a superação da invisibilidade da mulher nos assentamentos de reforma agrária no Território do Sisal, é necessário compreender também que as relações de gênero no espaço rural sempre foram

estruturadas através de sistemas de dominação e exploração. Portanto, as mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas em um contexto marcado historicamente pelo poder patriarcal.

Tratando das relações de poder na sociedade, que reflete na discriminação das mulheres, Foucault (1984), na sua obra *Microfísica do Poder*, destaca que o poder não é uma coisa estática, é algo que circula, que se pratica e se exerce. Assim, é possível deduzir que o poder só submete o outro como inferior quando as classes marginalizadas consideram natural sua condição e não lutam pela sua autonomia.

As afrontas das mulheres contra o patriarcado nos mostram que o “poder” dos homens sobre elas tem implicado em resistências e as mesmas vêm lutando contra a discriminação de gênero. Essas mudanças nas relações de poder são visíveis entre as mulheres no campo, que deixaram de considerar sua situação de submissão como uma condição natural e estão lutando pelos seus direitos.

Assim, a mulher agricultora tem um papel fundamental na mudança positiva da sua estrutura econômica, social e cultural atualmente. Dessa forma, a organização e a participação em grupos também fortalecem esses sujeitos para resistirem no embate social contra as discriminações de gênero e contra as diversas formas de opressão, conquistando seu empoderamento e a sua autonomia socioeconômica.

Siqueira (2014, p. 40) destaca que, na perspectiva das lutas pelos direitos das mulheres, o empoderamento é, pois, entendido como o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, implicando, portanto, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero.

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (BATLIWALA, 1994, p. 130).

Portanto, as ações voltadas para o empoderamento das mulheres almejam, principalmente, propiciar condições para que elas possam questionar, desestabilizar e se organizar com vistas à erradicação da ordem patriarcal vigente de poder. Portanto, nos últimos

anos, estamos presenciando várias transformações nesses contextos com uma participação cada vez maior das mulheres em espaços que antes eram direcionados apenas para homens, exemplo disso é a agricultura familiar e a reforma agrária do Brasil.

3 TEORIA SOCIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O presente capítulo trata de uma abordagem teórica sobre agricultura familiar e reforma agrária no Brasil e tem como objetivo analisar estudos e pesquisas científicas nesta área, buscando compreender também as conjecturas que envolvem os conflitos agrários no país. Para abordar a agricultura familiar como uma categoria sociológica, é necessário inicialmente fazer uma análise sobre a evolução dessas teorias dentro do processo capitalista de produção. Assim, teóricos marxistas e clássicos da sociologia rural apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar de subsistência com o desenvolvimento das relações capitalistas. Essas concepções são identificadas principalmente nas obras de Kautsky e Lênin.

Kautsky (1972) direcionava suas afirmações para a superioridade técnica e a expansão de grandes latifúndios como um fator determinante para o fim dos pequenos grupos de produção agrícola, pois ressaltava que quanto mais a agricultura era inserida nos padrões capitalistas, mais apresenta qualitativamente novas técnicas que são adotadas pelos grandes estabelecimentos, enquanto a produção dos pequenos camponeses não sobreviveria em meio à evolução da agricultura mecanizada (KAUTSKY, 1972, p. 87).

Kautsky (1972) destaca que a indústria, através do capitalismo, iria sucumbir a classe camponesa, que não teria nenhuma opção de resistência. Os camponeses seriam obrigados a ser tornarem trabalhadores assalariados em grandes explorações capitalistas. Mas, além disso, Kautsky também afirmava haver uma grande superioridade dos centros urbanos sobre o campo, uma vez que as possibilidades de progresso eram maiores tanto financeiras como comerciais nos centros urbanos.

Como Kautsky, Lênin também apontava para a ruína e a desintegração dos pequenos camponeses em meio ao capitalismo. Afirmava que o processo de decomposição dos pequenos agricultores, que seriam obrigados a desenvolver suas atividades rurais tendo padrões, caracterizados como operários agrícolas, constituiu a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista (LENIN, 1982, p. 35).

[...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato,” verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (LÊNIN, 1982, p. 108).

Os estudos sobre o campesinato de Lênin estão contidos na sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que faz referência a um estudo sobre os meios de produção do mercado interno russo no final do século XIX, ressaltando, principalmente, a economia rural. Lênin apresenta a diferenciação social como fator principal para o desaparecimento do campesinato.

As diferenciações sociais resultaram no surgimento de camponeses ricos, que iriam se transformar em burguesia dentro do processo capitalista, sendo que a maioria dos camponeses seria vulnerável e transformada em proletários.

É importante ressaltar que Lênin faz um diálogo muito próximo com Kautsky no que se refere ao desaparecimento do campesinato. Entretanto, por outro lado, discordava dos posicionamentos políticos de Kautsky sobre essa classe e apresentou várias críticas, pois Kautsky não tinha os princípios revolucionários do marxismo como pontos importantes para a alteração do contexto do campesinato russo, a exemplo da insurreição armada e a ditadura do proletariado. Para Kautsky, bastava apenas a vitória do partido socialista pelo voto popular para obrigar as classes dominantes a aceitar pacificamente a reforma das instituições.

Já Abramovay (2012), um teórico contemporâneo, nos apresenta importantes contribuições para compreender a situação dos camponeses agrícolas dentro do processo do desenvolvimento capitalista abordados pelos clássicos marxistas. Ele nos diz que

É excessivamente fácil mostrar que as “previsões” tanto de Lênin como de Kautsky, na maior parte dos casos não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. [...] Mais importante ainda é que se realizou algo que contrariaria inteiramente não só as previsões de Lênin e de Kautsky como as explicações que eles davam à sobrevivência das pequenas explorações agrícolas do capitalismo: é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. (Abramovay, 2012, p. 58).

Assim, percebe-se que o debate marxista sobre a agricultura familiar apontava um grande desafio, que se resumia em investigar se o desenvolvimento do modo de produção capitalista resultaria ou não em determinadas formas de propriedade e novos tipos de

estruturas de classes com o fim do campesinato. Essa concepção tinha como objetivo explicar a persistência ou não do trabalho familiar no campo; assim, como podemos ver atualmente, a permanência da agricultura familiar é marcante dentro do capitalismo, contrariando as teorias clássicas marxistas, que direcionavam para o fim do meio de produção de subsistência de pequenos grupos familiares rurais.

Para entender o processo do campesinato que resultou na agricultura familiar, é necessário também fazer referência às considerações de Chayanov (1974), um grande teórico russo da sociologia rural que teve contribuições fundamentais para a compreensão do processo de produção agrícola de subsistência. Contrariando as teses de Kautsky e Lênin sobre o desaparecimento do campesinato, Chayanov (1974) defende que mesmo com o predomínio das formas capitalistas de produção, prevalece na maioria dos países o trabalho da família na terra através do campesinato.

Para Chayanov (1974), a força de trabalho da família é o elemento essencial dentro da unidade camponesa. É o núcleo familiar que define o máximo e o mínimo da produção dentro da unidade, ou seja, é o tamanho da família (número de pessoas) que equilibra o balanço trabalho-consumo (equação braços e bocas). Chayanov (1974) identifica a continuidade do campesinato fora do modo de produção capitalista, afirmando que esse modo de produção possui características baseadas na força do trabalho familiar, unidade econômica camponesa, pequena propriedade como espaço para o trabalho, a própria família desenvolve seu meio de produção.

Dessa forma, Chayanov (1974) elaborou várias teorias sobre a unidade econômica camponesa, ao partir de uma concepção baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família.

Baseando-se na pesquisa de Weisheimer (2009), é possível perceber que esses teóricos clássicos contribuíram para compreendermos o processo de evolução do conceito de agricultura familiar que se firma atualmente, sobre o qual as relações mercantis capitalistas são marcantes; porém, ainda, resiste a agricultura familiar de subsistência, que antes era caracterizada como campesinato.

Deste modo, o campesinato pode ser entendido como uma forma particular da agricultura familiar, mas os agricultores familiares já não podem mais ser caracterizados exclusivamente como camponeses. Isto porque ambas as categorias compartilham o caráter familiar das relações de trabalho que se fundamenta nos princípios da reciprocidade interna à família e não por relações formalmente mercantilizadas. (WEISHEIMER, 2009, p. 102).

As teorias contemporâneas baseadas nos estudos de Chayanov (1974) comprovam uma contradição entre agricultura familiar e capital no contexto atual, pois a produção da agricultura é aquela que sobrevive do trabalho da própria família, sem a presença marcante da contratação de mão-de-obra externa, característica do capitalismo. E essa forma de produção ainda vigora no espaço rural brasileiro.

Chayanov (1974) não concordava com as teorias de alguns estudiosos sobre o campesinato por considerar que esses usavam essa categoria atrelando-a ao capitalismo. O pequeno produtor familiar e a cultura camponesa, segundo Chayanov (1974), eram baseados no trabalho familiar pertencente a uma estrutura econômica, que é fundamentalmente diferente do modo de produção capitalista, em que o trabalho camponês era guiado pelo objetivo de satisfazer as necessidades familiares. Essa produção familiar permanece dentro do capitalismo e não podemos confundir com uma forma de exploração.

Baseada na centralidade da família, levando em conta as suas necessidades de consumo, é dentro da família que surge a evolução de sua composição como força para o trabalho agrícola, que é um elemento essencial no processo de transformação interna da unidade família, que Chayanov (1974) denominou “diferenciação demográfica”.

Chayanov (1974) apresenta a importância do tamanho do núcleo familiar para o processo da produção e reprodução camponesa, podendo ocorrer ou não a permanência dos filhos na propriedade com projetos profissionais agrícolas e esses fatores têm impactado também, dentro da contemporaneidade, na continuidade do processo da agricultura familiar.

Assim, é necessário que aja na pequena propriedade um seguimento da produção pelos jovens dentro dos núcleos familiares, sendo preciso que a juventude seja incentivada com algum tipo de retorno para planejar seus projetos profissionais dentro do trabalho da agricultura. Sobre isso WEISHEIMER (2004, p. 139) também destaca

Percebe-se que, de modo geral, a possibilidade de um ganho financeiro, decorrente da participação no processo de trabalho familiar, é um elemento que sinaliza o reconhecimento da importância do trabalho juvenil. Sendo mais do que uma recompensa material, a remuneração do jovem é um estímulo simbólico que contribui para desenvolver sua disposição e permanecer na agricultura.

O contexto capitalista em que a agricultura está inserida apresenta uma dualidade, que é consequência da desigualdade fundiária e financeira no espaço agrário brasileiro, e tem causado várias contradições entre agricultores e grandes proprietários de terras. Por meio dos

clássicos da sociologia rural e das análises contextuais, percebe-se que, diferentemente do que afirmaram Kautsky e Lênin, o camponês não se extinguiu, ao contrário, esses pequenos produtores fortaleceram as suas atividades familiares, como nos mostrou Chayanov (1974). No entanto, são inúmeras as dificuldades e conflitos que envolvem os agricultores dentro do capitalismo.

Complementando as conclusões de Chayanov (1974), Schneider (2005, p. 19) também destaca que há uma autonomia da produção familiar dentro da agricultura no processo capitalista e para isso apresenta quatro vertentes, a saber:

1. A forma e o uso do trabalho – as unidades familiares utilizam a força de trabalho de seus membros e, às vezes, contratam trabalho temporário, mas que não se caracterizam como um trabalho do sistema capitalista de produção;

2. As divergências da natureza e seus obstáculos – esses obstáculos impedem que a agricultura funcione como uma indústria, as barreiras naturais bloqueiam o desenvolvimento de economias de escala na agricultura;

3. A teoria social – deu prioridade ao enfoque macrossocial e econômico sem levar em conta a capacidade de adaptação e interação das formas familiares com o ambiente social e econômico;

4. A própria natureza das unidades agrícolas – esse fator é essencial, pois é onde estão inseridas as relações de parentesco e herança da família. Ainda de acordo com Schneider (2005) é no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais justificativas que explicam a sobrevivência de certas unidades e o desaparecimento de outras.

É importante destacar que na visão do autor as famílias têm um papel constante e dinâmico, pois a continuidade de sua reprodução depende de suas decisões e meios utilizados na produção familiar, ou seja, a reprodução social, econômica, cultural e simbólica adotados pela família na unidade de produção, e são condicionadas pela relação da mesma com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Para Schneider (2005), mesmo quando por necessidade a família tenha que estabelecer relações com o modo de produção capitalista, ela não perde sua característica como categoria agrícola.

Portanto, é possível concluir que o conceito de agricultura familiar não é um termo novo da contemporaneidade. Os clássicos da sociologia rural têm influenciado em estudos de diversos países, inclusive o Brasil. Fazendo uma abordagem da agricultura familiar e também um paralelo com Weisheimer (2009), podemos concluir que em nosso país o meio de produção agrícola, diferentemente do sistema capitalista que se baseia na extração do trabalho assalariado e da maximização do lucro, é orientado pela satisfação das necessidades e a

reprodução da família e dos projetos sociais dos jovens que permanecem no campo dando continuidade a este processo.

3.1 Trajetória dos conflitos no campo e reforma agrária no Brasil

É importante ressaltar que na década de 1990 a categoria agricultura familiar passou a se destacar no Brasil e esse debate, inicialmente, fortaleceu-se no campo político e, posteriormente, acadêmico.

Mas, os problemas agrários envolvendo famílias subalternas que possuíam pequenos módulos de produção agrícola ou sem terra vem desde o período colonial, quando as terras eram concentradas nas mãos de uma minoria. Foram vários os períodos no Brasil que prevaleceu o poder das elites agrárias rurais. Segundo Fausto (1995), após a chegada dos Portugueses em 1500 até 1822 o espaço rural brasileiro era controlado pela Coroa Portuguesa, que doava o direito de uso da terra de acordo com a confiança, conveniência e interesses próprios para famílias abastadas e ligadas ao poder do Estado, mantendo as classes subalternas excluídas desse processo.

Fausto (1995) aborta que a implantação das Capitâneas Hereditárias que foi uma forma de expansão da colonização criada pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Esse sistema baseava-se em dividir o território brasileiro em grandes extensões de terras e passar a concessão do uso para nobres ligados à Coroa. O objetivo das Capitâneas era, principalmente, de evitar assim invasões estrangeiras e também de escravizar os índios.

As capitâneas hereditárias eram 15 (quinze) lotes de terras e seus donatários tinham por obrigação governar, colonizar, produzir e desenvolver a região. Entretanto, o sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitâneas de São Vicente e Pernambuco deram certo, o fracasso das demais ocorreu, principalmente, pelos mínimos recursos para investir e os constantes ataques indígenas. Assim, a agricultura familiar nesse período era inexistente, já que o acesso à terra era apenas para os nobres e interesses da Coroa. Assim, é possível perceber que as classes menos favorecidas sem terra, desde muito tempo, vem lutando pelo acesso à terra para conseguirem sobreviver no espaço agrário do campo, conforme destaca Wanderley abaixo:

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre

ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2009, p. 36-37).

Destaca-se também que durante muitos anos no Brasil prevaleceu a escravidão de negros nos espaços rurais. Fausto (1995) aborda que esses escravos começaram a chegar em meados da década de 1550 e durou até 1888 com a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Os escravos eram, na grande maioria, negros africanos e essa realidade tomou forma com a grande propriedade monocultura no Brasil. Assim, percebe-se que prevalecia a concentração das terras nas mãos de uma elite agrária ligada à Coroa e mesmo depois do fim da escravidão esses negros continuaram excluídos do processo de produção agrícola, pois nenhuma política de inclusão social foi criada e eles continuaram a trabalhar nas grandes fazendas ou passaram a mendigar pelas estradas e povoados.

Entretanto, é importante destacar também que a Coroa em 1850 criou a Lei das Terras de número 601/1850. Essa lei tinha como objetivo privar as classes subalternas do acesso à terra e dispõe sobre as propriedades devolutas no Império, as quais passaram a ser possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, ou seja, por título de posse.

O artigo primeiro da Lei das Terras destacava que ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Já o segundo afirmava que os sujeitos que se apossarem de terras devolutas e alheias seriam obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, seriam presos e pagariam multas. Assim, percebe-se que mesmo as terras sendo improdutivas, os escravos libertos, ou qualquer sujeito, sem o acesso à terra não poderia desenvolver a agricultura de subsistência.

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje. O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder. (MARTINS, 1997, p. 17).

Nas suas teorias sobre a História do Brasil, Fausto (1995) ressalta que em 1889 foi proclamada a República, que resultou na queda do período monárquico. Entretanto, esse ato não mudou a realidade de exclusão social das classes subalternas no espaço rural, pois as terras continuaram concentradas nas mãos de uma minoria de fazendeiros que produziam café e leite. Assim, esse período também ficou conhecido como “República Café com Leite”, já que o governo era alternado entre os fazendeiros e as classes pobres eram exploradas.

O voto era excludente, só tinha direito a votar homens e ficou conhecido como “voto de cabresto”, por meio do qual o controle do poder político era exercido através do abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública para o benefício pessoal, deixando a população subalterna excluída novamente.

Porém, de acordo com Fausto (1995), em 1929, a República Café com Leite chega ao fim no Brasil em meio a uma crise mundial e através do Golpe de Estado de Getúlio Vargas, que passa em 1930 a ser o representante legal do país através do Governo Provisório. Getúlio ficou como presidente do Brasil por 15 anos e a realidade das famílias rurais sofreram alguns impactos.

Com a queda da República, o trabalho no espaço rural ficou escasso, os fazendeiros investiram suas reservas em pequenas fábricas de produção manual e muitas famílias migraram para os centros urbanos em busca de emprego. Todavia, as péssimas condições de trabalho castigaram essa população. Assim, com a queda da República, Martins (1997, p. 20) afirma que

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós.

Já Sorj (1986, p.15-16) complementa ressaltando:

[...] a produção agropecuária continua expandir-se, embora a um ritmo menor que a industrial, porém, suficiente tanto para suprir as necessidades do crescente mercado interno como para sustentar as importações de insumos e maquinarias necessárias ao processo de industrialização por substituição de importações. [...] Este desenvolvimento por sua vez se deu com modificações básicas da estrutura fundiária e nas relações de produção.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, outro fator importante na história do campesinato brasileiro foram as Ligas Camponesas, organizações de sujeitos rurais orientados pelo Partido Comunista do Brasil⁸, a partir de 1945. Foi um importante movimento na luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária no Brasil, visava a melhoria das condições de vida da população subalterna rural em um período de exclusão e desemprego no país. Bastos (1984) destaca que as Ligas Camponesas foram reprimidas no período da Ditadura Militar no país, entretanto, despertou nos sujeitos envolvidos a necessidade de lutar pelos seus direitos e, assim, teve influência na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST na década de 1970.

Outro período importante no Brasil após a queda de Getúlio Vargas foi a Ditadura Militar que prevaleceu de 1964 até 1985. Contudo, nesse momento, houve poucos avanços na questão agrária no país. Entretanto, destaca-se a criação do Estatuto da Terra através da Lei 4.504/1964, que normatizou algumas questões sobre o acesso à terra e às primeiras leis direcionadas para a Reforma Agrária.

O Estatuto da Terra regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Destaca no artigo primeiro e segundo:

§ 1º Considera-se a Reforma Agrária como um conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

⁸ Partido Comunista do Brasil (PCB) é um partido político brasileiro de esquerda, que se define como um partido de militantes e quadros revolucionários que se formam na luta de classes, na organização do proletariado e no estudo teórico das obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Sua base teórica para a ação prática é o marxismo-leninismo, que se pauta nos princípios desenvolvidos por Vladimir Lênin.

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Contudo, na prática, o governo militar não desenvolveu ações concretas para garantir os direitos presentes na Lei 4.504/1964 e muitas famílias passaram a reivindicar a posse de imóveis rurais improdutivos. Dessa forma, a população sem terra passou a se organizar e lutar pelos seus direitos.

Assim, surgiu o MST, esse movimento fazia oposição à falsa política de reforma agrária desenvolvida pelos militares no Brasil e se fortaleceu na década de 1970. As principais reivindicações do MST estão relacionadas com o fim da concentração fundiária e pela disputa territorial que busca o controle de grandes extensões de terra por uma minoria. No entanto, esses movimentos eram reprimidos pelo governo da época, já que concentrava suas ações na modernização do processo agrícola e não tinha a reforma agrária como prioridade no meio rural brasileiro.

[...] O debate agrícola e agrário dos anos 70 e de parte dos anos 80 orientou-se pela tese de que a transformação da estrutura agrária brasileira estava sendo realizada por meio da modernização das técnicas produtivas, aumentando a oferta de produtos agrícolas de forma satisfatória e compatível com o nível da demanda, o que isentaria o país da necessidade de uma reforma agrária. O período militar caracterizou-se por incentivar a modernização da agricultura, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. (GUANZIROLI, 2001, p. 187).

Nas últimas quatro décadas, a questão agrária apresenta diferentes conjunturas. Em meio à década de 1970, ocorreu a ampliação das monoculturas e a expansão da agroindústria, em meio a quase extinção dos movimentos camponeses que lutavam pelos seus direitos e pelo acesso à terra. Os movimentos eram reprimidos pela Ditadura Militar, e esse fato resultou em inúmeras dificuldades para a resistência do campesinato no Brasil nesse período. Mas, através da redemocratização do país na década de 1980 e a queda da Ditadura Militar, ocorreu o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária.

O MST, na busca constante pela mudança social e melhores condições de vida para a população subalterna sem terra, utiliza-se das ocupações de terras como seu principal

instrumento de luta, suas ações tornaram-se uma questão nacional com a presença marcante de conflitos principalmente na região Nordeste.

Na região Nordeste, verifica-se um grande número de conflitos de terra, especialmente nos Estados da Bahia e Maranhão, e também de violência contra a pessoa e a posse de propriedades fundiárias. [...] Valendo-se da especialização dos fenômenos de conflitos pela terra e dos assentamentos de camponeses pela reforma agrária, pode-se concluir que existe no Brasil contemporâneo, um processo de resolução de conflitos pela terra que utiliza a instalação de famílias de agricultores em novas terras – nos Estados do Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia, e Mato Grosso – para resolver a demanda pela terra que cresce no Sul, Sudeste e Nordeste, motivada não apenas pela consolidação das médias e grandes propriedades fundiárias, tradicionais e modernas, como também, pelo crescimento do desemprego em todas as regiões brasileiras (GUANZIROLI, 2001, p. 198).

Os movimentos pelo acesso à terra apresentam a questão agrária como um problema social, denunciando o latifúndio improdutivo e a falta de compromisso do Estado brasileiro na efetivação da reforma agrária, que por muitos anos não foi prioridade no Brasil, principalmente na região Nordeste.

IMAGEM 05: Porcentagem de Famílias assentadas por ano no Brasil



Fonte: G1

Percebe-se que, a partir dos anos 1990, as lutas do MST têm apresentado resultados positivos, uma vez que a reforma agrária passou a ser colocada na pauta do governo como uma questão social pública. Entretanto, de acordo com os dados apresentados acima, foi no período de 2003 a 2008 que houve maior número de famílias sem-terra assentadas, esse período refere-se ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no país.

Portanto, não podemos negar que a reforma agrária no Brasil representa um problema histórico em que as classes hegemônicas, detentoras de grandes propriedades de terra, rotula-o como um processo ilegal. Na visão clássica de Caio Prado Junior (1987), a distribuição da estrutura agrária pode ser solucionada por meio de medidas econômicas e jurídicas, como o desenvolvimento capitalista do campo, similar ao modelo capitalista urbano assalariado. Assim, para o teórico, a democratização do acesso à terra não é um fator determinante para solução da questão agrária, intermediado pelo projeto de reforma agrária no sistema capitalista.

3.2 Abordagem teórica: um olhar sobre a agricultura familiar e seus processos no Brasil

O cenário camponês do Brasil se formou com grande precariedade estrutural, enfrentando inúmeras dificuldades encontradas para o desenvolvimento de uma produção agrícola diversificada. Tratados como caipiras, a produção desses sujeitos foi marcada pela mobilidade espacial e pela agricultura itinerante, consequência da posse decadente da terra. Dessa forma, inicialmente, a população subalterna rural teve que se submeter ao domínio de grandes proprietários de terras por vários anos. Neste nível de precariedade, certamente não há muito como construir um patrimônio familiar (WANDERLEY, 2009, p. 169).

As teorias sobre campesinato no cenário político brasileiro abordam, inicialmente, esta categoria com pouca relevância social dentro da história do país. Caio Prado Junior, teórico da economia agrária, ressalta que o Brasil não apresenta em seu contexto processos históricos de formação camponesa e agricultora de subsistência, pois esta categoria passou da escravidão para o trabalho assalariado.

Caio Prado Júnior (1987) também ressalta que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi impactado por uma economia colonial. Segundo ele, o país colonizado era baseado na comercialização movida à custa de trabalho escravo e suas atividades agrárias eram direcionadas para a exportação. Assim, ocorria uma total subordinação da economia rural brasileira ao comércio exterior, mantendo uma produção agrícola no campo que não poderia ser caracterizada como camponesa.

Não se constitui assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conversou ter hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando nela, com a abolição da escravidão, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. (PRADO, 1987, p. 79).

Assim, diante da economia capitalista, as populações que não estavam dentro do processo assalariado agrícola, para Prado (1987), transformaram-se em “populações marginais”, como uma “massa deslocada”, “indefinida” na ordem social colonial. Ou seja, dentro dessa concepção não havia nenhum espaço para o trabalho do pequeno camponês e sua família.

Na visão de Prado, no século XX, as populações marginalizadas continuavam sem uma posição social no sistema produtivo agrário, mesmo o Brasil tendo avançado na sua condição de grande exploração rural. Prado (1987) afirma que o regime de trabalho assalariado agrário também era positivo, pois consentia ao trabalhador rural o direito de plantar por conta própria para a subsistência de sua família em terra alheia, por outro lado, não permitia que ele se transformasse em camponês.

O historiador apontava que o trabalhador da grande exploração rural brasileira não era um camponês, em virtude de ele se caracterizar como uma força de trabalho a serviço do proprietário e não tinha a posse da terra e nem trabalhava apenas em regime de economia familiar. Isto é, a sua sobrevivência não vinha da exploração da terra e sim da remuneração que recebia pelos serviços que prestava aos latifundiários.

Desse modo, em seu olhar, Prado (1987) destacava que as lutas sociais levantadas pelas camadas subalternas rurais no Brasil não eram direcionadas para a autonomia dessa classe como sujeitos donos da pequena propriedade da terra, mas por melhores condições de emprego e salários.

As reivindicações dos trabalhadores empregados na grande exploração rural brasileira são noutro sentido que não o fracionamento da base fundiária em que assenta aquela grande exploração: e o da transformação deles, de empregados que são, em pequenos produtores individuais e autônomos. As reivindicações desses trabalhadores são os de “empregados”, que é a sua situação econômica e social. A saber, as reivindicações por melhores condições de trabalho e empregos” (PRADO, 1987, p. 150).

Porém, podemos destacar que algumas das teorias de Prado (1987) não se concretizaram na prática. Com o passar o tempo, a agricultura familiar se mostrou no Brasil como um importante meio para a sobrevivência do núcleo familiar e até nos dias de hoje este meio de produção no espaço rural se faz presente.

Várias unidades de produção familiar estão inseridas em regiões pobres do país e ainda com técnicas tradicionais de produção e no manejo, assim, as famílias ficaram à margem de um processo de exclusão que pode direcionar a interpretação errônea dessa classe como um grupo direcionado ao fracasso dentro do capitalismo, mas, estes sujeitos vêm se apresentando como atores sociais de resistência no contexto rural brasileiro.

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social. [...] Assim, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família (WELCH, 2009, pp.15-16).

As lutas dos camponeses e em seguida dos agricultores ao longo dos anos vêm ocorrendo em todo Brasil contra a exclusão social no espaço rural e pela manutenção da unidade de produção familiar. O processo de marginalização social das classes subalternas rurais e de empobrecimento foi fortemente visível no Semiárido, pois a ausência de políticas públicas e as condições climáticas agravavam ainda mais a situação até a década de 1990.

Segundo Abramovay (1999), o termo “Agricultura familiar” é novo no Brasil, em épocas anteriores referia-se a essa categoria como “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, e “agricultura de subsistência”, expressões que direcionam para interpretações ambíguas dessa forma de produção familiar.

Dependendo da denominação e termo usado para se referir à agricultura familiar, pode-se compreender que o agricultor, mesmo estando dentro do processo capitalista, faz uso da produção na unidade familiar como meio de sobrevivência. Assim Chayanov, Abramovay (1999, p. 3) destaca a questão demográfica familiar como um fator importante.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas

representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Mas, o autor destaca também que mesmo a agricultura familiar não tendo como prioridade a busca da taxa financeira de produtividade, de rentabilidade ou do lucro, sendo mantida pelo esforço de garantir a sobrevivência da família com condições dignas, culturais e sociais, a produção é influenciada por características do processo mercantil e da mecanização. No entanto, a família possui sempre um valor importante no trabalho agrícola, relações familiares que se impõem à produção embora sejam indissociáveis da propriedade e da exploração da unidade.

Dessa forma, Weisheimer (2004, p. 76) complementa as teorias de Abramovay (1999) quando destaca que

Os agricultores familiares contemporâneos aprecem assim como sujeitos ativos dos processos de transformação pelos quais têm passado a agricultura e os espaços sociais agrários. Eles vão alterando sua própria existência anterior, visando adaptar-se aos novos padrões produtivos. [...] Percebe-se que esse tipo de unidade produtiva, conjuga na sua constituição os elementos terra- trabalho- família, visando assegurar sua existência enquanto unidade econômica independente e construindo estratégias adaptativas ao mercado, que devem ser percebidas como respostas no âmbito da organização do trabalho e da capacidade de produção da unidade familiar, frente às determinações externas do desenvolvimento capitalista, de maneira a assegurar sua reprodução social.

Ressalta-se também que, durante muito tempo, a população rural foi atraída pelas falsas esperanças de uma vida melhor nos centros urbanos, mas, a ausência de qualificação e de oportunidades teve como consequência a exclusão social dessa margem da população nos centros das grandes metrópoles. Assim, as cidades não garantiam trabalho para toda população que migravam do campo e também o sistema latifundiário e mecanizado não garantia empregos suficientes para absorver a mão-de-obra rural. Tais fatores também incentivaram o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Abramovay (1999) destaca ainda que foi necessário o apoio do governo e de créditos para garantir a estrutura e a produção da unidade familiar no meio rural.

Em seu texto “Agricultura familiar e desenvolvimento territorial” Abramovay (1999) também ressalta que o novo modelo e a expansão do crescimento dos centros urbanos têm impactado no meio rural. Segundo o autor, as políticas direcionadas para o fortalecimento da produção agrícola e para a criação de novas unidades familiares no campo dependem das

oportunidades e do tipo de relações que o espaço rural tenha com as cidades. Portanto, a nova dinâmica precisa estimular a valorização do campo, pois a uma expansão significativa do êxodo rural no Brasil é reflexo da falta de oportunidade de trabalho.

Há um vasto segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado. É o que ocorre, sobretudo nas áreas mais pobres do Nordeste, onde ainda são importantes os mecanismos de comercialização como os de "venda na palha", que ligam as famílias a um comerciante (bodegueiro, atravessador) que se torna o destinatário natural dos resultados do trabalho agrícola (17). Mas é o que ocorre sempre que no ambiente local e regional as famílias têm reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação. (ABRAMOVAY, 1999, p. 14).

Outra pesquisadora importante nos estudos sobre sociologia e agricultura familiar no Brasil é Maria Nazareth Baudel Wanderley. Ela reforça que a agricultura familiar não é uma categoria recente no Brasil; entretanto, dentro do cenário capitalista, refere-se a esse termo como uma superação das características tradicionais do campesinato. Wanderley (2009) em *Raízes e Histórias do Campesinato Brasileiro* destaca que a agricultura camponesa tradicional no Brasil é a expressão da agricultura familiar da atualidade, pois elas têm as mesmas características sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. Mas, mediante as transformações socioeconômicas e tecnológicas contemporâneas, a agricultura familiar tem particularidades que influenciam em novas experiências de sociabilidade e forma inserção desta categoria na sociedade global.

Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra - estímulos ou obstáculos - e de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória. Privilegiarei, nesta análise, apenas três objetivos, dentre muitos outros, que parecem permanecer ao longo da história do campesinato brasileiro e que se constituem como núcleos centrais, em torno dos quais se estrutura, até o presente, o amplo leque das estratégias adotadas: refiro-me às lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família. (WANDERLEY, 2009, p. 8).

As lutas do pequeno agricultor e sua família no país são também direcionadas para a sobrevivência da unidade de produção familiar dentro do processo capitalista. Wanderley (2009) destaca que essa categoria encontra dificuldades em desenvolver um sistema de produção diversificado, destacando como exemplo de fonte de precariedade: a instabilidade

gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul, assim como as instabilidades do acesso ao mercado.

Wanderley (2009) aborda também que a preocupação com a integração da produção no mercado de consumo é essencial entre os agricultores atualmente. A referência a uma “agricultura de subsistência” desenvolvida pelos camponeses tradicionais, na qual a produção era feita basicamente para o consumo familiar, não foi totalmente erradicada, mas é visível uma preocupação com o “patrimônio sócio-cultural” do campesinato brasileiro. Para a autora, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade de produção (consumo e mercado) resultou em um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento vitorioso ou não da precariedade e da instabilidade acima analisadas (WANDERLEY, p.11, 2009). A autora ainda continua ressaltando que a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência é desenvolvida através do trabalho familiar que pode desenvolver uma divisão do trabalho interno familiar.

A modernização da agricultura no Brasil impactou nas relações de produção econômicas, sociais, políticas e culturais direcionando para uma nova dinâmica de produção influenciada pelos mercados. Fora do processo de trabalho na unidade familiar, percebe-se um grande crescimento da terceirização, informalidade, diminuição de trabalhadores com carteira assinada, aumento das condições precárias do trabalho no meio rural que direcionou muitas famílias a produzirem e comercializarem como meio de sobrevivência dentro do capitalismo, obrigando as famílias a aperfeiçoarem estratégias modernas na sua produção.

Na verdade, o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo modernizante, de tipo produtiva, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente. A agricultura emerge dessa junção não elimina completamente a marca deste passado, ao qual acrescenta as contradições específicas do modelo produtivista adotado. [...] Neste caso, as relações entre o “atrasado” e o “moderno” se expressam não enquanto pontos opostos, ou como termos de uma evolução, mas, como um processo de reprodução recíproca, o “atrasado” qualificando o “moderno” (WANDERLEY, 2009, p. 45-46).

Entretanto, mesmo com a modernização da produção da agricultura, Wanderley (2009) destaca que não podemos afirmar que sua modernização se deu de forma generalizada na sua totalidade, uma vez que a caracterização da demografia e da sucessão familiar ainda permanece na atualidade e que continuam a existir nas unidades de produção forças de trabalho do próprio núcleo e para o consumo da família, mesmo quando alguns excedentes

vão para o mercado para complementar a renda. Assim, apresentam-se nessa agricultura moderna duas características: a integração diversificada a mecanismos capitalistas, porém, sem perder seus atributos essenciais de cultura familiar, e a abertura para a produção rural e agrícola para as formas de vida moderna, mas sem perder também as características da agricultura familiar.

No processo de adaptação de técnicas modernas dentro da produção familiar agrícola tradicional, Wanderley (2009) trata de rupturas e continuidades nesse processo, fazendo considerações sobre a capacidade de resistência e de adaptação desses sujeitos dentro dos novos contextos econômicos e sociais do processo capitalista. E, entre estas hipóteses, chega-se à conclusão de que a denominação “agricultor familiar” é adequada para compreender estes sujeitos como atores sociais contemporâneos e também é defendido pela autora que estes não são sujeitos passivos, que absorvem as imposições capitalistas; ao contrário, são sujeitos de lutas e resistências que dinamizam sua produção agrícola sem perder suas raízes camponesas

[...] A dupla referencia ruptura/continuidade permanece como guia para a compreensão dos processos de transformação, nos casos que, efetivamente, se afirme a presença de uma agricultura familiar. E não me parece evidente que esta agricultura tenha rompido as barreiras da dissidência e da insegurança, que resultam da posição subalterna e secundária que lhe é socialmente atribuída (WANDERLEY, 2009, p. 198).

Para identificar as transformações sociais que o espaço rural tem apresentado recentemente no Brasil, é preciso ressaltar o papel histórico desses contextos e suas migrações para outras regiões em busca de melhores condições de vida.

3.3 Agricultura familiar e mobilidade espacial no Brasil

Não podemos negar que, mesmo com a sucessão familiar de muitos jovens, ainda são marcantes as mudanças espaciais. Wanderley (2009) resalta que muitas condições desfavoráveis no campo têm provocado o seu esvaziamento. Essas mudanças são visíveis principalmente em regiões rurais e semiáridas do Nordeste, assim como em comunidades tradicionais como quilombos, assentamentos de reforma agrária e fundos de pastos. As migrações são praticadas como uma fuga da vulnerabilidade que muitas famílias vivem.

O movimento migratório pode ser definido como as diversas formas de deslocamento praticado pela população entre regiões. A dinâmica das migrações está relacionada com várias

causas, na maioria das vezes resultam de questões sociais e principalmente da busca constante por melhorias na qualidade de vida.

Segundo Brito (2009), as migrações fazem parte da dinâmica do desenvolvimento da industrialização brasileira. Há uma relação causal entre a o excesso de mão de obra, que foi excluído pelo agronegócio no país, e a necessidade de trabalhadores nos centros urbanos, principalmente do Sudeste. Brito (2009) aponta também que as migrações das áreas rurais para urbanas e industriais no Brasil, no período de 1930 a 1970, inspiraram trabalhos clássicos da sociologia e da antropologia brasileira.

Dentre as principais obras e pesquisas sobre a vida rural e migrações encontra-se “A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo” de Eunice Durhan (1984). Segundo Durhan (1984), em uma entrevista concedida sobre a obra para a Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP em 2011, as migrações acontecem principalmente por questões sociais provocadas pela desigualdade social no campo.

Durhan (1984) também enfatiza na entrevista que a obra “A Caminho da Cidade” foi resultado de uma pesquisa antropológica baseadas em amostras de migrantes rurais no Brasil. Os sujeitos pesquisados por Durhan (1984) possuíam varias particularidades culturais, a grande maioria vivia em situação de extrema pobreza e pouca escolaridade. Essa realidade faz parte do espaço rural de várias regiões brasileiras, mas com prevalência no Nordeste.

Durante sua pesquisa de campo Durhan (1984) identificou que os migrantes rurais eram atraídos para os grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo, pela urbanização e na expectativa de superação das condições de pobreza que o meio rural proporcionava para aqueles que possuíam poucos hectares de terra e nenhuma estabilidade econômica.

Os informantes limitam-se em geral a dizer que emigram “para melhorar de vida” e “porque a vida na roça era muito difícil”. [...] As entrevistas são tão semelhantes umas às outras que nesse particular que seria inútil multiplicar as citações. Mas, apesar de gerais e vagas as respostas apresentam determinadas constantes que permitem reconstituir, pelo menos em parte a representação que o trabalhador rural faz de sua situação de existência. (DURHAN, 1984, pp. 112-113).

As questões sociais que induzem às migrações e transformam os contextos rurais são objetos de estudos essenciais para a compreensão dos motivos que induzem à mobilidade espacial das famílias rurais. A categoria “melhorar de vida”, na observação de Durhan (1984), estava relacionada a um mínimo de estabilidade econômica e, quando as migrações ocorreram

do meio rural para cidades próximas, as famílias buscavam principalmente o acesso às escolas para os filhos.

Quando Durhan (1984) trata da mobilidade espacial e ascensão social aborda principalmente a questão da tradição migratória. Nessa categoria, destaca-se que as migrações são utilizadas como recursos de fuga para tensões econômicas e sociais. A mobilidade está relacionada com tradições comunitárias, sendo um parâmetro universal, tradicional e cultural. Na maioria das vezes, os sujeitos migram para regiões e centros urbanos onde já têm parentes, vizinhos e amigos residindo.

Os grupos migrantes se organizam e tornam-se um projeto familiar na tentativa de melhorar de vida, que também pode ser considerada uma estratégia contra as questões que envolvem a sociedade como a desigualdade social presente no meio rural.

A migração foi explicada como uma tentativa de mobilidade social, isto é, como resposta a problemas criados pela estrutura da sociedade nacional e que são fundamentalmente econômicos. Entretanto, a organização familiar da vida rural leva à colocação do problema da mobilidade em termos da família. Assim, a migração, que aparece como solução para problemas que afetam a família e tendem a ser resolvidos, é um processo condicionado pelo tipo de organização social da sociedade rural. (DURHAN, 1984, p. 128).

A afirmação acima foi comprovada através da pesquisa de campo e entrevistas, por meio de depoimentos de uma família rural do Ceará. Percebe-se, então, que os jovens sempre migravam para a região Sudeste atraídos pelo emprego. Esses sujeitos sempre eram seguidos por outros irmãos, vizinhos e parentes. Entretanto, é importante destacar que essa realidade vem se transformando desde 2002, em virtude de muitas políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da agricultura familiar, que vem garantindo a permanência das famílias no campo.

As migrações, que ainda ocorrem, mesmo em número menor, não são feitas por famílias inteiras. É visível na pesquisa de Durhan (1984) que as migrações rurais entre regiões, diferente da mobilidade regional, é feita em grupos pequenos que “arriscam a sorte”; assim, o deslocamento do restante da família ocorre de forma gradativa.

A fragmentação de famílias rurais numerosas nas migrações acontece, sobretudo, porque a mudança causa vários impactos culturais para o núcleo familiar, principalmente emocional. Além disso, há uma precaução sobre a mudança, pois é preciso a certeza do sucesso e do acesso a melhorias sociais comparadas com a vida rural.

Segundo Durhan (1984), nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente

como um deslocamento geográfico, já que envolve questões que necessitam da flexibilidade do sujeito para novas adaptações sociais e culturais. São novas formas de viver que os centros urbanos proporcionam totalmente diferente de contextos rurais.

Não se deve esquecer que a sociedade urbana se apresenta, para o camponês em geral, e para o caboclo brasileiro em particular, como os centros dos quais emanam o poder, a autoridade e o saber. A dependência que se encontra em comunidades rurais ante as cidades, que são os centros recreativos, culturais, religiosos, econômicos e políticos na vida nacional, não pode deixar de se manifestar em prestígio dos padrões urbanos em oposição aos rurais. (DURHAN, 1984, p. 139).

Entretanto, a pesquisa de Durhan (1984), por outro lado, mostra que os padrões urbanos através da sua sociedade capitalista também se aproveitam da ignorância do homem do campo sobre os costumes, cultura e comunicação da cidade. Em um depoimento, destaca que o sujeito rural fica tímido em meio às multidões, teme ser maltratado e humilhado por sua forma de se vestir e de se comunicar.

A mobilidade espacial analisada por Durhan (1984) não estava centralizada apenas nas mobilizações entre regiões. É importante destacar também migrações regionais, territoriais, que ocorrem principalmente entre as famílias sem terra.

Essa mobilidade dos trabalhadores sem terra, frequentemente se restringe ao município ou municípios vizinhos. É importante notar que, estando associada em geral a incorporação maior à economia monetária, ela se dá paralelamente à destruição dos grupos vizinhos com a destruição da autossuficiência econômica. Persistem, entretanto, agrupamentos de parentes e amigos, pois as mudanças de fazenda para fazenda acompanham a direção dos laços pessoais que unem famílias diferentes. (DURHAN, 1984, p. 121).

Portanto, essa população sempre foi marginalizada pela elite rural e suas relações migratórias não são centradas apenas em relações familiares, são grupos de vizinhos e sujeitos com uma causa em comum, que é a falta de terra para o manejo agrícola. Membros das famílias assentadas migram para outras regiões, principalmente jovens. Contudo, mudam-se, principalmente, de forma temporária para outros territórios dentro das próprias regiões para desenvolver afazeres agrários em período de colheitas e também para outros tipos de trabalhos rurais almejando ganhar dinheiro, já que a pequena propriedade rural, adquirida através da reforma agrária, não garante o sustento do núcleo familiar.

Mas, destaca-se que essas mobilidades espaciais foram quase erradicadas nos últimos

anos. Isso ocorreu principalmente através do investimento e políticas públicas do Estado para a população rural, que tem fortalecido a agricultura familiar, garantindo meios de sobrevivência através do trabalho grupal na unidade de produção familiar.

Entre esses investimentos no Brasil, destacam-se incentivos através de créditos rurais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, de programas direcionados para a comercialização da agricultura por meio do cooperativismo e da economia solidária no país.

3.4 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Em meados de 1995, foi implementado no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Schneider (2005) ressalta que a década de noventa foi marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, sobretudo na esfera governamental. O PRONAF visa apoiar financeiramente projetos individuais e coletivos de agricultores familiares, quilombolas e assentados de reforma agrária com baixas taxas de juros com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar no Brasil.

Mattei (2005) destaca que a criação do programa ocorreu como resultado de vários estudos realizados na década de 1990, com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), e que orientaram o governo brasileiro a executar uma política econômica e social com o foco na agricultura familiar, almejando desenvolver socialmente as famílias subalternas do campo. O objetivo inicial foi direcionar recursos para financiar a produção, equipamentos e, inclusive, a infraestrutura produtiva nas unidades de produção familiar; e percebe-se que os resultados do programa são inúmeros.

De acordo com Abramovay (1999), o fortalecimento da agricultura familiar torna-se também prioridade do governo por compreender que é parte fundamental do desenvolvimento do país, além de proporcionar a inserção produtiva do elevado número de famílias em situação de pobreza no campo, sendo o PRONAF um instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar.

As contratações do Crédito – Pronaf apresentam crescimento sustentado ao longo dos anos. Em 1999/2000, o Pronaf abrangia 3.403 municípios, passando para 4.539 no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura de municípios, ou seja, a ampliação de mais de 1.100 municípios em apenas um ano. A ampliação de municípios atendidos

continuou em cada ano agrícola, sendo que em 2005/2006 houve a inserção de quase 1.960 municípios em relação a 1999/2000. Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios. Em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação a 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%. O comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do Pronaf tem crescido ano a ano. Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões com uma evolução de 254%, sendo que em 2007/2008 rompeu-se a casa dos 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões. (MDA, 2014, p. 3).

O PRONAF também tem como objetivo o desenvolvimento rural sustentável, contribuindo para o acesso a conhecimentos técnicos, incentivando a educação, melhorando a infraestrutura da unidade de produção familiar, promovendo reflorestamentos, preservações de matas e/ou florestas, e acima de tudo, promovendo novas alternativas de geração de renda que venham a contribuir para a permanência do pequeno agricultor e sua família no meio rural de forma sustentável.

Quanto à organização do PRONAF, Mattei (2005) destaca que o Programa apresenta em quatro linhas de atuação:

- 1- Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais e, praticamente todos os municípios do país através da liberação direta entre o Banco e o demandante de crédito;
- 2- Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;
- 3- Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- 4- Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Os créditos do PRONAF se destinam ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura da produção e serviços. São beneficiários os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem

seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa, em um dos seguintes grupos:

Grupo "A" - Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Grupo "B" - Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.

Grupo "A C" - Agricultores familiares assentados pelo PNRA que:

- a) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A";
- b) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".

Agricultores Familiares

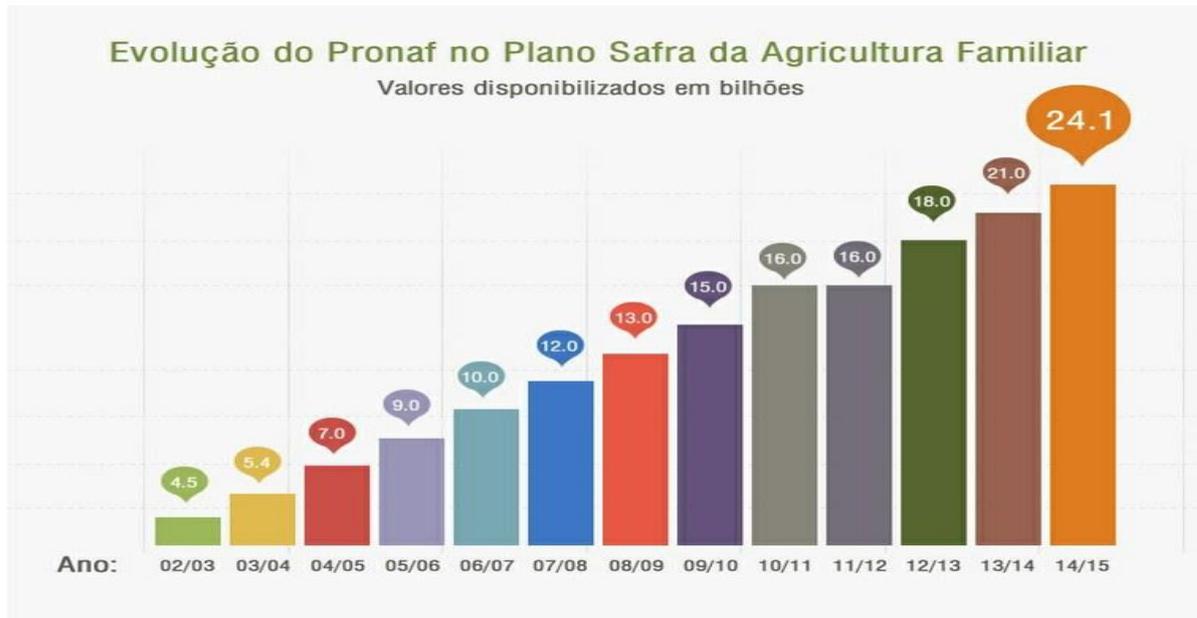
- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
- d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar.

Assim, o PRONAF surge como uma oportunidade para as classes rurais de baixa renda, atendendo às necessidades da unidade familiar e promovendo a produção e comercialização de produtos da agricultura. Destaca-se também que o programa tem como atividade prioritária o fortalecimento das condições para a autonomia do agricultor, a melhora da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo.

Os créditos do PRONAF direcionados aos agricultores familiares vêm garantindo a inserção dos mesmos como uma classe social produtiva dentro da economia, além de

incentivar o desenvolvimento no meio rural. Esta inovada alternativa busca integrar grupos que, até então, eram marginalizados e excluídos socialmente.

IMAGEM 06: Investimentos do governo no PRONAF (2003/2015)



Fonte: Portal Brasil

Portanto, o PRONAF é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar no país e tem impactado de forma positiva nos grandes avanços da agricultura familiar no Brasil e no melhoramento da qualidade de vida na agricultura familiar. Isso se deve ao fato de que, além de fazer com que esta categoria fosse reconhecida perante o governo, é uma política que vigora até hoje e nota-se a necessidade de sua continuidade e expansão de seus recursos e benefícios, conforme análise feita, evidenciando as consequências positivas trazidas pelo programa.

3.5 Agricultura Familiar: cooperação, reciprocidade, comercialização e economia solidária no Brasil

Marc (2014) ressalta as relações entre diferentes sujeitos no meio de produção capitalista, abordando a produção, a distribuição e o consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência, articulando com a forma que os indivíduos assumem as relações sociais de

produção em meio a um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas que são baseadas na exploração e alienação do trabalhador.

O capitalismo estudado por Marx desenvolve vários processos de reestruturação que resultam no desemprego e na demissão das classes trabalhadoras. O trabalho dentro do capitalismo é precarizado, tratado como mercadoria, sem considerar os direitos sociais dos sujeitos já que o lucro é o principal objetivo das relações de trabalho.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas potência. 280 Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. (MARX, 2014, p. 297).

O cooperativismo e a economia solidária no meio rural passaram a se desenvolver no Brasil como uma estratégia de sobrevivência diante do aumento do desemprego e da exclusão social provocados pelo desenvolvimento capitalista contemporâneo. Nas últimas décadas, principalmente nos anos 1990, identificam-se no contexto social brasileiro vários embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural. É nesse terreno que nasce as experiências de economia solidária e associações cooperativistas.

Resultado do processo capitalista ocorreu a promoção de diversas políticas de ajuste econômico, sobretudo desde 1990 com a adoção do receituário neoliberal no Brasil. Isso aprofundou o quadro de estagnação da renda *per capita* acompanhado pela desaceleração na abertura de novas vagas assalariadas formais, acelerando a elevação do desemprego e de postos de trabalho precários que também impactaram no meio rural. É neste cenário de exploração que a população começa a fortalecer os processos de cooperação rural e criar associações, desenvolvendo o processo da economia solidária como uma alternativa contra a exploração capitalista.

As associações de produtores é o modelo de organização local dos agricultores que mais se desenvolveu durante os últimos trinta anos. A maioria das associações nasceu do conjunto de três fatores: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, tais como igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos com o apoio de financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários, subsídios ou créditos públicos. (SABOURIN, 2009, p. 88).

Correa e Magri (2012) também destacam que a economia solidária pode ser definida como uma forma inovada de produzir, vender, comprar e trocar resultando na autonomia social e financeira de famílias que sempre foram excluídas da sociedade. Essa economia se desenvolve principalmente através de grupos sociais reunidos através do cooperativismo, sem exploração, através redes de produção e comercialização que fortalecem o grupo, que se fortaleceu principalmente na década de 1990 no Brasil.

A segunda metade dos anos 90 marca para a agricultura brasileira um momento de ruptura. [...] O crescimento e a diversificação de representações e eu passam a ter os movimentos sociais fizeram com que o leque de demandas também se ampliasse. Algumas destas incluíam a reivindicação de políticas específicas para um público que passava a ser reconhecido como sob uma nova denominação de agricultores familiares, que historicamente foram fragilizados e discriminados na conjuntura de crise. (CORREA, MAGRI, 2012, p. 109).

Percebe-se que, em meio ao grande índice de desigualdade social provocada pelo capitalismo, desenvolvem-se novos espaços e modos de produção distintos da economia capitalista. A exploração da força de trabalho capitalista exige profissionais escolarizados e técnicos; entretanto, a população subalterna brasileira não teve o acesso à educação até recentemente, e isso também contribuiu para a sua exclusão do mercado de trabalho.

Correa e Magri (2012) enfatizam também que, a partir de 2002, com a implantação de novas políticas públicas governamentais direcionadas para a agricultura familiar, em resposta ao agravamento da miséria no campo, os agricultores familiares se uniram através do cooperativismo e passaram a desenvolver a economia solidária como um meio de sobrevivência. Essa economia solidária acontece também através da produção e comercialização em grupos, Sabourin (2009, p. 53) afirma que:

As comunidades camponesas do Nordeste mantêm ou estabelecem formas de solidariedade e complementaridade na produção, no plano de ajuda mútua agrícola, para o manejo de terras e recursos em comum (pastos comuns, reservas de águas e baixios) ou para a aquisição e gestão de infraestruturas comunitárias (casas de farinha de mandioca, poços, cisternas, escola, energia elétrica, etc).

Essas formas de cooperação são vistas frequentemente em espaços rurais na união dos agricultores na luta e resistência contra a exclusão capitalista da atualidade e tem sido apoiada

nos últimos anos pelas políticas públicas governamentais. Portanto, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), criados a partir das associações e cooperativas, são definidos por Gaiger *et al.* (1999) como atividades coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, normatizados por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Assim, esses meios de produção e comercialização desenvolvidos no meio rural são marcantes principalmente em comunidades tradicionais. As mulheres rurais vêm garantindo sua autonomia financeira e seu empoderamento no campo através da agricultura familiar e tem utilizado como instrumento principalmente a união comunitária através de associações e cooperativas para produzir e comercializar os produtos da agricultura familiar. Essa realidade é marcante no semiárido da Bahia.

4 MULHERES COMO PROTAGONISTAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo aborda a agricultura familiar como um espaço de atuação social, política e de autonomia para as mulheres. Por outro lado, destaca as principais dificuldades enfrentadas por estes sujeitos nestes ambientes, que também são marcados por lutas e pelo fortalecimento do empoderamento, já que, durante muito tempo, foram invisibilizadas dentro do espaço da agricultura familiar. Foca na participação das mulheres em assentamentos de reforma agrária e sua participação política e social e como essas ações têm refletido de forma positiva na conquista de vários espaços que antes as mulheres eram excluídas.

Tratando das mulheres dentro da agricultura familiar, é importante pontuar que as relações são processos que envolvem várias questões de gênero nestes espaços. Guedes (1995) ressalta que, ao invés de nos questionarmos sobre a definição de gênero, devemos buscar compreender como essa categoria tem resultado em uma hierarquia de poder tendo os homens como detentor de poder; ou seja, a sociedade precisa estar atenta em como a relação de dominação é construída, colocando as mulheres em uma posição de inferioridade e submissão. Assim, este cenário demonstra a urgência de fortalecer a autonomia feminina e o seu empoderamento.

A mulher agricultora sempre teve um papel essencial junto à família, todavia, essa participação no núcleo familiar foi pouco reconhecida e valorizada dentro da sociedade. Suas ações são desenvolvidas principalmente na educação dos filhos e junto aos afazeres no

campo, arando, carpindo, auxiliando na colheita e plantio. Essa categoria atualmente representa quase 50% (cinquenta por cento) da população rural no Brasil e são as mais afetadas pela discriminação. E durante anos não houve nenhum investimento para melhorar a sua condição de gênero nestes espaços, mesmo cada vez mais assumindo a responsabilidade pelo grupo familiar que integram.

A participação da mulher em atividades produtivas, como a agricultura, tem aumentado e também suas lutas sociais e a participação política aos poucos veem garantindo seu reconhecimento, pois também são ativas no processo de produção agrícola em suas propriedades familiares e estão tendo visibilidade como sujeitos dentro das relações de gênero, como também no trabalho dentro da agricultura.

4.1 Divisão sexual do trabalho e a invisibilidade da mulher na agricultura familiar

As desigualdades sociais de gênero, que marcam a realidade das mulheres, inclusive no ambiente do trabalho, tem as excluído de diversos espaços. Tais desigualdades estão relacionadas com a divisão social e sexual dentro da sociedade. A categoria trabalho sempre foi de interesse da Sociologia desde que a mesma foi reconhecida como Ciência, em meados do século XIX. Esses estudos podem ser vistos em obras de clássicos como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Contudo, esta categoria também se tornou uma preocupação dos estudos feministas, inclusive no Brasil.

As divisões sexuais do trabalho também têm impactado de forma negativa dentro do processo de produção da agricultura familiar, que segundo Melo (2003), as relações desiguais de gênero evidenciadas na divisão sexual do trabalho e que desvalorizam as tarefas executadas pelas mulheres, não se apresentam de forma diferente. Dessa forma, é visível que a divisão do trabalho dentro da agricultura é marcada pelas atividades desenvolvidas pelos homens no campo e pelo o trabalho reprodutivo cotidiano das mulheres no cuidado da casa. Mas, é importante destacar que no trabalho domestico também é incluído o cuidado dos animais de pequeno porte, hortaliças, etc.

Inúmeras pesquisas focam na divisão do trabalho por sexo na agricultura familiar e, segundo Brumer (2004), esses estudos permitem concluir que as mulheres estão inseridas em uma posição inferior dentro da produção e seu trabalho geralmente aparece como uma forma de ajuda, mesmo que elas trabalhem tanto quanto os homens ou executem as mesmas atividades dentro da agricultura familiar. Melo (2003, p. 199) afirma que:

A partir da divisão sexual de trabalhos na agricultura familiar, o homem é o responsável “natural” pelos negócios relacionados à atividade agrícola como, por exemplo, o cultivo da roça, a venda da produção, o acesso ao crédito rural e a participação em programas relacionados ao setor. A mulher, por outro lado, é a principal encarregada dos afazeres domésticos. Além destes, ela também participa dos trabalhos da terra, mas apenas na condição de ajudante do marido, pois as responsabilidades pelas atividades domésticas não permitem maior participação no dia a dia da roça. Pela responsabilidade assumida pelo homem na agricultura familiar, ele quem está à frente das decisões a ela relacionada. Ele é autoridade maior na família. Sua condição de chefia dessa unidade, a partir da concepção de provedor, mantém-se mesmo estando temporariamente ausente do domicílio, e a mulher, assumindo a responsabilidade da família.

O trabalho feminino na agricultura familiar, mesmo contribuindo para a renda da família, e com alguns avanços do reconhecimento das mulheres como protagonistas da produção da agricultura, ainda é vista por muitos como uma atividade complementar ao trabalho masculino, não sendo valorizada sua participação no trabalho agrícola. Dessa forma, a falta de reconhecimento e as marcas do patriarcado têm como consequência a permanência da invisibilidade do trabalho feminino dentro do setor produtivo da agricultura.

Pacheco (1996, p. 1) argumenta que:

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica.

A invisibilidade que acompanha essas mulheres dentro da agricultura tem fortalecido as diferenças de gênero e a reprodução das desigualdades. Ressalta-se que, além da desvalorização da sua capacidade produtiva, ocorre também uma discriminação desses sujeitos como chefes de família quando não possuem companheiros.

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado. (DI SABBATO, 2009, p. 18).

O contexto rural brasileiro é caracterizado pela falta de identificação da mulher como produtora agrícola, pois estes espaços são marcados por estereótipos e por uma cultura

centrada no patriarcado onde a mulher deveria ser educada para cuidar da casa, reproduzir filhos e ajudar na agricultura sem nenhuma remuneração.

Dessa forma, as agricultoras permaneceram invisíveis por muitos anos, seu trabalho não era reconhecido, não possuíam renda e eram tratadas pelos companheiros com discriminação e sem nenhuma retribuição pelo seu trabalho na agricultura.

A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser visualizada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevado na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia. [...] É nesse sentido que pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. (BRASIL, 2006, p. 52-54).

Então, não podemos negar que a cultura elitista do nosso país construiu uma ideologia que coloca sempre o homem como chefe de família e também como detentor e dono do saber na agricultura familiar. Essas concepções preconceituosas contribuíram ainda mais para a minimização do papel da mulher como um ser autônomo, capaz de liderar o lar e trabalhar na agricultura familiar exigindo seus direitos sociais.

A mulher agricultora não pode ser considerada inferior ao homem no manejo agrícola, entretanto, as mesmas enfrentam estereótipos que as inserem em uma posição hierarquicamente inferior. É inegável que estes sujeitos quase não tiveram acesso a políticas públicas de inclusão social até recentemente, muitas delas não conheciam seus direitos e permaneciam dependentes de seus companheiros, sofrendo constantes formas de violência doméstica e psicológica.

Brumer (2004) destaca dois pontos que justificam a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais

O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Ocorre que as atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que supostamente as mulheres (adultas e jovens) possuem, por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização. (BRUMER, 2004, p. 211).

Por outro lado, Melo (2003) pontua que o núcleo familiar da agricultura no campo vem passando, nos últimos anos, por processo de mudanças no quesito das relações de gênero. Nesse contexto, ainda segundo a autora, os movimentos sociais e feministas, através de suas lutas, têm impactado de forma positiva para reconhecer o espaço da mulher na família e dentro da agricultura familiar.

Na pesquisa de Brumer (2004), é perceptível também que a divisão do trabalho entre homens e mulheres rurais se reproduz na agricultura modernizada da contemporaneidade, pois o homem continua sendo visto como o detentor do saber rural e não cabe à mulher manusear equipamentos mecanizados de plantio e colheita. Entretanto, as mulheres têm grande participação na agricultura familiar de subsistência e aos poucos estão tendo seu reconhecimento através da comercialização de produtos derivados da agricultura.

Ao mesmo tempo, parte do trabalho que antigamente era feito à mão, hoje pode ser feito com auxílio de máquinas, o que, em algumas situações, levou à diminuição do número de pessoas empregadas na agricultura. Como o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, é ele que investe no aprendizado das novas tecnologias. [...] São também os homens que administram os recursos oriundos da atividade agropecuária, pois, mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente de todos os membros da família, apenas nas despesas destinadas ao consumo e produção doméstica ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo. (BRUMER, 2004, p. 213).

O grande índice de mulheres no campo sem autonomia na contemporaneidade comprova que é preciso questionar a tradicional condição feminina neste espaço. É necessário romper com estereótipos que legitimam a dominação masculina dentro da agricultura familiar, redefinir regras sociais e mudanças nos valores que regem a sociedade rural. É necessário construir uma nova identidade da mulher e novas relações de poder que envolvam questões de gênero dentro da agricultura, estimulando a autonomia para as mulheres, à medida que elas passem a atuar em diferentes espaços coletivos e tornem-se sujeitos de sua própria história.

A presença das mulheres na economia rural é marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, expressa numa concentração das mulheres em atividades voltadas ao autoconsumo familiar, realizadas, predominantemente, como mera extensão dos cuidados com os filhos e os demais membros das famílias. Atividades realizadas sem remuneração e, portanto, não vinculadas à comercialização e à geração de renda. As famílias rurais se fazem

representar pela figura do “chefe de família”, exercida pelos homens. Isso dificulta o acesso direto das mulheres às políticas públicas que garantem o seu direito a ter direitos, tais como acesso à documentação civil e trabalhista, à terra, aos recursos naturais e produtivos, entre outros. (MDA, 2010, p.12).

É necessário enfatizar que as mulheres vêm ganhando espaços antes negados, principalmente através das políticas públicas governamentais direcionadas para a inclusão desses sujeitos socialmente. Melo (2003) ainda destaca que está havendo um aumento da participação da mulher como chefe de família no espaço rural, fortaleceu-se também a presença dos filhos e companheiro nas tarefas domésticas, ainda que em nível de ajuda.

Dessa forma, o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e a desvalorização das mulheres dentro da agricultura familiar possivelmente estão sendo substituídos por uma mulher empoderada, autônoma e preparada politicamente para lutar pelos seus direitos. Todavia, esses avanços só foram possíveis graças às inúmeras lutas contra a discriminação da mulher nos diversos espaços que vamos confirmar ou não na presente pesquisa.

4.2 A participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária e seus resultados

Ao analisar a participação das mulheres no processo de luta pela terra, é necessário atrelar as questões agrárias que fazem parte da história do Brasil, que sempre foram marcadas por hierarquias, relações de poder político, econômico, social e cultural e envolvem inúmeros interesses, principalmente da elite agrária no país. Dentro deste processo de lutas, é visível um forte embate entre proprietários e grupos econômicos, inclusive muitas vezes tendo o Estado ao seu lado e contra trabalhadores/as rurais (posseiros, meeiros, arrendatários, assalariados, pequenos produtores, etc) historicamente colocados em uma situação de extrema vulnerabilidade social, tendo seus contextos marcados pela pobreza.

A iniciação dessas lideranças nas lutas sociais se deu em um período em que já existiam diversas campanhas das mulheres rurais por ampliação dos seus espaços de representação e por maior visibilidade para suas reivindicações, como foi essa a questão que levou a maioria delas a engajar-se em um movimento. (SILIPRANDI, 2015, p.192).

Pensar as mulheres como sujeitos dentro desse processo de luta pela reforma é também analisar as condições de vida, de exclusão e de desigualdade social que elas sempre estiveram inseridas. Todas essas lutas envolveram diferentes segmentos das classes

subalternas do campo, com o intuito de terem acesso a melhores condições de vida no meio rural. Em meio aos movimentos e reivindicações travadas pelas mulheres do campo, as agricultoras sem terra e assentadas têm participado, porém, com uma jornada múltipla, pois não deixam de serem esposas, mães, agricultoras, chefes de família, sindicalistas, etc. Essas mulheres também lutam pelos seus direitos inclusive pelo acesso à terra.

A mulher que sempre trabalhou na produção agrícola, aumenta também sua participação nas lutas travadas pela classe: nas campanhas salariais e nas greves; nas mobilizações dos pequenos agricultores; na luta pelos serviços sociais de previdência e saúde; na luta por seu reconhecimento como trabalhadora e contra outras discriminações que a atingem mais diretamente. (LIMA, 1992, p. 13).

Tratando da participação política das mulheres agricultoras, é necessário retornar à década de 1960, quando ocorreu um processo de expropriação e violência direcionadas para as mais diversas categorias de trabalhadoras rurais no Brasil. Os prejuízos do contexto da Ditadura Militar no país impactaram negativamente também no cotidiano da mulher do campo, esta que já enfrentava várias formas de discriminações nos diversos espaços. Nesse período, de forma tímida, encontram-se as mulheres se inserindo aos poucos nos movimentos de lutas pela opressão e pelo acesso à terra no campo.

Pode-se encontrar a participação das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra e pelo desenvolvimento da agricultura; na luta pelos direitos sociais, políticos, econômicos e civis; na luta pelo seu reconhecimento e valorização na sociedade. Segundo Fernandes (2000, p. 38) a primeira manifestação de organização das mulheres na luta pela terra, ocorreu no primeiro Congresso do MST EM 1985 no qual:

As mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

É importante destacar que na participação nas lutas políticas pelo acesso à terra, o trabalho cotidiano e a produção dentro dos assentamentos está muitas vezes limitada pelas desigualdades impostas entre homens e mulheres no trabalho reprodutivo das famílias. Assim como em outras realidades dentro desses espaços, a mulher também aparece sem acesso às decisões de gestão da produção, mesmo sendo protagonistas essenciais da produção agrícola,

pois cuidam dos animais domésticos, de quintais de hortaliças e muitas vezes inclusive do trabalho do campo, garantindo a produção para o autoconsumo das famílias. Mesmo assim ainda precisam acompanhar seus companheiros no grito pela posse da terra. Muitas fazem mutirões para cuidar de todo o grupo nas suas manifestações por meio da preparação dos alimentos, cuidados com as roupas, crianças etc.

Nos últimos anos, foram criadas várias políticas de inclusão da mulher assentada que vem contribuindo para a superação da sua invisibilidade nestes espaços.

O INCRA alterou os procedimentos e instrumentos de inscrição de candidatos e candidatas na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, incluindo a MULHER e o HOMEM, independente de estado civil, em caráter obrigatório em um patamar de igualdade nas condições do acesso a terra. Ter terra significa ter acesso às demais políticas de desenvolvimento. Isso possibilita a construção da autonomia econômica das mulheres na reforma agrária. Essas mudanças promovem o reconhecimento e a visibilidade das mulheres candidatas e beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária e garantem a real efetivação dos direitos de acesso à terra. Para fazer valer essa nova regra, as famílias passam a declarar ou comprovar, obrigatoriamente, a condição civil através da apresentação da Certidão de Casamento, Declaração de União Estável ou instrumento declaratório de outro estado civil. (MDA, 2010, p.9).

De acordo com o MDA (2010), outra conquista importante das mulheres dentro do processo de reforma agrária foi a Instrução Normativa de número 38/2007 que passou a dar prioridade às famílias chefiadas por mulheres, independente de sua condição civil, nos processos de entrega do título da terra dentro dos assentamentos. É importante ressaltar também que essa normativa destaca que, mesmo casadas ou convivendo com companheiros, no documento da posse do lote deve conter o nome tanto do homem como da mulher, esse procedimento é uma grande conquista a favor da luta contra a discriminação das mulheres dentro dos assentamentos de reforma agrária, uma vez que permite a elas os mesmos benefícios que os homens possuem, ou seja, o acesso a políticas públicas, créditos e projetos sociais dentro desses espaços.

O MDA (2010, p.10), também aborda a questão do divórcio, dando prioridade à mulher, pois destaca que, em caso de separação, as mulheres têm direitos, se a terra ainda estiver em processo de titulação e houver separação, os procedimentos seguirão de acordo com o código civil, a terra ficará com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos e filhas. E em caso de terras já tituladas a posse também fica com a mulher.

A participação política das mulheres assentadas se deu, principalmente, através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, uma forte luta foi a Marcha das Margaridas, já citada nesse trabalho. Essas mobilizações têm colaborado para as transformações que ocorreram na realidade destes sujeitos dentro dos assentamentos.

Uma política importante do governo, que tem fortalecido este processo, é o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, o qual tem beneficiado as mulheres assentadas e tem como objetivo central fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, induzindo a troca de informações e de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. Segundo o MDA (2010), esse programa visa também valorizar os princípios da economia feminista e solidária, almejando viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, a fim de promover a sua autonomia econômica e garantir seu protagonismo na economia rural.

O Programa de Organização Produtiva tem como diretrizes a promoção da igualdade de gênero e tem como principais ações:

- Identificação e mapeamento de organizações produtivas de mulheres rurais;
- Formação de políticas públicas (Crédito, Terra Sol, Ater/Ates, PAA e outras) para o fortalecimento das organizações de mulheres;
- Capacitação sobre elaboração de projetos;
- Estudos sobre o acesso às políticas de apoio à produção e à comercialização; „ - Apoio à comercialização e à realização de Feiras da Economia Feminista e Solidária Estaduais e/ou Territoriais;
- Financiamento de ações voltadas ao apoio à gestão, à agregação de valor e à comercialização.

Dentro desse processo de incentivo à produção, o PRONAF é decisivo para as mulheres assentadas. Esta linha disponibiliza pequenos valores, sem burocracia, para pequenos investimentos em atividades agrícolas como a compra de pequenos animais, artesanato, implementos para fabricação de alimentos, caixas de abelha, produção de hortaliças, etc.

Outra ação que tem contribuído para o fortalecimento das mulheres dentro dos assentamentos segundo o MDA (2010) é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Antes as ações de assistência técnica rural eram direcionadas apenas para homens, já que a invisibilidade do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho eram vistos como natural pelo serviço tradicional de assistência técnica.

Atualmente, a atuação da Ater procura romper com os mecanismos internalizados na forma como os serviços tradicionais de assistência técnica foram concebidos e prestados à unidade de produção familiar. Rompe-se com a noção de representação única da família, compreendida a partir do “chefe”, logo, pelo homem. A família passa a ser compreendida a partir da participação de todos os seus membros: Mulheres e Homens. Reconhece-se os novos arranjos sociais de família, inclusive com as Mulheres Chefes de Família. Com a Ater atuando na promoção da igualdade de gênero, é mais fácil para as assentadas colherem sucesso nas suas atividades econômicas e geradoras de renda. (MDA, 2010, p. 24).

Após a participação política e as lutas das mulheres agricultoras, a família passa a ser compreendida a partir da participação de todos os seus membros: Mulheres e Homens. Essa realidade não é diferente nos contextos dos assentamentos. Assim, um grande avanço é o reconhecimento de um novo conceito de família, inclusive com as Mulheres Chefes de Família e também do respeito desses sujeitos em espaços políticos e sociais, que antes as mulheres sempre foram excluídas.

Ainda tratando da Pnater, essa política dentro dos assentamentos de reforma agrária busca valorizar e visibilizar o papel desempenhado pelas assentadas na realização dos serviços dentro da agricultura familiar. Assim, essa política também adota inovadas metodologias de trabalho, cada vez mais participativas, que busca dialogar com o conhecimento das mulheres dentro do contexto dos assentamentos e atua no estímulo, apoio e fortalecimento dos grupos produtivos de mulheres.

Desse modo, ao se questionar sobre a participação das mulheres agricultoras, é perceptível a sua inserção individual e coletiva no campo. Essas organizações vêm lutando contra as diversas formas de desigualdades sociais e pelos seus direitos, desde o direito à terra, pelo seu reconhecimento como sujeito, e principalmente contra as diversas formas de discriminações que envolvem as questões de gênero.

É importante destacar que, historicamente, nas lutas do campo dentro do contexto brasileiro sempre houve a participação das mulheres, suas principais bandeiras de lutas é pelo acesso a seguridade social, pelo crédito agrícola e titulação da terra, assim como por políticas públicas. Outras importantes manifestações que as mulheres estão inseridas em comunidades tradicionais são dentro das terras indígenas e nos quilombos, onde também as mulheres lutam pelos seus direitos.

Portanto, não podemos negar que tem crescido imensamente os espaços de participação das mulheres agricultoras assentadas, e essas conquistas ocorreram

principalmente através de sua participação nas lutas e reivindicações pelos seus direitos como sujeitos de transformação de sua realidade.

4.3 A agricultura familiar como uma oportunidade de autonomia e empoderamento para as mulheres

Quando se aborda o empoderamento da mulher, Saffioti (2004) destaca que ele se materializa quando ocorre o rompimento com o cotidiano. Dessa forma, é preciso que as mulheres conheçam seus direitos, suas possibilidades e potencialidades, para, assim, lutarem pela sua autonomia. Lisboa (2008) destaca que o empoderamento feminino acontece quando as mulheres são capazes de mudar suas crenças e comportamentos, lutando contra as diversas formas de opressão e submissão, inclusive em espaços rurais dentro da agricultura familiar.

O movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência. (LISBOA, 2008, p. 5).

Tratando a questão do empoderamento como forma de emancipação, é importante ressaltar que, inicialmente, é preciso que as mulheres conheçam e tenham acesso a seus direitos, para, então, superar a subordinação na qual foi inserida por meio de estereótipos e ideologias dentro de uma sociedade marcada pela discriminação feminina principalmente no espaço rural brasileiro.

Dados levantados pela Secretaria de Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI-BA apresentam que 27% dos lares rurais no Brasil são chefiados por mulheres, algumas são divorciadas (separadas), enquanto outras, os companheiros precisam migrar para regiões diversas à procura de trabalho, pois nos grandes períodos de estiagem, principalmente no semiárido da Bahia, são comuns as dificuldades que afetam a agricultura familiar, atingindo inúmeros pais de família que precisam garantir o sustento dos núcleos familiares.

Não podemos negar que o atual sistema capitalista excludente tem influenciado negativamente na conquista de espaços pelas mulheres, na luta pelo seu empoderamento. Mas, mesmo assim, elas persistem e muitas têm na agricultura familiar sua fonte de renda e sustento da família. Ou seja, os ajustes econômicos e a exploração capitalista aprofundam

ainda mais a desigualdade entre homens e mulheres, mas Saffioti (1994) destaca que as transformações no setor produtivo possibilitaram maior visibilidade da classe feminina, pois

[...] Deixando de lado o caráter perverso do Toyotismo na transformação da produção, registrando-se os benefícios deste modelo a quem recebeu uma educação mais carregada de humanidade e a quem foi treinada para, simultaneamente não descuidar da panela sobre o fogo, cuidar das crianças, atenderem à porta e ao telefone etc. claro que se trata de um privilégio estressante, pois já se demonstrou ser muito alto o nível de tensão dos trabalhadores em células de produção. De qualquer forma quem se move com mais rapidez consegue o emprego. (SAFFIOTI, 1994, p. 15-16).

Como prova do empoderamento da mulher, ultimamente, nota-se a presença feminina em funções cada vez mais complexas no mercado de trabalho, na política, na administração, inclusive no espaço rural.

Carneiro e Teixeira (1995) destacam que, em meio à construção de uma nova identidade da mulher na agricultura, a sua mobilização popular pode ser analisada também como uma forma de garantir visibilidade e participação na economia familiar. O papel econômico que as mulheres desempenhavam dentro da agricultura, sem o devido reconhecimento, pode justificar a urgência que mobiliza as exigências sobre os direitos das mulheres do campo.

As lutas sociais para a autonomia das mulheres agricultoras que venham a resultar no seu reconhecimento, como sujeitos, na condição de produtora e trabalhadora ativa no campo, derivam no fortalecimento de uma nova identidade feminina da mulher, pautada nos direitos sociais.

A questão da “cidadania” e dos “direitos” fica, assim, atrelada à necessidade do reconhecimento da mulher como agricultora. Esta ênfase se justifica pelo fato de que grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organização familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas. (CARNEIRO, TEIXEIRA, p. 50, 1995).

Por outro lado, atualmente, em varias regiões do Brasil, inclusive no Nordeste, há algumas ações de incentivo para a organização das mulheres rurais em cooperativas solidárias para produzir e comercializar produtos da agricultura familiar, através da economia solidária.

A economia solidária possui um caráter comunitário e muitos de seus participantes passam ou passaram por situação de desemprego. A economia solidária se moldou como uma forma de luta contra as condições precárias de vida, consequências do modelo de produção capitalista, que tem como pilar reforçar as desigualdades e viabilizar a distribuição de renda de modo desigual. Deste modo, surgiram novos personagens que lutavam e lutam por uma integração social pelo viés do trabalho e se organizam em torno de seus direitos de cidadãos. (PEIXOTO, p. 54, 2013).

Percebe-se que a união de mulheres rurais em cooperativas através da economia solidária é um passo na luta pelo reconhecimento das mesmas e pode ser um importante instrumento para seu empoderamento dentro da agricultura. Segundo Firmo (2008), mesmo ainda atuando de forma tímida nos contextos rurais, as cooperativas de produção e comercialização estão contribuindo para a diminuição da invisibilidade das mulheres, principalmente no semiárido da Bahia, todavia, essas ações solidárias precisam de incentivos.

Ainda é alto o número de mulheres que necessitam de apoio e do acesso às ações e práticas que permitam o seu empoderamento e sua autonomia no meio rural, mesmo essas demandas não sendo tão recentes. Através da pressão dos movimentos de mulheres, já se registram inúmeras conquistas no campo dos direitos e da implantação de novas institucionalidades:

No Brasil, foi através da mobilização das mulheres por sua valorização e reconhecimento como trabalhadoras rurais, intensificada na década de 1980, que elas conquistaram direitos previdenciários. [...] A atuação do Estado na agricultura familiar resultou na criação de novas medidas para assegurar os direitos das mulheres ao crédito, como o PRONAF Mulher (introduzido no Plano Safra 2003-2004) na forma de adicional de 50% aos recursos absorvidos pelos agricultores familiares dentro do programa. (BRASIL, 2006, p. 234-238).

É visível que os movimentos sociais têm contribuído na redução das desigualdades, através de suas lutas, garantindo resultados positivos na vida das mulheres do campo no Brasil. A política de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar almeja viabilizar o empoderamento para algumas mulheres, de forma que, libertando-se do domínio dos companheiros, através do acesso a informações de seus direitos, sejam incluídas social, geográfica e politicamente.

Então, é possível concluir que as mulheres agricultoras estão conquistando seu espaço e superado os estereótipos que marcaram a sociedade brasileira por tanto tempo, como a

imagem da mulher como um sujeito subalterno e sem autonomia. Essa realidade está refletindo diretamente na conquista da sua autonomia e do seu empoderamento.

5 PRÁTICAS DE EMPODERAMENTO E SUPERAÇÃO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES ASSENTADAS RURAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O ASSENTAMENTO DE LAGOA DOS BOIS E NOVA PALMARES NO TERRITÓRIO DO SISAL

Este capítulo é resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida nos assentamentos de reforma agrária de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA e Nova Palmares em Conceição do Coité-BA, com o objetivo de analisar as contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico, que refletiu no empoderamento e na redução da invisibilidade das mulheres agricultoras assentadas no Território do Sisal.

Ressalta-se que os diversos espaços conquistados por esta categoria não foram alcançados de forma aleatória e pacífica. As mulheres assentadas do Território do Sisal são as principais protagonistas das transformações identificadas nos últimos anos em seus contextos. Foram inúmeras lutas, reivindicações e movimentos com o objetivo de modificar a sua condição de invisibilidade, discriminação e submissão sob a qual estiveram submissas durante décadas.

É necessário destacar que, a partir de uma interação com campo da presente pesquisa, inicialmente, foram elaborados quatro eixos temáticos para análise que norteiam este estudo. As vertentes partiram de um olhar sobre a realidade dos sujeitos, levando em consideração as ações e movimentos dessas mulheres, as quais resultaram nas diversas lutas pela sua autonomia e empoderamento. Assim, seguem as linhas estruturantes do presente capítulo:

1- Participação social e formação política das mulheres agricultoras assentadas - nesse tópico, busca-se identificar as diversas formas de inserção social, formação crítica e política que as mulheres assentadas fazem parte, refletindo sobre as contribuições desses processos para seu empoderamento.

2- Formas de socialização, produção, organização e cooperação solidária - baseia-se no levantamento dos tipos e quantidades de associações, cooperativas, grupos de produção, economia solidária e grupos culturais frequentados pelas mulheres assentadas. Nessa abordagem, analisam-se quais as organizações sociais e redes de comercialização que foram criadas a partir das ações destas mulheres e como esses fatores têm impactado positivamente para as transformações sociais na vida desses sujeitos.

3- Acesso a políticas públicas rurais – pondera sobre como as políticas públicas direcionadas para as mulheres agricultoras assentadas no Território do Sisal foram conquistadas a partir de suas reivindicações e militâncias, abordando, principalmente, quais as consequências dessas ações governamentais que implicaram na sua autonomia.

4- Empoderamento e superação da invisibilidade nos assentamentos de reforma agrária - abordam-se o empoderamento, a autonomia e a superação da invisibilidade das mulheres, considerando a sua participação como sujeitos ativos nas lutas pelas transformações de sua própria realidade nos assentamentos do Território do Sisal.

Assim, é visível que essas mudanças foram alcançadas, principalmente, através das ações e militâncias destas mulheres que enfrentam vários conflitos, afrontas e discriminações neste processo de reivindicação e conflitos sociais para conquistar seu espaço dentro da sociedade.

Tratando do Território do Sisal, ressalta-se que as condições climáticas aliadas à histórica concentração de terras e à falta de investimentos para a agricultura familiar e reforma agrária, resultaram na baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, difíceis condições de vida e na exclusão das mulheres em contextos rurais durante muitos anos. Dessa forma, foram muitos contrastes pelo acesso aos direitos e por melhores condições de vida.

No contexto do Território do Sisal, a organização dos movimentos sociais e a articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável são legados de muitas lutas e resistências, inclusive contra as desigualdades do acesso a terra. Percebe-se o enfrentamento dos agricultores familiares com a histórica concentração fundiária no Território do Sisal da Bahia, esta além de sua produção e sujeita às variações constantes dos períodos de estiagem e às dificuldades no acesso aos serviços de assistência técnica, comercialização dos produtos e às linhas de crédito rural. (FARIA, 2014, p. 83).

Como em outros territórios, a região do Sisal também enfrenta vestígios da Lei das Terras de 1850, a qual estabelecia a compra como única forma de aquisição da unidade de produção e excluía grande parcela da população, sobretudo a de baixa renda, do acesso às pequenas propriedades rurais. A desigualdade na estrutura fundiária é algo permanente e sempre foi motivo de vários conflitos no campo, que resultaram nos assentamentos de Reforma Agrária.

Em uma região com a maioria da população residente no campo, o fortalecimento da agricultura familiar tornou-se uma estratégia dentro do território, mesmo sendo necessário desenvolver meios para conviver com as adversidades causadas pela seca e construir

alternativas inovadoras que venham a solucionar os problemas sociais causados pela ausência da chuva.

O trabalho com o Sisal é uma importante fonte de renda das famílias assentadas, inclusive para as mulheres. Destaca-se que as fazendas improdutivas, que foram ocupadas e resultaram tanto no assentamento de Lagoa dos Bois em Santaluz-BA como Nova Palmares em Conceição do Coité-BA, eram áreas com extensas plantações de Sisal. Assim, as famílias, ao receberem o título de seus lotes de terra pelo INCRA, iniciaram o cultivo e a replantação do Sisal, essencial fonte de renda para essas famílias.

Dessa forma, muitas mulheres, além de desenvolver a agricultura familiar para o consumo e para comercialização, também trabalham no sisal para ampliar sua renda. Entretanto, durante essa pesquisa, também foi investigado se este trabalho era desenvolvido para atravessadores (proprietários de motor de sisal que não são assentados). No entanto, todas as mulheres entrevistadas afirmaram que a máquina é da própria família e trabalham em rotatividade dentro dos lotes do assentamento.

A importância do sisal para a agricultura nordestina pode ser analisada por diversos aspectos, merecendo destaque a sua exploração em terras secas e solos pobres da região semiárida, atividade econômica que representa uma fonte de renda e emprego para um contingente de aproximadamente um milhão de pessoas. (SILVA, 1999, p. 16).

Para analisar a agricultura familiar nos assentamentos do território, é necessário fazer referência à produção do sisal como instrumento de sobrevivência entre os pequenos agricultores, sendo também um meio de trabalho para as mulheres. Ressalta-se que a raiz desta planta, conhecida como “sepa de sisal”, também pode ser utilizada como alimento para animais em longos períodos de estiagem.

Com o objetivo de fortalecer as políticas agrárias, foi criado, em meados de 2008 no território, o Movimento de União Camponesa – MUC, cujo representante é Ezequiel dos Santos Santiago, fundador e residente no Assentamento de Lagoa dos Bois em Santaluz - BA. Esse movimento é apoiado pela FATRES através da garantia da estrutura física e também financeira para o desenvolvimento das atividades e tem como objetivo a reivindicação de políticas públicas para os assentamentos, principalmente a expansão do acesso ao crédito fundiário.

As ações do MUC almejam também o acompanhamento dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária no Território do Sisal, visando garantir o apoio à

organização social por meio da intermediação e reivindicação de ações e projetos para as famílias assentadas. Uma importante ação direcionada para mulheres assentadas, mediado pelo MUC e desenvolvido nos assentamentos do Território do Sisal, inclusive em Lagoa dos Bois e Nova Palmares, foi o Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional - PSAN, desenvolvido pela FATRES em parceria com o Governo do Estado da Bahia de 2012 até 2014.

Segundo Ezequiel Santiago, o PSAN “é mais uma ação de ânimo, que desperta no MUC, juntamente com as mulheres, a necessidade em trabalhar conjuntamente e esses resultados devem ser vistos como reflexo dos esforços coletivos”, refletindo positivamente em instrumentos de trabalho e geração de renda.

Os assentamentos são ambientes marcados por inúmeras lutas sociais, pelo direito do acesso à terra e foi em meio aos conflitos que os sujeitos foram ganhando vozes e as mulheres estiveram presentes nesses embates no Território do Sisal. Segundo Dona Maria Baia, *griô*⁹, mestre da tradição oral, residente no Assentamento de Lagoa dos Bois, “nós somos mulher, mas, também lutamos pela terra, além de acompanhar os homens para derrubar a cerca da fazenda, éramos nós que cozinhávamos, lavava, passava e também entrava na briga pela terra”.

Questionada sobre o reconhecimento dos homens sobre esses esforços da categoria feminina na luta pelo direito a propriedade rural, Dona Maria Baia ressaltou que:

Pouco era valorizado o nosso trabalho naquele tempo, lá para os anos 80, a gente queria era um pedaço de terra para diminuir o nosso sofrimento, depois foi que veio os grupos de mulheres e passamos a lutar pelos nossos direitos e também pelo nosso dinheirinho, mesmo contra a vontade dos maridos.

Uma reflexão importante a partir das afirmações de Dona Baia é que, após a posse da terra, as mulheres se organizaram em grupos, “que passaram a lutar pelo seu dinheirinho”. Assim, é possível perceber que essas organizações coletivas foram essenciais nas resistências dessa categoria e na luta pela sua autonomia, inclusive a financeira.

Portanto, ressalta-se que as mulheres assentadas sempre estiveram presentes nas lutas pela reforma agrária, mesmo tendo sua imagem atrelada a serem apenas “donas de casa.” Elas

⁹ O termo *griô* tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade da África.

acompanhavam seus companheiros, tendo um papel fundamental dentro do processo de ocupação de terras improdutivas, mesmo suas ações passando de forma invisível.

Dessa forma, este capítulo apresenta uma análise do empoderamento da mulher no contexto dos assentamentos de reforma agrária do Território do Sisal, em que, através da fala da assentada Maria Baia, percebe-se que tal processo foi longo e exigiu a persistência dessas mulheres, sendo marcado por diversas lutas, porém, suas militâncias continuam sendo uma ação dinâmica e ativa nesses espaços na busca de seus direitos.

5.1. A participação social e formação política das mulheres assentadas no contexto dos assentamentos do Território do Sisal

As mulheres agricultoras vêm se destacando e ganhando seu espaço há algumas décadas no Brasil, através de suas inúmeras lutas sociais, no Território do Sisal na Bahia essa realidade não é diferente. As mulheres assentadas, que são mulheres de fibras, ou seja, persistentes e fortes nas reivindicações sociais, lutam pelos seus direitos, trabalham constantemente na agricultura familiar e vem transformando sua realidade social. Mulheres que cantam, sambam, e como qualquer outro *sujeito sisaleiro*, participam de diversas manifestações culturais dentro dos seus contextos.

Os sisaleiros não vivem somente das agruras, como geralmente é identificado, mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento que historicamente marcam sua existência, as mulheres e homens vivem do trabalho e também da alegria na sua plenitude. Estão enraizados na esperança de ser mais. (FARIA, 2014, p.181).

A ideia de mulheres de fibra ou sisaleiras, vem do grande índice desses sujeitos que trabalham na extração da fibra do sisal. Oliveira (2010), ao abordar sobre a população do Território do Sisal, destaca que vários elementos vão se reunindo no espaço e no tempo para formar a personalidade e a cultura dos sisaleiros, o qual vai adquirindo características próprias que os distinguem da população de outros territórios na Bahia, sem que isto lhe tire ou lhe diminua a legítima condição de sujeito, mesmo porque as particularidades dentro da pluralidade é a característica principal desse povo.

A participação social e formação política das mulheres assentadas no Território do Sisal têm contribuído para ampliar a visão da realidade em múltiplos níveis e, sobretudo, para abri um leque para o fortalecimento das lutas sociais desses sujeitos através da reivindicação

de seus direitos. Essas participações ocorrem através das constantes buscas dessas mulheres por sua inserção em movimentos sociais, como associações, grupos de produções, manifestações culturais, cooperativas, etc. Quando tratamos da formação política, é importante destacar que as organizações civis que desenvolvem ações de assistência técnica rural e políticas sociais no Território são essenciais na ampliação desse processo.

Entretanto, muitas dessas mulheres contribuíram para o surgimento dos movimentos sociais dentro dos assentamentos, ou seja, foram sujeitos ativos no processo de fortalecimento das organizações civis que estão inseridas nestes contextos. Zenira, 55 anos, assentada, fundadora do no Assentamento de Nova Palmares, mãe de cinco filhos declara:

Milha filha eu participei da fundação de sindicatos, fui diretora e fundadora da FATRES e participei de discussões para a fundação do MOC. Nós mulheres lutamos pelos benefícios que temos hoje, sai daqui de Conceição do Coité em “pau de arara” para lutar pelos direitos de nós mulheres agricultoras e assentadas no INCRA na década de 1990. Mas, muito antes já participava desses movimentos. Fui para manifestações em Brasília e nada foi dado para a gente de graça não, foram vários conflitos, ficamos escondidas no mato junto com os homens em uma época que os fazendeiros ameaçaram matar nós que ocupávamos as terras improdutivas.

Na fala de Dona Zenira, é possível perceber que a participação das mulheres assentadas em ambientes sociais e também sua formação política vêm da sua inserção direta nesses espaços. Ou seja, elas conquistaram seu lugar dentro desses movimentos e muitas das políticas públicas direcionadas para essa categoria são resultantes de suas reivindicações e militâncias.

O Movimento de Organização Comunitária – MOC e a FATRES deram grande contribuição para a formação dessas mulheres através de seus projetos sociais. São desenvolvidas oficinas sobre violência doméstica, empoderamento feminino, cooperativismo, associativismo, e outros debates. É importante destacar que os projetos implantados nos assentamentos como de segurança alimentar e nutricional e também as tecnologias de captação de água do programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal, não são ações isoladas, mas acompanhadas de cursos e formações, que impactam positivamente no cotidiano das mulheres assentadas.

Quando falamos de participação social, podemos destacar os Cursos de Gestão de Água para Produção de Alimentos – GAPA. O objetivo do Governo, até o final de 2016, era universalizar o acesso à água potável em todo Semiárido do Nordeste brasileiro por meio da

construção de tecnologias sociais como cisternas de produção, cisternas de consumo, barreiros de trincheiras e barragens subterrâneas para as comunidades rurais.

Entretanto, a implantação dessas tecnologias nos assentamentos do Território do Sisal é marcada por capacitações sobre o uso sustentável desses instrumentos, nas quais as mulheres são o maior público, pois, cabe a elas, através de sua jornada tripla de trabalho, também fazer a representação da família nesses espaços.

Os cursos de GAPA orientam como usar de forma sustentável as tecnologias sociais de captação de água e são as mulheres que dominam a produção de hortaliças dentro dos assentamentos através de seus quintais, sendo que o valor adquirido com a comercialização desses produtos contribui para a autonomia financeira das próprias mulheres.

A produção ao redor de casa, também conhecida como quitais, é desenvolvida onde o solo é mais fértil, é nesses espaços que armazenam água e depois distribuída para o consumo da família, para as plantas e pequenos animais. E é nesses espaços que boa parte da mão de obra, especialmente das mulheres e filhos está mais disponível e acessível à produção e para o auto consumo. [...] O modo de se alimentar sempre ultrapassa o simples ato de comer e se articula com outras dimensões sociais e com a identidade. A alimentação humana, como um ato social e cultural, contribui para a constituição de diversos sistemas. [...] Diante disso, a garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional passa por uma concepção de desenvolvimento sustentável, que se baseia numa agricultura familiar agroecológica que garanta a sociodiversidade e o respeito à natureza (MDA, 2014, p. 56-57).

Outra formação importante para estes sujeitos são os cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH, também direcionados para as beneficiárias das tecnologias de captação de água do semiárido. Estes cursos têm como objetivo tratar da convivência com a seca, abordando a importância da captação e do manejo da água da chuva para melhorar as condições de vida das famílias.

Nesse curso, destacam-se também temas debatidos como a cidadania, onde se faz uma reflexão sobre as relações políticas entre a Sociedade Civil e o Estado, com ênfase nos modelos de desenvolvimento implantados na região semiárida ao longo da história. Abordando sobre formação social e política das mulheres dentro da agricultura familiar, o MDA (2014, p. 138-139) destaca que:

A atuação política e produtiva das mulheres contribui muito para a construção de sua autonomia. Além de garantir a diversidade alimentar para as famílias elas também ampliam a renda para suprir as despesas e

fortalecem novas sociabilidades, ancoradas no relacionamento e na valorização de sua atuação na comunidade. [...] Desse modo, elas passam a construir novas relações, baseadas em elementos simbólicos e materiais que ressignificam as diferenças de gênero dentro da família e da comunidade. Desconstroem ações e hábitos e ocupam espaços antes estigmatizados por diferenças e restrições físicas e culturais sobre a atuação de homens e mulheres na agricultura familiar.

Assim, mais de 70% das mulheres entrevistadas nesta pesquisa afirmaram participar ou já ter participado de algum curso de formação política e 80% delas também ressaltaram frequentar socialmente vários espaços como associações, sindicato de trabalhadores rurais, grupos de igrejas e cooperativas para reivindicar seus direitos.

Esses dados nos direcionam para a compreensão de que esses sujeitos não são acomodados, esperando o assistencialismo; ao contrário, estão inseridas dentro dos debates comunitários e locais. São através das associações comunitárias e organizações civis que se identificam coletivamente os principais problemas sociais das mulheres assentadas, os quais são apresentados ao poder público e órgãos como o INCRA, exigindo-se ações, projetos e políticas públicas para essas comunidades.

A formação política, segundo elas, acontece também nas atividades desenvolvidas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR por meio da Secretaria de Mulheres. Foram destacadas atividades como palestras para apresentação da Lei Maria da Penha, capacitações sobre habitação rural, cursos de gestão de recursos hídricos, cidadania e também formações na área de assistência técnica rural - ATER através dos projetos do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

Essas formações dos projetos de ATER ocorrem por meio de atividades de dias de campo. Nesses espaços, são debatidos temas como a nova reforma da previdência, terceiro setor, cursos sobre cooperativismo e empreendedorismo, orientações sobre a inserção das mulheres assentadas no PAA, PNAE, etc. Entretanto, os temas dos debates são levantados pelas próprias mulheres por meio de suas demandas.

Fernanda de Jesus, 29 anos, líder comunitária em Lagoa dos Bois, casada, assentada e filha de assentados destaca que:

Vivemos outra realidade, a visibilidade referente ao papel da mulher assentada enquanto cidadã é nítido. Nossa!!!! É prazeroso falar do engajamento dessas mulheres na participação social em espaços públicos, vivencio essa mudança e posso afirmar: hoje somos sujeitos de transformação da nossa vida, as políticas públicas e os projetos sociais para a agricultura tem permitido isso através de suas capacitações.

Contudo, é necessário ressaltar que estes avanços na conquista de espaços sociais pelas mulheres assentadas são resultantes da persistência das mesmas e também dos embates com os companheiros, pois, para muitos homens, lugar de mulher é cuidando da casa e dos filhos. Se para a jovem Fernanda, atualmente, as mulheres assentadas “vivem outra realidade” marcada por transformações, é por que já há algumas décadas outras delas vêm lutando por essas mudanças, enfrentando afrontas e conflitos, muitas até a violência dos maridos, que não aceitam a conquista de novos espaços por elas.

A participação social ocorre, contudo, através da ampliação da inserção das mulheres em diversos ambientes. Entre as entrevistadas, podemos destacar a presença destes sujeitos na composição de diretorias em associações dos moradores local e regional, como por exemplo, a participação da militante do assentamento de Lagoa dos Bois Sônia dos Santos Silva, 31 anos, casada, mãe e assentada que faz parte da gestão administrativa no Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz - BA – CEAIC. O CEAIC é uma organização sem fins lucrativos, que desenvolve ações e visa reivindicar projetos sociais para as associações do município.

Outro exemplo é Edilaine Oliveira Santiago, casada, 27 anos, militante do coletivo de jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité-BA, residente no Assentamento de Nova Palmares. A mesma foi candidata à vereadora pelo Partido dos Trabalhadores – PT no município no pleito eleitoral de 2016, na ocasião que obteve 278 votos. Edilaine também é vice-presidente da Associação dos Pequenos Produtores e Assentados de Nova Palmares e destaca que:

As mulheres assentadas estão participando de diversos espaços de empoderamento, as quais estão se tornando lideranças comunitárias e políticas. Estão se tornando presidentes de associações, diretoras de sindicatos, coordenam grupos de produção, isso é uma grande evolução para nós.

Assim, a afirmação de Edilaine é baseada nas suas experiências como militante, pois, até recentemente, apenas os homens eram representantes no legislativo e também lideravam as associações. O índice de mulheres dentro da gestão pública no Território do Sisal, até meados da década de 1990, era nulo, porém, atualmente, temos várias representantes, sobretudo no poder legislativo dos municípios.

Direcionando nosso olhar para os assentamentos do território, temos Maria Madalena Oliveira Firmo, 48 anos, mãe de dois filhos, divorciada e fundadora do Assentamento de Nova Palmares, vereadora no município de Valente - BA pelo Partido dos Trabalhadores – PT e está no seu segundo mandato. Edilaine, também assentada de Novas Palmares, surpreendeu a todos com a quantidade de votos que obteve com sua candidatura mesmo, não se elegendo, já que possui pouca experiência dentro do poder legislativo e por ter iniciado sua campanha eleitoral com atraso em relação aos demais candidatos a vereadores do município.

Nos últimos anos foram abertas ainda outras possibilidades de participação das mulheres rurais em espaços públicos, por exigência das próprias mulheres em participarem mais ativamente da vida para “fora da porteira” da propriedade, o que, como vimos, também é fruto da reivindicação das próprias mulheres organizadas (SILIPRANDI, p. 134, 2015).

Portanto, é possível perceber que a entrada das mulheres assentadas em diversos recintos e também a sua formação política social têm sido expandida nos últimos anos, isso tem refletido positivamente na autonomia e no empoderamento desses sujeitos. Assim, não podemos negar que a militância ao longo das lutas pelos seus direitos no Território do Sisal tem direcionado, aos poucos, para superar a invisibilidade das mulheres nos inúmeros espaços. Percebe-se que esta transformação é gradual; entretanto, comprova-se que vem ocorrendo e melhorando positivamente a vida dessas dessas mulheres.

5.2 Formas de socialização, produção, organização e cooperação solidária: um olhar sobre as mulheres assentadas sisaleiras

Diante da exclusão social das classes menos favorecidas no Brasil, uma nova economia começou a se destacar desde o final dos anos 80, principalmente nos contextos rurais. Essa inovada forma de organização são os empreendimentos econômicos solidários, em que se destacam as associações e cooperativas populares. A constituição dos empreendimentos, ou seja, grupos de produção enfrentam vários desafios nos diversos contextos da agricultura familiar, contudo, também nos assentamentos de reforma agrária no país.

A realidade dessas comunidades já é marcada pela opressão e inúmeras desigualdades sociais. Assim, a economia solidária passa a ser um instrumento de sobrevivência em meio às adversidades, a produção e comercialização através de cooperativas tornam-se uma

importante fonte de renda para as famílias assentadas dentro do processo excludente do capitalismo.

Singer (1999) nos apresenta a economia solidária como uma nova estratégia para enfrentar o desemprego, mostrando novas formas de organização da produção, que vão contra o modelo que rege o mercado capitalista, fazendo uso da prática da solidariedade em lugar da competição.

Dessa forma, tratando do assentamento de Lagoa dos Bois, a cooperação é essencial para a autonomia e empoderamento feminino através do Grupo de Produção de Mulheres Produtoras do Rose – GMPR, que comercializa os derivados da agricultura familiar como ovos, galinha caipira, bolo, beijus, hortaliças, sequilhos etc, nas feiras regionais para o PAA e PNAE. O grupo é composto diretamente por vinte mulheres, ou seja, apenas 23% das assentadas locais, mas também beneficia as demais moradoras por meio da compra de seus produtos para a revenda. Pois, 70% das entrevistadas no assentamento afirmaram que o excedente produzido na agricultura familiar não consumido é repassado para a revenda através do grupo de produção.

O GMPR tem sede própria no assentamento e atualmente conta com um patrimônio de 40 mil reais. Nas entrevistas, as mulheres afirmaram que “tem mês de conseguir retirar quase um salário mínimo e que essa cooperação é essencial para sua autonomia”, pois o valor é ganho com seus esforços e a renda é usada para a compra de utensílios pessoais e para os filhos, sem precisar “pedir” aos companheiros.

Patrícia Santiago, líder do grupo, destaca que até dá para fazer uma poupança e avalia o GMPR como um importante instrumento para o empoderamento socioeconômico das mulheres assentadas em Lagoa dos Bois.

Contudo, podemos constatar que esses sujeitos desenvolvem suas ações, lutas, inovam e renovam na busca constante pela superação das desigualdades impostas pelo machismo em decorrência de sua condição de gênero. Elas aprenderam cedo a lutar coletivamente, juntas, suas vozes se tornam mais fortes e os resultados são positivos na persistência pelo seu empoderamento.

Outro fator importante, quando abordamos a socialização, é o índice de mulheres residentes em Lagoa dos Bois que são filiadas na associação comunitária local. Já que 80%, segundo a pesquisa, fazem parte da APACOR, e é por meio dessa organização que reivindicam e acessam programas de crédito como o PRONAF. Os valores são investidos na agricultura através da aquisição de animais de pequeno porte, na montagem de quintais produtivos, etc.

Tratando do Assentamento de Nova Palmares em Conceição do Coité-BA, a cooperação de mulheres também é uma prática constante através do grupo de produção Mulheres de Fibra de Nova Palmares. Criado em 2013, é uma organização que conta com a participação direta de nove mulheres que produzem poupas de frutas, hortaliças e outros derivados da agricultura familiar para o consumo da própria família e também para a comercialização através do PAA e PNAE.

O grupo ainda não possui sede própria e usa o espaço da associação local, mas, segundo Jovelina Santiago, membro da cooperação, assentada, 33 anos, casada, mãe de dois filhos, “as políticas públicas como PAA e PNAE estão contribuindo para melhorar a vida das mulheres assentadas, já que o valor ganho com a comercialização dos produtos da agricultura familiar contribui para a nossa sobrevivência”.

Entretanto, constatou-se que a união dessas mulheres é uma ação reflexo das suas lutas por melhores condições de vida, ou seja, diante da ausência de trabalho elas passaram a utilizar os produtos da agricultura familiar como fonte de renda e estão ganhando cada vez mais espaços nas feiras regionais do Território do Sisal. Nos últimos dias 12 e 13 de maio de 2017, aconteceu a 8ª Feira da Agricultura Familiar, Economia Solidária e Reforma Agrária do Território do Sisal em Valente-BA e estas mulheres estiveram presentes vendendo seus produtos.

Nesses grupos, além da produção para a geração de renda, encontramos os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais e redes de mulheres que em uma região do Estado ou mesmo numa rede regional, buscam sua autonomia através da organização produtiva e mostram a diversificação da produção econômica das mulheres que vai do agrícola ao não agrícola, passando por uma diversidade impressionante das formas de inserção das mulheres na economia rural (MDA, 2006, p. 103).

Para Mônica Santiago, assentada, casada, mãe, 21 anos, que também faz parte do grupo de produção de mulheres de Nova Palmares, “a venda de hortaliças, poupas de frutas e outros produtos da agricultura familiar, ajuda muito no seu orçamento”. As distribuições são feitas principalmente através do PAA e PNAE e o dinheiro adquirido tem contribuído para diversas despesas, tanto pessoais como da família. Para ela, a participação das mulheres nos grupos “tem permitido a autonomia financeira, e também ajudou muito no seu reconhecimento pelo companheiro, enquanto mulher, útil e autônoma em casa e dentro do assentamento”.

Assim, os trabalhos coletivos são exemplos de lutas contra as desigualdades enfrentadas por estas mulheres, que aos poucos estão tendo a própria renda e com isso conquistam a independência financeira e o seu empoderamento, tornando-se sujeitos reconhecidos e valorizados através das suas lutas sociais, vencendo as diversas formas de discriminação que enfrentaram por décadas.

É importante destacar que, antes do grupo de produção das mulheres assentadas de Nova Palmares, tudo o que era produzido por elas era repassado para a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Empreendimentos Solidários – COAFES, com sede em Conceição do Coité-BA. A COAFES possui um importante papel no Território do Sisal com o incentivo para a comercialização de produtos agrícolas. Tem como objetivo fortalecer a produção da agricultura familiar pelas mulheres, principalmente através das negociações por meio do PAA e PNAE.

Dessa forma, além do assessoramento para criação de associações, cooperativas e grupos no município, a COAFES também compra e revende os produtos dos pequenos agricultores, tanto por meio das políticas públicas governamentais, como também em feiras regionais. Essas ações buscam inserir os diversos sujeitos do campo dentro do processo de comercialização solidária e tem dado um grande suporte para as mulheres produtoras assentadas de Nova Palmares.

Outro fator importante a ser destacado sobre as Mulheres de Fibra é que o grupo também incentiva a produção das demais mulheres assentadas que ainda não são membros, através da compra de seus produtos para a comercialização. Assim, uma média de 60% desses sujeitos repassam para a cooperativa sua produção que não é consumida pela família, sendo beneficiadas também com as vendas. Siliprandi (2015, p. 134) justifica essa importante evolução nas formas de vidas das mulheres agricultoras:

A organização das mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mais também em associações e grupos de produção, que desenvolvem experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas e associações. Todos esses grupos vêm se somando aos distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade como mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas.

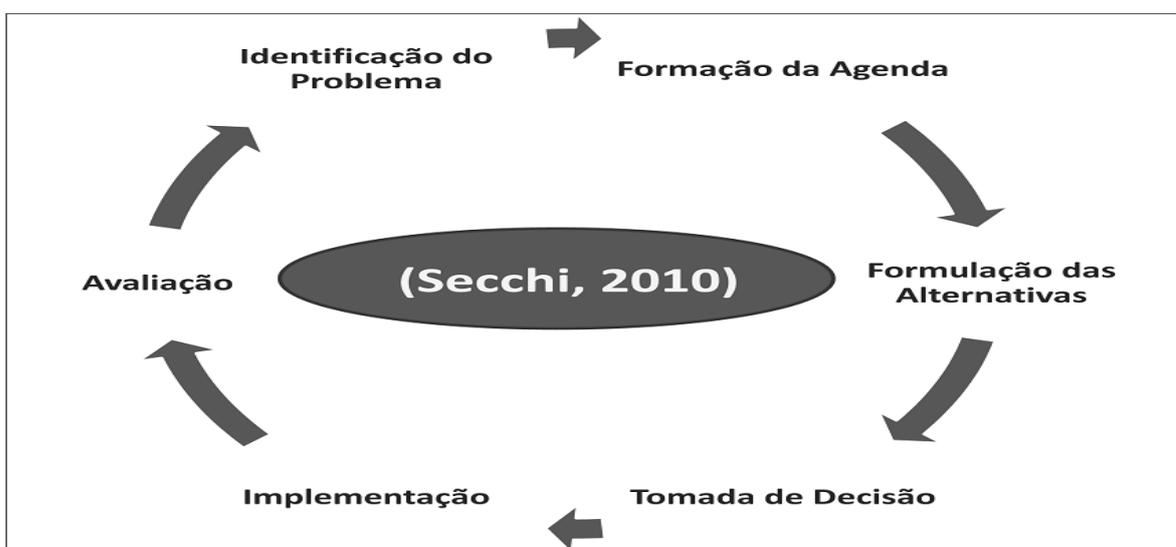
Portanto, podemos concluir que a cooperação solidária é fundamental no processo de empoderamento das mulheres assentadas no Território do Sisal, pois, além de permitir a autonomia financeira, também contribui para a formação social desses sujeitos, os quais passam a ter sua autoestima elevada e audácia de frequentar outros ambientes e reivindicar seus direitos. Contudo, essas mulheres são ativas nas mudanças que vem ocorrendo em seus contextos sociais, ou seja, são protagonistas da própria história, que é marcada pela superação da sua invisibilidade e principalmente pela conquista de novos espaços.

5.3 Uma análise sobre o acesso a políticas públicas rurais pelas mulheres assentadas no Território do Sisal

As políticas públicas vão se concretizando por meio de programas, projetos, inovações tecnológicas, investimentos, subsídios governamentais e gastos públicos através da implantação de ações, que visam contribuir par sanar um determinado problema diagnosticado e principalmente diminuir as desigualdades dentro da sociedade brasileira.

O processo de elaboração de uma política pública, também pode ser definido como um circuito, e Secchi (2010) apresenta uma análise das sete fases que ele entende compor este ciclo das políticas públicas: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

IMAGEM 07: Fluxos de planejamento das políticas públicas



Analisando as fases das políticas públicas criado por Secchi (2010) e fazendo um paralelo com a implantação das mesmas nos contextos dos assentamentos no Território do Sisal, podemos concluir que a identificação do problema é uma ação que parte das reivindicações desses sujeitos, os quais se reúnem e gritam suas necessidades junto ao poder público. A partir daí, elegem-se as prioridades, que são a formação da agenda, de alternativas e tomadas de decisões. Nos assentamentos, são emergentes água potável, projetos para o fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda para mulheres, etc, que necessitam de ações a serem implementadas a partir das políticas públicas (Projetos de captação de água, PRONAF, PAA, PNAE etc).

Refletindo sobre os assentamentos, essas políticas não foram assistências dadas pelo governo. Ocorreram várias reivindicações, manifestações e visitas inesperadas pelas famílias assentadas na sede do governo na capital baiana e inclusive em Brasília-DF. Esses movimentos foram coordenados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na década de 1990 e início de 2000, também acontecem atualmente e contaram com a forte presença das mulheres assentadas.

Zenira e Maria Neuza, assentadas de Nova Palmares, Dona Maria Baia e Joana Santiago, de Lagoa dos Bois, são exemplos de resistência nesses movimentos. Zenira destaca: “íamos juntas com os homens reivindicar nossos direitos, de carona, de ônibus, pau de arara, de qualquer forma, mas estávamos lá nas lutas por projetos e políticas públicas para os assentamentos”.

Entretanto, a participação dessas mulheres assentadas na luta por políticas públicas para sua categoria, pela libertação das amarras de um senso moral que dita a submissão delas a uma cultura machista, é uma importante forma de resistência. Quando esses sujeitos se inserem em movimentos de reivindicações, estão contribuindo não só para a superação de sua invisibilidade e conquista de espaços sociais, mas, principalmente, influenciam na construção de uma sociedade livre de imposições preconceituosas e discriminações contra as diferenças de gênero.

Saraiva (2006) destaca que a política pública é composta por um fluxo de decisões que tem como meta equilibrar a sociedade identificando uma determinada realidade para transformá-la. Já segundo Schneider (2005, p. 40):

As redes de políticas públicas são novas formas de governança que reflete em uma relação modificada entre Estado e Sociedade. Redes de políticas públicas são mecanismos de mobilização de recursos políticos em situações que a capacidade de tomada de decisão, de formulação e implementação de

programas é amplamente distribuída ou dispersa entre atores públicos e privados.

Tratando das políticas para as mulheres assentadas em Lagoa dos Bois e Nova Palmares, através desta pesquisa é possível destacar que todas elas já acessaram ou acessam algum tipo de programa ou projeto social. O Bolsa Família é o mais presente nestes contextos, pois 85% das mulheres entrevistadas afirmaram receber o benefício, enquanto 55% delas também foram contempladas com o PRONAF e afirmam ter investido sobretudo na aquisição de animais de pequeno porte como aves, suínos, ovinos e caprinos.

O PRONAF trata-se de uma linha especial que teve seu acesso facilitado através da garantia de uma operação a mais por família, independente do crédito que tenha sido contratado pelo grupo familiar. Através desse crédito podem ser financiadas atividades agrícolas e não-agrícolas iguais ou distintas daquelas que vem sendo praticadas pelas unidades familiares que a elas integram. Este crédito pode ser acessado de maneira individual ou coletiva. [...] Com a criação do PRONAF como linha específica houve uma melhoria na distribuição regional dos contratos (MDA, 2006, p. 110).

Outras ações governamentais que beneficiam as mulheres da presente pesquisa são os programas PAA e PNAE. Uma média de 70% são contempladas por essas políticas, pois negociam seus produtos, contribuindo para melhorar a sua renda. Assim, tanto o acesso ao crédito como as vendas da agricultura familiar possuem grande importância no incentivo e continuidade das ações produtivas das mulheres assentadas no Território do Sisal de forma individual e também coletiva. Isso possibilita a superação da invisibilidade do trabalho reprodutivo agrícola no cotidiano da unidade familiar enfrentada historicamente por esses sujeitos.

Nesse sentido, abre-se um caminho para o empoderamento e a autonomia econômica das agricultoras, permitindo que elas contribuam efetivamente para a renda familiar, o que, consequentemente, permite também um aumento da participação em espaços públicos e políticos.

Portanto, reforça-se que a implantação dessas políticas dentro das comunidades assentadas não foi um processo fácil, ocorreram inúmeros embates. É necessário ressaltar que para acessar vários projetos para agricultura a família precisa estar com a documentação da terra regulamentada e possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF– DAP. Entretanto, até a entrega dos títulos da terra, esses sujeitos não poderiam receber benefícios de nenhuma política pública. Dona Joana Santiago destaca que “foram muitas visitas ao INCRA em

Salvador-BA para “ajeitar” a vida das famílias assentadas do Território do Sisal, ela mesma já participou de várias reuniões”.

Um projeto governamental, resultado de uma importante política pública, que também contemplou as famílias assentadas e contribuiu imensamente para a criação de quintais produtivos para as mulheres, são as implantações de cisternas de consumo de 16 mil litros. Esses reservatórios têm melhorado a vida desses sujeitos e hoje 90% das residências dos assentamentos da região possuem água potável da chuva.

Para dona Iva de Jesus, assentada, 57 anos, “as cisternas melhoraram a vida da gente. Antes era preciso ir buscar água para beber na presa¹⁰, muitas vezes, léguas de distância de casa. Hoje, temos água de qualidade para beber, molhar a horta e cozinhar em casa”. Além da água potável essas tecnologias sociais também facilitam a produção de hortaliças, pois é necessário um reservatório de água em meio as constantes estiagens que acontecem na região para manter a qualidade da produção.

Assim, as mulheres eram as mais afetadas com a falta de água de qualidade no semiárido, já que seus companheiros não ajudavam no trabalho doméstico e cabia a elas ir buscar água, muitas vezes quilômetros de distância da residência com potes de água carregados na cabeça.

Dona Iva afirmou que lembra quando os Assentamentos fizeram duas listas (abaixo-assinado) e entregaram ao governo da Bahia, em uma visita do governador Jacques Wagner ao Território do Sisal, reivindicando tecnologias de captação de água. Ela ainda ressalta que a maioria das assinaturas colhidas fora de mulheres: “nós éramos quem mais sofria com a falta de água potável”. Protocolaram também vários ofícios no INCRA e as iniciativas junto à associação local partiram especialmente das mulheres.

De modo geral as políticas públicas buscam resolver demandas sociais de grupos e setores a margem do sistema político ou econômico, e que passam a pautar a agenda política mediante pressão popular ou por interferir no sistema político ou econômico. Garantir, efetivar ou viabilizar os direitos constantes nas cartas constitucionais ou mediante a legalização de lutas sociais que buscam o reconhecimento da cidadania (CRUZ, p. 126, 2015).

Abordando ainda sobre o acesso a políticas públicas, destaca-se também que 20% das entrevistadas afirmaram ter participado do Programa Todos pela Alfabetização – TOPA, criado em 2007 pelo Governo da Bahia e que visa a ampliar a oferta do acesso à

¹⁰ Tanque, escavado em um terreno argiloso para reter água, sendo que a mesma é sem nenhum tratamento.

aprendizagem da escrita e da leitura, buscando promover uma educação de qualidade para a população de jovens, adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência na escola. O programa almeja, ademais, criar condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural dos diversos sujeitos. Segundo Edenilza Sodré, assentada, 34 anos, residente em Nova Palmares, o TOPA ajudou muito na sua melhoria da leitura e escrita, “até aprendi a escrever e ler melhor”.

O grande índice de analfabetismo do Nordeste, registrado até recentemente, que também atinge o semiárido ocorre, principalmente, em decorrência do descaso histórico do poder público com a classe oprimida na nossa sociedade. Entretanto, é necessário considerar que nos contextos dos assentamentos a falta de acesso à educação por jovens e adultos acontece, sobretudo, pela necessidade que os sujeitos têm de trabalhar para ajudar os pais a sustentar a casa. Assim, muitos são forçados a abandonar a escola para trabalhar com o Sisal.

Dessa forma, pondera-se o grande papel dos programas educacionais direcionados para a erradicação do analfabetismo. O TOPA foi o mais citado nesta pesquisa como uma política essencial, na qual muitos adultos e idosos afirmaram ter aprendido assinar o próprio nome através das aulas no programa. Contudo, percebemos que essa ação contribuiu para diminuição do número daqueles que não sabem ler e nem escrever, mas ainda há uma relevante quantidade de pessoas que estão inseridas no índice de analfabetismo em comunidades assentadas do Território do Sisal.

Por fim, é perceptível que as políticas públicas, reivindicadas pelas mulheres assentadas e implantadas em suas comunidades, foram fundamentais no processo de empoderamento dessa categoria no Território do Sisal. Isso se justifica pelo fato de tais políticas terem contribuído para o fortalecimento da comercialização, financiamento da produção agrícola, através do acesso ao crédito, elevação da leitura e escrita desses sujeitos, permitindo a diminuição do analfabetismo. Ademais, impactam ainda na diminuição das desigualdades de gênero. Portanto, só após várias reivindicações, que as vozes das mulheres assentadas começaram a ser ouvidas e suas lutas recompensadas, já que passaram a ter acesso a projetos e programas que tem contribuído para o aumento da sua autonomia e superação de sua invisibilidade.

5.4 Mulheres de Fibra: um olhar sobre o empoderamento das mulheres assentadas do Território do Sisal

O Território do Sisal é exemplo de luta e organização social para outras regiões e, através disso, recebe inúmeros intercâmbios e inclusive desperta o interesse da mídia. Não é diferente nos assentamentos de reforma agrária. Lagoa dos Bois recebeu a visita da Rede Globo de televisão em Agosto de 2013, que apresentou no programa Globo Rural uma matéria sobre os Griôs Sisaleiros. Esses griôs, que também são reconhecidos como mestres da tradição oral residem no assentamento e utilizam a cultura popular através do samba de roda, cantigas, contação de causos etc, para expressar e apresentar suas lutas, militâncias, sofrimentos e histórias de vida.

São cinco griôs reconhecidos pelo extinto Ministério da Cultura e nesse grupo está uma mulher de fibra, Dona Maria Baia, nascida em 1955 dentro de uma família rural sem terra. Dona Baia também é pioneira na ocupação do acampamento de Lagoa dos Bois, que depois recebeu o título de assentamento. Ela foi reconhecida como mestre da tradição oral através de suas receitas de culinária alternativa, na qual os alimentos são preparados com o uso de plantas nativas da caatinga, como cactos, palma, mandacaru, xique-xique, cabeça de frade, etc.

Maria Baia é um dos cinco griôs que recebiam uma bolsa-auxílio do Ministério da Cultura para desenvolver e ensinar os saberes da oralidade. O Projeto Griôs Sisaleiros, iniciado em 2007, atende a demanda da Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região Sisaleira (Lider) que envolve sete assentamentos, onde residem 407 famílias. A criação da Lider foi organizada e incentivada pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) do Incra/BA, em 2004. Ela foi iniciada na arte da cozinha alternativa por sua mãe, com quem aprendeu a preparar vatapá da palma e de plantas como o leredo e a língua de vaca. “Nasci no sertão e passei muitas dificuldades com o povo de minha região. Cresci no meio das palmas e mandacarus. Não considero meus pratos estranhos” (INCRA, 2010, p.1).

Dona Maria Baia, mulher guerreira, também montou dentro do assentamento de Lagoa dos Bois um grupo de dez mulheres onde ensinou por um ano suas receitas alternativas e também, em parceria com a Escola Municipal Dez de Julho da comunidade, ministrou durante um semestre em 2012 aulas para as crianças sobre a culinária regional.

Dona Baia destaca:

Eu hoje não sou mais mulher que antes, mas posso dizer que tenho a “minha vida”. Mando e desmando em mim (risos), sou mãe, mulher assentada e agricultora, meu marido teve que aprender que posso construir a minha história, e o meu livro está lançado. A gente mulher tem que lutar pelos direitos, e meu companheiro Isael me apoia, antes reclamava. Hoje tenho mais autonomia. A seca não deixa colher muito, mais temos o ovo da

galinha, a criação de animal... Tudo isso ajuda a gente na roça, o que sobra a gente vende, quando não dá para vender a gente come.

Assim, sendo Dona Baia apenas uma representando todas as mulheres assentadas do território como mestre da tradição oral, parece ser irrisório, mas, até recentemente, na conjuntura dos assentamentos sempre eram os homens que contavam causos, histórias e transmitiam seus saberes. A mulher era colocada em uma posição apenas de ouvinte. Vemos uma mudança nesse aspecto, pois, assim como Dona Baia, Joana Maria, que não recebeu o título de griô, também é ouvida pela comunidade, sendo uma conselheira e recebe o mesmo patamar de respeito direcionado para os homens. Isso é um grande avanço na conquista do espaço da mulher nos assentamentos.

Questionada sobre o que levou Dona Baia a desenvolver a culinária alternativa com plantas nativas da região ela respondeu que “foi a necessidade, pois, em época de seca e quando o governo não ajudava com projetos, os assentados tinha que arrumar um jeito de comer”.

Ressalta-se que a criação das receitas de alimentação com plantas nativas do semiárido por Dona Baia foi uma alternativa de resistência elaborada pela mesma para sanar a fome da família em um período onde ainda não havia a posse da terra para desenvolver a agricultura. Ou seja, para saciar a fome do núcleo familiar, a matriarca passou a preparar receitas, essa ação é um grande exemplo de obstinação e peleja pela sobrevivência dentro do semiárido.

Como resultado dessas experiências, Dona Baia produziu um livro “Cabeça de Frade faz Doce”, que contém mais de duzentas receitas e foi lançado no dia 09 de maio de 2015 na 6ª Feira de Agricultura Familiar, Economia Solidária e Reforma Agrária do Território do Sisal em Valente-BA. Maria Baia não frequentou a escola, apenas assina o próprio nome, que aprendeu no programa TOPA. O seu livro foi elaborado através de seus relatos escritos com a ajuda de membros da comunidade, principalmente do Griô Aprendiz José Roque Saturnino. Assim, não podemos negar que as mulheres assentadas no Território do Sisal são exemplos de garra e determinação e fazem por merecer a caracterização de mulheres de fibra.

Entretanto, percebemos que as resistências das mulheres assentadas não são ações novas, sempre lutaram, inovam e criaram meios de sobrevivência para o núcleo familiar. Frequentam vários espaços sociais, trabalham na agricultura, mesmo tendo de cuidar da casa e dos filhos. São sujeitos que protagonizam as transformações sociais ao seu redor, comparecem na cena pública para debater questões que lhes dizem respeito, colocando em pauta a sua autonomia e empoderamento.

Joana Maria Santiago, também pioneira no assentamento de Lagoa dos Bois desde a sua ocupação, morou três anos em barracas de lonas, enfrentou várias dificuldades, não frequentou a escola, também foi aluna do TOPA e trabalhou no motor de sisal durante muito tempo para ajudar o marido a criar os filhos. Nos relatos de Dona Joana, a mesma aborda que até meados do final da década de 1990 tudo era mais difícil... “a gente plantava a mandioca, o milho e o feijão, criava os bichinhos, tinha o ovo da galinha, mas era muita boca para dar de comer ai tinha que trabalhar no motor de sisal”.

Ao contrário dos estereótipos e rótulos cridos sobre as mulheres assentadas, que eram simples donas de casa, Dona Joana nos mostra que esses sujeitos sempre trabalharam na agricultura, mesmo antes do acesso às políticas públicas que se fortalecerem a partir de 2002. Há muitos anos essas mulheres já labutavam na roça, entretanto, sem o seu devido reconhecimento.

Ainda segundo Dona Joana, o que era produzido com a agricultura alimentava a família: “tinha seca, mais dava para guardar alguns alimentos, às vezes até vendia um pouco.” Entretanto, ela afirma que foi necessário trabalhar na lavoura do Sisal, as famílias se reuniam, compravam o motor e trabalhavam em conjunto para sobreviver. Questionada sobre a sua autonomia como mulher assentada, responde:

“Eu, minha fia, sempre labutei para criar os filhos, depois de um tempo trabalhando na roça para viver o marido passou a me dá um dinheirinho, pouco, mais era do trabalho do sisal e do que vendia da roça, sou cantadeira e sambadeira do grupo Rosas Vivas. E sempre falei ao marido que ele não ia “impatar” eu dançar. Hoje sou aposentada rural, mais antes disso vivia do trabalho na roça e era e sou feliz. Ainda crio a galinha, planto na roça e isso me faz feliz, sou sim dona da minha vida.”

“Labutar” é sinônimo de trabalhar, “impatar”, no dito popular, é sinônimo de proibir. Assim, identificamos que há uma grande coragem e audácia nas mulheres ao afrontar os companheiros. Essa ousada segurança, autoestima e lutas contra o machismo surge justamente das resistências, vivências e militâncias. São reflexos das formações políticas e participações sociais, nas quais passam a reivindicar seus espaços e tomar consciência de seus direitos enquanto sujeito. Isso é resultado da conquista de sua autonomia e empoderamento.

Abordando as manifestações culturais, é fundamental apresentar o grupo de samba e cantiga de roda de Lagoa dos Bois “Rosas Vivas”. As mulheres que compõem esse grupo vivem do trabalho no Sisal e da venda de derivados na Agricultura Familiar e são dez: Ana

Lucia de Lima, Anelita Santiago, Angelita Santiago, Geronilda Santiago, Joana Santiago, Joanita Ataides, Maria Baia, Maria Rodrigues, Mirian Ataides, Patrícia Santiago.

Patrícia Santiago destaca que as produções culturais do grupo é um meio de externar através das cantigas e do samba as alegrias, tristezas e dificuldades enfrentadas dentro do assentamento. As letras das músicas retratam o cotidiano da vida na labuta da comunidade, conforme o exemplo abaixo:

Arapuá de carnaíba

Eu corto paia

E estendo Fibra

Resposta:

- Eu corto paia

E estendo Fibra

Arapuá de carnaíba

(Letra: Maria Baia)

A letra da cantiga de roda faz referência ao “arapuá”, um inseto também conhecido na região como “sanharol”. Quando as mulheres vão trabalhar cortando a palha do sisal e estendendo a fibra, os sanharóis atacam em grande quantidade “elinhando” nos cabelos e atrapalha os afazeres na lavoura. Nessa letra, são expostas as dificuldades no processo de extração da fibra do sisal, pois é um trabalho exposto ao sol, sem condições salubres e, mesmo assim, as mulheres resistem às adversidades. Ainda cantam e criam versos para abstrair os empecilhos, pois necessitam da renda, especialmente por ser uma opção para sua autonomia e independência financeira, deixando de ser submissas aos companheiros.

Contudo, é importante ressaltar que os afazeres na extração do sisal também podem ser classificados como uma produção da agricultura familiar, pois foi constatado que não há a venda da força de trabalho para fazendeiros ou terceiros. As plantações são dentro da propriedade nos lotes de terras do assentamento e também o motor utilizado para a extração da fibra é do núcleo familiar.

Além de apresentar suas experiências cotidianas de lutas, essas expressões culturais são importantes instrumentos de superação do machismo, uma vez que muitas mulheres enfrentam os maridos, vão dançar e sambar através da apresentação do grupo Rosas Vivas, mesmo alguns deles defendendo a tese antiquada e preconceituosa de que mulher casada não deve se expor.

Fui vender uma boiada
 No campo grande da feira,
 Não tem dinheiro que pague,
 Uma mulher sambadeira;

Resposta:

- Uma mulher sambadeira
 Merece um laço de fita,
 Não há dinheiro que pague,
 Um beijo de uma moça bonita.

(Letra: Joana Santiago)

Na cantiga exposta, produzida por Dona Joana, na primeira estrofe, é possível concluir que se refere às feiras de gado que tem aos sábados no município de Santaluz - BA, onde em algumas ocasiões as mulheres do grupo se apresentam, desconstruindo os estereótipos que, por serem mulheres, devem ficar em casa e cuidar dos filhos. Na frase “Não há dinheiro que pague uma mulher sambadeira” está tratando do fato de que nenhum valor simbólico e material são equivalentes à liberdade de se apresentar em espaços que antes eram apenas frequentados por homens, exemplo das feiras de gado da região.

“Uma mulher sambadeira, merece um laço de fita”, ou seja, merece ser reconhecida, valorizada e respeitada, já que o fato de dançarem e cantarem não as tornam sujeitos inferiores, ao contrário, comprovam que vêm conquistando cada vez mais espaço e também lutando contra as diversas formas de preconceitos e estereótipos que enfrentaram durante anos.

Além das mulheres que são membros do grupo Rosas Vivas, as outras moradoras do assentamento também estão presentes nestas manifestações interagindo, cantando e dançando. Em outras épocas, os companheiros faziam parte dos constantes sambas da comunidade e as mulheres só participavam na presença deles. Hoje, independente do comparecimento dos maridos, elas se reúnem e têm como público outros homens, sem deixar intimidar-se por nenhum preconceito machista.

Analisando outra vertente, tratando do empoderamento e autonomia desses sujeitos, baseando-se nas vozes assentadas, podemos destacar Nilma Santiago, jovem, 24 anos, casada, mãe de dois filhos, dona de um quintal produtivo que vende hortaliças para o PAA e PNAE e também trabalha na produção do sisal que afirma:

Claro que nós mulheres assentadas temos mais autonomia hoje, vi minha mãe lutar para dar comida a nós filhos sem nenhuma política pública para o assentamento, apenas com o trabalho no sisal e com a produção do quintal. Passamos muita necessidade na década de 1990, lembro bem. Hoje, temos projetos, cooperativas, associações, crédito, e temos principalmente orientação de produzir e comercializar pela agricultura. O dinheiro adquirido tem melhorando a nossa qualidade de vida, “é nosso”!

Quando Nilma Santiago no final de sua fala ressalta que o dinheiro adquirido com a comercialização da agricultura familiar está melhorando a qualidade de vida das mulheres e “é nosso” fica claro que há um processo de autonomia e empoderamento. O termo “nosso”, dentro do contexto da fala apresentada, nos passa uma ideia de liberdade, de poder fazer o que quiser com a renda resultante do seu trabalho, sem precisar pedir nada ao companheiro. Isso é empoderamento, resultado das inúmeras militâncias e do trabalho na agricultura familiar.

Portanto, 65% das mulheres entrevistadas afirmaram que além da produção da agricultura familiar (milho, feijão, hortas, criação de animais de pequeno porte etc) também trabalham na extração da fibra do sisal. A produção é vendida principalmente para a Fábrica de Tapetes e Carpetes de Sisal APAEB, com sede em Valente - BA. Os fios são aproveitados para a confecção de tapetes, carpetes e artesanatos, negociados no Brasil e também exportados para o exterior.

Partindo para um olhar sobre o Assentamento de Nova Palmares em Conceição do Coité-BA, a realidade é muito parecida com a comunidade de Lagoa dos Bois. As mulheres assentadas de Nova Palmares também trabalham com o Sisal. Elidiane Santiago, filha de assentada, técnica agropecuária, casada, mãe de dois filhos, 31 anos destaca que:

As mulheres estão sim mais empoderadas hoje, é inegável que há uma maior autonomia. Vemos muitas delas separadas e criando seus filhos através das vendas no PAA e PNAE e principalmente com o trabalho no sisal. Mesmo aquelas que são casadas possuem a própria renda e tomam suas decisões sobre como gastar o que é ganho. Somos militantes, estamos cotidianamente nas lutas sindicais. Recentemente nós mulheres de Nova Palmares nos reunimos com outros militantes e fechamos da BR 116 Norte lutando contra a PEC da morte¹¹ e contra a reforma da previdência¹² impostas pelo Governo

¹¹ Termo referente à Proposta de Emenda Constitucional 241, criada pelo Governo de Michel Temer, que pretende congelar gastos em saúde e educação por 20 anos.

¹² Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 onde exige que o trabalhador, seja homem ou mulher, contribua durante ao menos 25 anos com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e estabelece idade mínima de 65 anos de idade para ter acesso ao benefício, onde também obriga o trabalhador rural a contribuir para a Previdência além de aumentar a idade mínima tanto para homem como também para as mulheres rurais.

Temer. Para isso não precisamos da autorização dos esposos. No dia 8 de março desse ano de 2017, nos juntamos com outras militantes e ocupamos o INSS de Conceição de Coité-BA, novamente lutando contra a PEC da morte. Isso é empoderamento político social, somos nós mulheres assentadas usando a nossa autonomia conquistada para reivindicar direitos.

Assim, as assentadas do Território do Sisal são militantes que lutam, se manifestam, reivindicam seus direitos, expressam suas vozes. É possível perceber que as diversas formas de resistência das mulheres assentadas são dinâmicas, frequentes e vêm contribuindo para superar a sua invisibilidade nos diversos recintos. Dessa forma, há uma transformação na vida dessas mulheres que tem contribuído para o seu auto reconhecimento como seres capazes de transformar sua realidade através de afrontas sociais. Isso faz delas sujeitos ativos e em constante movimento pelo seu empoderamento.

Maria Neuza O. Santiago, assentada, fundadora de Nova Palmares, 49 anos, destaca que faz parte dos movimentos de mulheres e associações há mais de 30 anos e considera muito importante a produção e o trabalho na agricultura familiar para a autonomia das mulheres assentadas. Levando em consideração sua condição de mãe divorciada, que criou quatro filhos ressalta que:

As mulheres assentadas através de seu trabalho na agricultura conseguem colocar comida em casa e também pagar as despesas. Hoje elas têm mais autonomia e sabe lutar pelos seus direitos. Temos mais visibilidade sim, as mulheres vêm ganhando espaço, participam de movimentos sociais e somos autônomas.

Entretanto, em uma sociedade marcada pelo machismo, onde o homem sempre era o chefe da família e as mulheres “separadas” eram excluídas e sofriam vários preconceitos, Maria Neuza pode ser apresentada como exemplo de obstinação, já que ela trabalhou toda sua vida para alimentar e criar os filhos, dando vestimentas e educação. Mesmo na sua condição de divorciada e trabalhando para manter a família, está presente em espaços sociais como associações, sindicatos e nas manifestações pelos direitos das mulheres. Isso é um forte exemplo de resistência, autonomia e superação da invisibilidade pelas mulheres residentes nos assentamentos do Território do Sisal.

Ainda destacando sobre a autonomia e empoderamento, dona Luisa Ferreira da Silva, residente em Nova Palmares, 40 anos casada, mãe de 2 filhos que trabalha na lavoura do sisal, afirma:

É importante a autonomia de hoje, pois a mulher assentada vivia presa e dependente do homem, hoje vemos que a realidade mudou. Eu tenho liberdade e total independência. Até ajudo o marido financeiramente quando precisa. A mulher assentada esta conseguindo ganhar espaço, antes trabalhos que só os homens e nós mulheres faziam e apenas eles recebiam, hoje também somos reconhecidas e remuneradas nesses mesmos afazeres.

Essa voz de Dona Luisa vem reafirmar tudo que já foi exposto. As mulheres resistiram e resistem à discriminação de gênero, lutam com garra e determinação pelos seus direitos, surpreendem seus companheiros com ações e atitudes que conflitam com o ranço do machismo presente nas comunidades assentadas durante anos. Entretanto, é necessário destacar que nenhum avanço lhes foi dado, todos conquistados com vários embates sociais.

Na abordagem sobre o reconhecimento dos companheiros sobre o trabalho das mulheres na agricultura, destaca-se que uma média de 60% delas afirmaram que tem o seu trabalho na agricultura reconhecido e respeitado pelos maridos. Algumas abordaram que eles valorizam a ajuda que elas oferecem em casa, resultado da renda do trabalho no sisal e/ou da produção e comercialização da agricultura familiar. O valor gasto dentro da família é com roupa e calçados para os filhos, com utensílios de uso domésticos, móveis e inclusive, às vezes, ajudam até na compra de alimentos.

Portanto, ao finalizar a pesquisa de campo e mensurar os dados nesse capítulo, foi possível constatar que houve sim inúmeras transformações nas formas de vidas das mulheres assentadas do Território do Sisal. É inegável que esses sujeitos estão participando ativamente de vários espaços sociais que antes lhes eram negados. Empoderar é principalmente ter o poder de lutar pelos seus direitos e essas lutas são constantes entre as mulheres assentadas sisaleiras e estão contribuindo para transformar sua própria realidade enquanto sujeitos de direitos.

TABELA 03: Resumo das principais variáveis que se destacaram na pesquisa

VARIÁVEIS DA PESQUISA	%
Participação em Formação Política e social	70%
Participação em Organizações sociais	80%
Comercialização de produtos da agricultura familiar através de cooperativas	70%
Políticas Públicas: Bolsa Família	85%

Participação em Grupos Culturais	25%
Acesso ao PRONAF	55%
PAA/PNAE	70%
Trabalham na lavoura do Sisal	65%
TOPA	20%
Afirmação sobre o reconhecimento do trabalho na agricultura pelos companheiros	60%
Consideram muito importante a Agricultura Familiar para a própria autonomia	80%

Na tabela exposta, é apresentada a porcentagem das afirmativas das mulheres assentadas em cada variável analisada. Assim, 70% destacaram fazer parte de espaços de formação política e social; 80% frequentam e participam de organizações sociais, como associações locais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e grupos de igrejas; 70% são beneficiadas direta e indiretamente pelos grupos de produções através da comercialização de produtos da agricultura familiar; 85% recebem o Bolsa Família, um importante complemento para a renda familiar.

Já 25% fazem parte de grupos culturais através de cantigas e samba de roda; 55% acessam o PRONAF e investem na produção agrícola; 70% vendem para o PAA e PNAE; 65% trabalham na extração da fibra do sisal; 20% destacaram que aprenderam a escrever o nome através do TOPA; 60% ressaltaram que seus companheiros reconhecem e valorizam o trabalho da mulher na agricultura familiar e, por fim, 80% abordaram que a agricultura familiar é essencial para seu empoderamento e autonomia enquanto mulher.

Assim, diante das principais variáveis que permitiram identificar as transformações que ocorreram na vida das mulheres assentadas no Território do Sisal, é possível constatar que, atualmente, as mesmas são inseridas em um contexto de mudanças sociais. É inegável que estes sujeitos estão mais autônomos e empoderados, porém, é preciso destacar também que esse processo foi construído através de inúmeras lutas e reivindicações.

Não podemos negar que o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar é essencial para as transformações que vêm ocorrendo no cotidiano das mulheres. Entretanto, defende-se também que essas conquistas acontecem em meio a inúmeras afrontas, conflitos e militâncias como já comprovado no decorrer dessa análise de dados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, não abordamos aqui apenas o conhecimento acadêmico, os resultados dos dados em si fazem referência às constates resistências e conflitos enfrentados por essas mulheres. Destacaram-se as afrontas na superação das dificuldades e adversidades impostas por um sistema excludente e marcado pelo patriarcado.

Durante o cumprimento das matérias obrigatórias como requisito parcial para a conclusão da pós-graduação em Ciências Sociais, que resultou na presente dissertação, um dos fatores marcantes era a necessidade do pesquisador manter o distanciamento no campo da pesquisa. Assim, é possível concluir que esse estranhamento necessário foi essencial para o resultado final deste estudo.

Dessa forma, é possível afirmar que houve inúmeras mudanças na vida dessas mulheres, transformações que impactaram na sua autonomia, empoderamento e na superação da sua invisibilidade. Foram ouvidas diversas vozes, constituíram-se percepções que estavam muito além do que foi dito, e é impressionante o grande brilho nos olhos quando os sujeitos dessa pesquisa afirmavam ter uma renda própria que lhes permitem dar aos filhos as necessidades básicas sem pedir nada aos companheiros com a renda advinda do próprio trabalho na agricultura familiar.

As mulheres assentadas têm lutado pela sua autonomia, as suas vozes são ativas nas comunidades as quais estão inseridas e também se expandem para além dos limites dos assentamentos, desconstruindo estereótipos de inferioridade e submissão impostos pela sociedade machista. No momento em que essas mulheres se inseriram nas lutas e debates políticos, passaram a possuir uma consciência de classe e assumiram uma identidade de sujeito de direitos, que refletiu na reivindicação de seus espaços dentro da sociedade.

Nos assentamentos de Lagoa dos Bois e Nova Palmares do Território do Sisal na Bahia, estudados na presente pesquisa, há um fortalecimento da organização das mulheres que buscam sua autonomia. Ficou evidenciada a importância dos grupos de produção e das ações coletivas nesses locais, que tem resultado em processos de empoderamento feminino.

Nessa perspectiva, rompeu-se com a ideia de que a mulher assentada deveria apenas cuidar da casa e dos filhos. Essas têm superado as amarras do machismo e se apossaram de espaços efetivos de recriação e transformação da sua realidade social. Suas resistências possibilitaram a superação da invisibilidade, as mulheres assentadas se tornaram agentes históricos das mudanças de sua condição de gênero ocupada enquanto sujeitos. Isso se deu

tanto pelo enfrentamento junto com os homens na ocupação das terras como pelas relações que se construíram com sua presença ativa na luta pelos seus direitos.

Partindo de um olhar sobre as mulheres assentadas do Território do Sisal, suas ações e lutas se traduzem nas experiências cotidianas, as quais fortaleceram a sua tomada de posição assumida nos embates políticos e sociais. Isso porque, como se demonstrou, estas mulheres assentadas estão presentes nas decisões das comunidades no Território do Sisal, inclusive, tomam iniciativas para recorrer ao poder público e órgãos governamentais na luta pelos seus direitos.

Assim, elas foram rompendo com a invisibilidade feminina no campo e passam a participar ativamente de ações que derivam na transformação da sua renda, no reconhecimento do seu trabalho e do seu papel para o desenvolvimento social e político dos assentamentos analisados.

Contudo, talvez a conclusão mais importante é que nenhuma política pública foi apresentada para essas mulheres. Ou seja, todas conquistadas com variadas formas de lutas, mobilizações e reivindicações. Sabe-se que as ações governamentais, que têm impactado positivamente na autonomia das agricultoras assentadas, foram conquistadas em meio a diversos conflitos. Inclusive algumas dessas mulheres viveram e vivem por esses movimentos, ou seja, para lutar pelos direitos das mulheres.

Portanto, podemos afirmar que houveram sim inúmeros avanços em relação a conquista de visibilidade e empoderamento dessas mulheres. Com efeito, logramos reconstruir sociologicamente a trajetória dessas mulheres de fibra, que inseridas no contexto de assentamentos de reforma agrária no Território do Sisal, na Bahia, conseguiram transformar sua realidade por meio de sua ação coletiva marcada por lutas, resistências e conquistas.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp e Hucitec, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o Desenvolvimento rural**. Governo do Estado do Ceará, 1999.

BALLARD, T.J, KEPPLER, A.W, CAFIERO, C. **A escala de experiência em insegurança alimentar: desenvolvimento de um padrão global para monitorar a fome em todo o mundo**. Documento Técnico. Roma, FAO, 2013. (disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/voices/en/>).

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes Ltda, 1984.

BATLIWALA, S. (1994). “**O significado do empoderamento das mulheres: novos conceitos da ação.**” Dentro. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), Políticas demográficas reconsideradas: saúde, capacitação e direitos, pp.127-138. Boston: Prática da Universidade de Harvard.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no MERCOSUL**. Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Mulheres Rurais Brasileiras**. Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil. Brasília, MDA, 2014.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRUMER, Anita. **As Agricultoras do Sul do Brasil**. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, DO CFC/CCE/UFSC, VOL. 12, N. 1/2004.

CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian. **Métodos qualitativos na pesquisa organizacional**. London: Sage Publications, 1994.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera Presidente Prudente – Ano 9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006.

CHAYANOV, A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa L. **Mulher rural nos discursos dos mediadores: Estudos Sociedade e Agricultura**, 1995.

DANTAS, Isolda. **Autonomia e Cidadania**: políticas de organização produtiva para mulheres no meio rural. Isolda Dantas. Brasília. Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; MDA, DIESSE. São Paulo, 2011.

DI SABBATO, Alberto, MELO, Hildete Pereira de. **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo. Brasília, MDA, 2009.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**: vida rural e a migração para São Paulo. Eunice R. Durhan. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1984.

ENGELS, F. **O problema camponês na França e na Alemanha**. In: Graziano da Silva. J Stolcke. A Questão Agrária. São Paulo. Brasiliense, 1981.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, DO CFC/CCE/UFSC, VOL. 12, N. 1/2004.

FARIA, Edite Maria da Silva de. **A luta social ensina**: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité- Bahia / Edite Maria da Silva de Faria. – 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Boris Fausto. USP, 1995.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz – 2. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Walter Frantz. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. – 162 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GAIGER, L. et al. “**A economia solidária no RS**: viabilidade e perspectivas”. *Cadernos Cedope*, São Leopoldo, nº 15, 1999. Movimentos Sociais e Cultura.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GUANZIROLI. Carlos E. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Carlos E. Guanziroli. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUEDES, M^a Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso?**. Psicol. cienc. prof. [online]. 1995, vol.15.

HEREDIA, B. M. A. CINTRÃO, R. P. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro**. Revista Nera. Presidente Prudente, v. 9, n.8, p.1-28, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2016.

HILHORST, T. WENNINK, B. **Oportunidades de mercado na agricultura de pequenos agricultores**: Fortalecimento dos meios de subsistência das mulheres através da ação coletiva - Uma revisão da literatura. Políticas e Práticas de Desenvolvimento: Amsterdam, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LISBOA, Teresa Kleba. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, SC, 2008.

LOPES, ZARZAR. Adriana L, Andrea Butto. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil** / organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. – Brasília : MDA, 2008.

LOPES, Brenner. AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

MAGRI, Cledir A. CORREA, Ciro Eduardo. **Cooperativismo de credito familiar e solidário**: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Cledir A. Magri, Ciro Eduardo Correa. Passo Fundo, IFIBE, 2012.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: questões métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artimed, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Brasília, Série Estudos 11 NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: critica da economia política: livro 1 / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 33ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. LEITE, Sergio. **Assentamentos Rurais**: mudança social e dinamica regional / Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira- PE. / Lígia Albuquerque de Melo . – Recife, O autor, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Milton. Os mutilados do sisal. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 95, p. 17-25, jan./fev. 1985.

NOLASCO, Danilo. **A Social Democracia e a Questão Agrária Brasileira**. Danilo Nolasco. SDS, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Ildes Ferreira de Oliveira. Bahia, 2008.

PANZUTTI, Nilce de Penha Miguelas. **Mulher Rural: eminência oculta** / Nilce de Penha Miguelas Panzutti. Campinas SP. Editora Alínea, 2006.

PACHECO, M. E. L. **Sistemas de Produção: Uma perspectiva de gênero**. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no workshop “Gênero, Democracia e Políticas Públicas - construindo referências para a política de atuação das ONGs Brasileiras”. Coordenação de SOS CORPO Gênero e Cidadania e apoio da entidade alemã GTZ. São Paulo, p. 1-13, 1996.

PEIXOTO, Litiane Moreira da Silva de Albuquerque. **A economia solidária como possibilidade de emancipação da mulher: um retrato de experiência pedagógica em uma organização não governamental**. Litiane Moreira da Silva de Albuquerque Peixoto. Brasília, UNB, 2013.

PEREIRA, Maria Inês Souza. **Sobre a política de Assistência Social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza Pereira. Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez, 2001.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Rafael Echeverry Perico. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PRADO, Jr. Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo: Brasilense, 1987.

PRADO, Jr. Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasilense, 1979.

PRADO, Jr. Caio. **História e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Brasilense, 1989.

RAMOS, Alba Regina; NASCIMENTO, Antônio Dias. O trabalho infantil na lavoura sisaleira do estado da Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 405-418, jan./dez. 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Eric Sabourin. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Tânia S. **Carreira Profissional e Gênero: A trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS. Porto Alegre.

SCHEFLER, Maria de Lourdes N. **Gênero, Autonomia Econômica e Empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de Processos de Investigação, Ação e/ou de Intervenção Social**. Maria de Lourdes Novaes Scheffler. *Revistas Feminismos*. Vol. 1, Salvador, 2013.

SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero uma Categoria Útil de Análise Histórica**, *American Historical Review*, Vol. 91, Nº 5. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SCOTT, Russel Parry. CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Emma Siliprandi. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Odilon Reny Ribeiro da. **O agronegócio do sisal no Brasil**. Odilon Reny Ribeiro da Silva. Embrapa. Brasília, 1999.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano** / Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira. – Salvador, 2014.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Bernardo Sorj. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

TOSCANO, Moema. **A Revolução das Mulheres**. Um balanço do feminismo no Brasil. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1992.

UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil** – UNIFEM. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia). 297 pg. Brasília, 2006.

WANDERLEY, M. N. Baudel. **O Mund Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Maria Nazareth Baudel Wanderley. Porto Alegre, UFRGS, 2001.

WEISHEIMER, Nilson. **Os Jovens Agricultores e Seus Projetos Profissionais**: Um estudo de Caso no bairro de Escadinhas , Feliz/RS. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. Clifford Andrew Welch. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

<http://www.seagri.ba.gov.br/content/pol%C3%ADticas-para-mulheres-rurais> – acesso em 05 de Junho. de 2015.

<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/476> - Entrevista de Eunice Durhan – Acesso em 08 de junho de 2015.

www.mda.gov.br/.../POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURALS - pdf- 2013 - acesso em 23 de março de 2016.

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/recursos-do-pronaf-sao-contratados-por-98-dos-agricultores>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm-lei-das-terras- acesso em 20 de junho de 2016.

<http://www.incra.gov.br/grio-sisaleira-cria-pratos-exoticos-com-plantas-tipicas-da-caatinga> - acesso em 23 de abril de 2017.

ANEXOS

Protesto de mutilados no motor do sisal, 1985



Fonte: Moura, 1985.

Mulher na lavoura do sisal na região sisaleira



Fonte: Oliveira, 2008.

Motor de Sisal



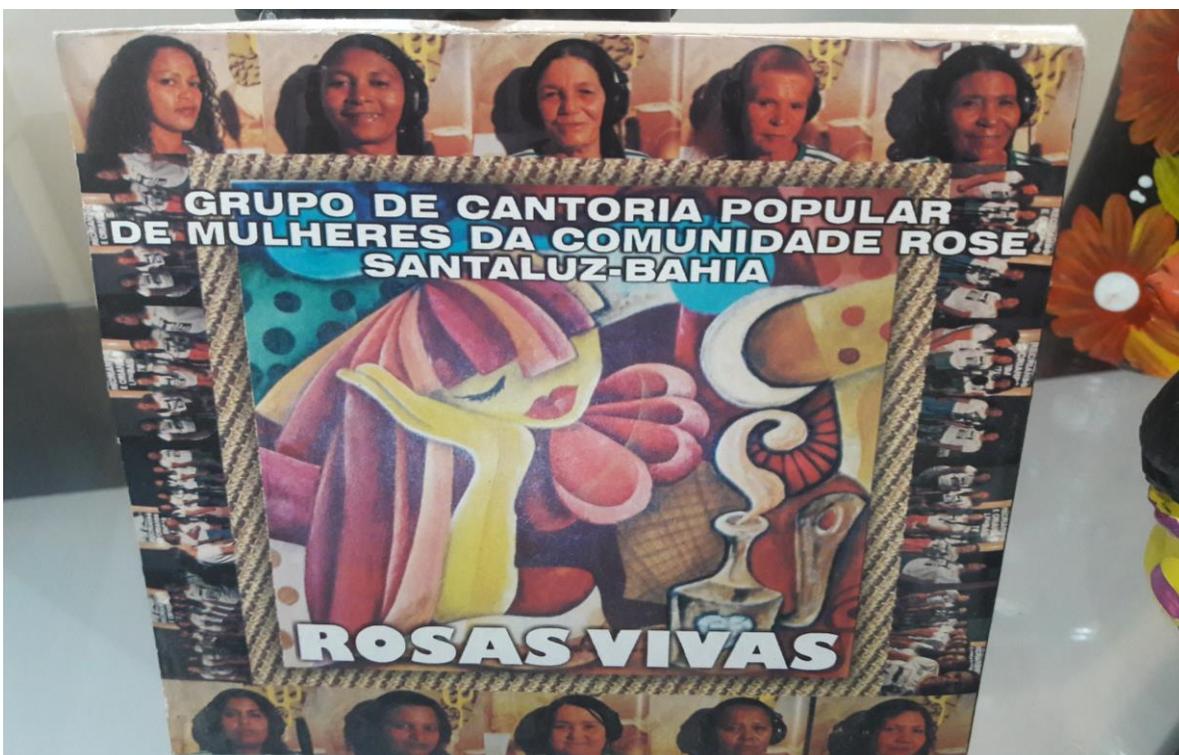
Fonte: Ascom FATRES.

Grupo de Cantiga de Roda – Assentamento de Lagoa dos Bois – Grupo de Mulheres Rosas Vivas



Fonte: Rosas Vivas.

Capa do CD – Grupo de Mulheres Assentadas – Rosas Vivas



Fonte: Rosas Vivas.

O Cruzeiro que marcou a fundação do Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité



Fonte: FARIA, 2014.

Associação do Assentamento de Nova Palmeares



Fonte: FARIA, 2014.

Maria Baia – Mulher Assentada de Lagoa dos Bois – Produzindo Alimentos Alternativos com cactos



Fonte: Rosas Vivas, 2010.

Sede do Grupo de Produção GMPR – Assentamento de Lagoa dos Bois – Santaluz - BA



Fonte: A autora.

Sede da Associação dos Moradores do Assentamento de Lagoa dos Bois - APACOR



Fonte: A autora.

Tratamento da Fibra do Sisal na Fábrica de Tapetes e Carpetes APAEB



Fonte: Ascom FATRES.

Questionário – Instrumento de Coleta de Dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS – PPGCS

Questionário da pesquisa: MULHERES AGRICULTORAS: entre a invisibilidade e o empoderamento nos assentamentos de Reforma Agrária do Território do Sisal

Pesquisadora: Losângela da Cunha Araújo

Orientador: Prof. Dr. Nilson Weisheimer

Data: ___/___/___ **Horário de início:** _____ **Horário final:** _____

Número da Entrevista: _____

Assentamento: _____

Nome da Agricultora: _____

Idade: _____

1- Estado Civil: Solteira () Casada () Divorciada

2 - Quantas pessoas moram na casa?: _____

3- Quem é o chefe da Família? Homem () Mulher ()

EIXO TEMÁTICO 1

4 - Você já participou de alguma atividade ou curso de formação política?

4.1. () Sim 2() Não

4.2. Onde? Associações () Igreja () Através de Projetos sociais () Outros () _____

4.3. Se participou, foi por quanto? _____

5 - Como você avalia a importância da formação política para sua participação no assentamento?

5.1. 1. Muito importante () 2. () Importante. 3. () Pouco importante. 4. () Nada importante.

EIXO TEMÁTICO 2

6– Você faz parte de algum tipo de organização social?

6.1. 1. Igreja () 2. Associações () 3. Cooperativas de produção de mulheres () 4.Outro () _____

6.2. Se faz/fez parte, por quanto tempo? _____

7 – Como você avalia a importância da participação em organizações sociais para sua autonomia e empoderamento?

7.1. 1. Muito importante () 2. Importante () 3. Pouco importante () 4. Nada importante ().

8. Participa de algum grupo cultural?

8.1. 1. Cantiga de Roda () 2. Samba de Roda () 3. Griô – Mestre da Tradição Oral () 4. Outro ()

8.2. Caso participe, como você avalia a importância da inserção nesses grupos para sua autonomia e empoderamento?

1. Muito importante () 2. Importante () 3. Pouco importante () 4. Nada importante ().

EIXO TEMÁTICO 3

9– Tem acesso a alguma política pública que contribui para a renda própria?

9.1. Sim () Não ()

9.2. Qual? (Se Sim)

1. PAA () 2. PNAE () 3. PRONAF () 4. Programa de Segurança Alimentar e Nutricional ()
5. Bolsa Família 6. () Nenhum () 7. Outro () _____

9.3 O quanto você considera importante o acesso nesses programas para a sua autonomia e empoderamento?

1. () Muito importante. 2. () Importante. 3. () Pouco importante. 4. () Nada importante.

10. Você é alfabetizada?

10.1 Sim () Não ()

11. Você participa ou já participou de alguma política pública para a educação?

11.1. Sim () Não ()

11.2. Qual? (Se Sim)

1. TOPA () 2. EJA () 3. PRONERA () 4. Educação Profissionalizante () 5. Outro ()

11.3 O quanto você considera importante o acesso as políticas públicas educacionais para sua autonomia e empoderamento?

11.4. 1. () Muito importante. 2. () Importante. 3. () Pouco importante. 4. () Nada importante.

EIXO TEMÁTICO 4

12 – Você tem alguma renda através da produção da agricultura familiar? (venda de animais, verduras, hortaliças, derivados da mandioca etc).

12. 1. Sim () Não ()

12.2. Caso Sim, como você considera essa renda própria para sua autonomia e empoderamento?

1. () Muito importante. 2. () Importante. 3. () Pouco importante. 4. () Nada importante.

13– Você possui algum trabalho fora a agricultura familiar?

13.1. Sim () Não ().

13.2. Caso sim, qual?

1. Trabalho com o Sisal () 2. Trabalho doméstico () 3. Trabalha no comércio da cidade () 4.

Funcionário Público () 5. Outro () _____

13.3. Caso você trabalhe fora da agricultura, você considera?

1. () Muito importante. 2. () Importante. 3. () Pouco importante. 4. () Nada importante

14. Há o reconhecimento e valorização pelos companheiros/esposos do seu trabalho dentro da agricultura familiar?

14.1. Sim () Não ()

14.2. Caso sim, você considera esse reconhecimento para sua autonomia e empoderamento?

1. () Muito importante. 2. () Importante. 3. () Pouco importante. 4. () Nada importante.

15. Na sua opinião, as mulheres assentadas possui uma maior autonomia e empoderamento atualmente através do trabalho na agricultura familiar?

15.1. Sim () Não ()

15.2. Justifique:

16. Você considera que atualmente as mulheres assentadas do Território do Sisal vem conquistando espaços (sociais, públicos, na família, etc) e está havendo uma maior visibilidade das mesmas?

16.1. Sim () Não ()

16.2. Justifique:
